QUALICORP CONSULTORIA E CORRETORA DE SEGUROS S.A

MANUAL DE PARTICIPAÇÃO EM ASSEMBLEIA

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Assembleia Geral Ordinária

30 de abril de 2021

ÍNDICE

1. EDITAL DE CONVOCAÇÃO 3
2. PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS NA AGO 6
2.1. Participação por sistema eletrônico de participação remota 6
2.2. Participação por boletim de voto à distância 9
3. DISPONIBILIZAÇÃO DOS DOCUMENTOS REFERENTES À ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA 12
3.1. Relatório da Administração 12
3.2. Demonstrações Financeiras Anuais Consolidadas 12
3.3. Comentário dos administradores 12
3.4. Parecer dos auditores independentes 12
3.5. Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP 12
3.6. Proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 13
3.7. Parecer do Comitê de Auditoria (não estatutário) 13
3.8. Parecer do Conselho Fiscal 13
3.9. Informações indicadas nos itens 12.5 a 12.10 13
4. ELEIÇÃO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO 14
5. PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES 16
ANEXO A: COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES – ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA 17
ANEXO B: PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO – ANEXO 9-1-II DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/09 89
DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO 90
ANEXO C: INDICAÇÃO DE ADMINISTRADORES PARA OCUPAR CARGOS DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA – ITENS 12.5 A 12.10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA 97
ANEXO D: PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES – ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA 107

1. EDITAL DE CONVOCAÇÃO

QUALICORP CONSULTORIA E CORRETORA DE SEGUROS S.A.
CNPJ/ME nº 11.992.680/0001-93
NIRE 35.300.379.560
Companhia Aberta

O Conselho de Administração da QUALICORP CONSULTORIA E CORRETORA DE SEGUROS S.A. ("Companhia") convoca os acionistas da Companhia a se reunirem, em primeira convocação, em 30 de abril de 2021, às 11h00min, para a Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), a ser realizada **de forma exclusivamente digital**, nos termos da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009 ("Instrução CVM 481"), a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

(i) Tomar as contas dos administradores, bem como examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas do relatório da administração, do parecer dos Auditores Independentes e dos pareceres do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria;

(ii) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, e a distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia;

(iii) Fixar o número de membros para compor o Conselho de Administração da Companhia;

(iv) Eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia; e

(v) Deliberar sobre a proposta de remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2021.

Documentos à disposição dos Acionistas: Os documentos de que trata o artigo 133 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia e nos sites de Relações com Investidores da Companhia (ri.qualicorp.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários (cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (b3.com.br). Também se encontram disponíveis nestes endereços eletrônicos os documentos de que tratam os artigos 9º, 10 e 12 da Instrução CVM 481, bem como todos os demais documentos pertinentes às matérias que serão deliberadas na AGO, inclusive o Manual de Participação. Embora tais documentos também estejam disponíveis na sede da Companhia, a Administração recomenda que, em função das circunstâncias da Covid-19, os acionistas consultem referidos

documentos nos sites mencionados acima, evitando assim qualquer deslocamento, contato pessoal ou aglomeração.

Formas de participação dos Acionistas na AGO: Os acionistas poderão participar da AGO **(i)** virtualmente, por meio de sistema eletrônico de participação remota; ou **(ii)** pelo envio do boletim de voto a distância, nos termos descritos abaixo, no Manual de Participação da AGO e no próprio boletim de voto.

(a) Sistema de participação remota: Os acionistas que optarem pela participação remota deverão apresentar, até 2 (dois) dias antes da data da AGO (ou seja, até o dia 28 de abril de 2021, inclusive), por meio do e-mail ri@qualicorp.com.br, cópias digitalizadas dos seguintes documentos

(i) Pessoas Físicas: documento de identidade com foto do acionista.

(ii) Pessoas Jurídicas: (a) versão mais recente do estatuto social ou contrato social consolidado e, se houver, alterações posteriores; (b) demais documentos societários que comprovem os poderes de representação dos representantes legais do acionista, como atas de eleição e termos de posse, por exemplo; e (c) documento de identidade com foto dos representantes legais do acionista.

(iii) Fundos de Investimentos: (a) versão mais recente do regulamento consolidado do fundo e, se houver, alterações posteriores; (b) estatuto social ou contrato social do administrador ou gestor do fundo, conforme o caso, e documentos societários que comprovem os poderes para representação do fundo; e (c) documento de identidade com foto dos representantes legais do administrador ou do gestor, conforme o caso.

Além dos documentos listados acima, para fins de comprovação da titularidade de suas ações, os acionistas deverão enviar também comprovante emitido pelo custodiante ou pelo escriturador das ações de emissão da Companhia, conforme suas ações estejam ou não depositadas em depositário central

Na hipótese de participação virtual na AGO por meio de procurador, deverá ser apresentada ainda cópia digitalizada da procuração e dos documentos que comprovem a identidade do procurador.

O acionista que seja **pessoa física** poderá ser representado, nos termos do artigo 126, §1º, da Lei das Sociedades por Ações, por procurador constituído há menos de 1 (um) ano que seja (i) acionista, (ii) advogado, (iii) instituição financeira ou (iv) administrador da Companhia.

O acionista que seja **pessoa jurídica** ou **fundo de investimento** poderá ser representado por procurador constituído na forma prevista em seu respectivo estatuto social, contrato social ou regulamento, conforme o caso, ainda que este não seja acionista,

advogado, instituição financeira ou administrador da Companhia, em linha com o entendimento da CVM sobre o tema.

Após receber o e-mail com os documentos listados acima e confirmar sua validade e completude, a Companhia credenciará o acionista para participar da AGO e lhe enviará o link de acesso, acompanhado de outas instruções detalhadas sobre a plataforma eletrônica a ser utilizada.

O link e as instruções a serem enviados pela Companhia são pessoais e intransferíveis, e não poderão ser compartilhados com terceiros, sob pena de responsabilização do acionista. Somente poderão participar da AGO os acionistas devidamente credenciados, em conformidade com os prazos e procedimentos listados acima.

(b) Boletim de Voto a Distância: Os acionistas poderão enviar seus boletins de voto a distância das seguintes formas: (i) por meio dos custodiantes, (ii) por meio do escriturador das ações das Companhia, Banco Bradesco S.A., ou, ainda, (iii) diretamente à Companhia, conforme as orientações constantes no Manual de Participação da AGO e no próprio boletim de voto.

Caso o acionista opte pelo envio dos boletins diretamente à Companhia, deverá enviá-los devidamente assinados e acompanhados dos documentos indicados no item (a) acima. Nesse caso, sugerimos que seja utilizado, preferencialmente, o correio eletrônico ri@qualicorp.com.br.

Voto Múltiplo: Nos termos da Instrução CVM nº 165/91 e da Instrução CVM nº 481/09, o percentual mínimo de participação no capital social votante necessário à requisição de adoção do processo de voto múltiplo para eleição dos membros do Conselho de Administração é de 5% (cinco por cento).

Publicações: A Companhia dará conhecimento aos acionistas, nos termos do parágrafo 3º, do artigo 289, da Lei das Sociedades por Ações, sobre a alteração de jornal utilizado para as publicações legais. As publicações, antes realizadas no jornal Valor Econômico, passarão a ser realizadas no jornal O Dia. Serão mantidas as publicações no jornal Diário Oficial do Estado de São Paulo.

Orientações Finais: Demais orientações sobre a documentação exigida, prazos e procedimentos a serem observados estão detalhadas no Manual de Participação da AGO, disponível no website de Relações com Investidores da Companhia (ri.qualicorp.com.br), da CVM (cvm.gov.br) e da B3 (b3.com.br).

São Paulo, 30 de março de 2021

Heráclito de Brito Gomes Junior
Presidente do Conselho de Administração

2. PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS NA AGO

Poderão participar da Assembleia Geral Ordinária da Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A. ("Qualicorp" ou "Companhia"), a ser realizada em 30 de abril de 2021, às 11h00min ("AGO"), os titulares de ações ordinárias emitidas pela Companhia, desde que comprovem sua qualidade de acionistas apresentando documentação pertinente, nos termos do artigo 126 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), e que apresentem tal documentação à Companhia conforme previsto abaixo.

Diante das medidas de segurança adotadas em razão da pandemia do Coronavírus (COVID-19), a Companhia realizará a AGO **de forma exclusivamente digital**. Assim, os acionistas poderão participar da AGO **(i)** virtualmente, por meio de sistema eletrônico de participação remota; ou **(ii)** pelo envio do boletim de voto a distância, nos termos descritos abaixo.

2.1. Participação por sistema eletrônico de participação remota

Documentação necessária

Os acionistas que optarem pela participação remota na AGO, deverão apresentar, até 2 (dois) dias antes da data da AGO (ou seja, até o dia 28 de abril de 2021, inclusive), por meio do e-mail ri@qualicorp.com.br, cópias digitalizadas dos seguintes documentos:

(i) Pessoas Físicas: documento de identidade com foto do acionista.

(ii) Pessoas Jurídicas: (a) versão mais recente do estatuto social ou contrato social consolidado e, se houver, alterações posteriores; (b) demais documentos societários que comprovem os poderes de representação dos representantes legais do acionista, como atas de eleição e termos de posse, por exemplo; e (c) documento de identidade com foto dos representantes legais do acionista.

(iii) Fundos de Investimentos: (a) versão mais recente do regulamento consolidado do fundo e, se houver, alterações posteriores; (b) estatuto social ou contrato social do administrador ou gestor do fundo, conforme o caso, e documentos societários que comprovem os poderes para representação do fundo; e (c) documento de identidade com foto dos representantes legais do administrador ou do gestor, conforme o caso.

Como documento de identidade, a Companhia aceitará Carteira de Identidade Registro Geral (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular.

Além dos documentos listados acima, para fins de comprovação da titularidade de suas ações, os acionistas deverão enviar também comprovante emitido pelo custodiante ou

pelo escriturador das ações de emissão da Companhia, conforme suas ações estejam ou não depositadas em depositário central.

Representação por procurador

Na hipótese de participação virtual na AGO por meio de procurador, deverá ser apresentada ainda cópia digitalizada da procuração e dos documentos que comprovem a identidade do procurador.

O acionista que seja **pessoa física** poderá ser representado, nos termos do artigo 126, §1º, da Lei das Sociedades por Ações, por procurador constituído há menos de 1 (um) ano que seja (i) acionista, (ii) advogado, (iii) instituição financeira ou (iv) administrador da Companhia.

O acionista que seja **pessoa jurídica** ou **fundo de investimento** poderá ser representado por procurador constituído na forma prevista em seu respectivo estatuto social, contrato social ou regulamento, conforme o caso, ainda que este não seja acionista, advogado, instituição financeira ou administrador da Companhia, em linha com o entendimento da CVM sobre o tema[1].

A Companhia dispensa (i) o reconhecimento de firma em procurações, (ii) a notarização e consularização ou apostilamento, no caso de procurações outorgadas no exterior, e (iii) a tradução juramentada de procurações que tenham sido originalmente lavradas em língua portuguesa, inglesa ou espanhola ou que venham acompanhados da respectiva tradução nesses mesmos idiomas, sendo necessária nos demais casos.

Credenciamento, solicitação de acesso e participação na plataforma eletrônica

Após receber o e-mail com os documentos listados acima e confirmar sua validade e completude, a Companhia credenciará o acionista para participar da AGO e lhe enviará o link, o telefone e as senhas de acesso, acompanhado de outras instruções de acesso à plataforma eletrônica a ser utilizada.

O link, o telefone e as senhas de acesso à plataforma e à teleconferência e as demais instruções a serem enviados pela Companhia são pessoais e intransferíveis, e não poderão ser compartilhados com terceiros, sob pena de responsabilização do acionista.

Ressalta-se que, para a segurança e a preservação das informações sensíveis, somente poderão participar da AGO os acionistas devidamente credenciados, em conformidade com os prazos e procedimentos listados acima. Os acionistas que não atenderem a este procedimento não poderão participar da AGO por meio do sistema eletrônico, conforme Artigo 5º, § 3º da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009 (“Instrução CVM 481”).

[1] Cf. a decisão proferida pelo Colegiado da CVM no Processo Administrativo RJ2014/3578, em reunião realizada em 4 de novembro de 2014 e recomendação do Ofício Circular/CVM/SEP/Nº 01/2021.

O acionista que tenha solicitado sua participação remota e não tenha recebido, da Companhia, o e-mail com o link, o telefone e as senhas de acesso à plataforma e à teleconferência, assim como as instruções para acesso e participação na AGO até às 11 horas do dia 29 de abril de 2021, deverá entrar em contato com a Companhia impreterivelmente até às 15 horas do dia 29 de abril de 2021, pelo e-mail ri@qualicorp.com.br, a fim de que lhe sejam reenviadas as respectivas instruções para acesso.

A plataforma eletrônica atende aos requisitos previstos no §1° do artigo 21-C da Instrução CVM 481: (a) a possibilidade de manifestação e de acesso simultâneo a documentos apresentados durante a AGO que não tenham sido disponibilizados anteriormente; (b) a gravação integral da AGO; e (c) a possibilidade de comunicação entre acionistas. Os acionistas presentes, ao ingressarem na plataforma para participação na AGO, terão autorizado que a Companhia utilize quaisquer informações constantes da gravação da AGO para registro da possibilidade de manifestação e visualização dos documentos apresentados durante a AGO; registro da autenticidade e segurança das comunicações durante a AGO; registro da presença e dos votos proferidos; cumprimento de ordem legal de autoridades competentes; e, defesa da Companhia, seus administradores e terceiros contratados, em qualquer esfera judicial, arbitral, regulatória ou administrativa.

Durante a realização da AGO, os acionistas acompanharão a votação e a visualização da mesa diretora através da plataforma de videoconferência. Eventuais manifestações de voto na AGO, no entanto, deverão ser feitas exclusivamente por meio do sistema de teleconferência, conforme instruções detalhadas a serem prestadas pela mesa durante a AGO. Dessa maneira, o sistema de videoconferência será reservado para acompanhamento da AGO, acesso ao vídeo e áudio da mesa, bem como visualização de eventuais documentos que sejam compartilhados pela mesa durante a AGO, sem a possibilidade de manifestação.

Com o objetivo de manter o bom andamento da AGO, poderá ser estabelecido um tempo máximo para a manifestação de cada acionista que quiser fazer uso da palavra.

O acionista que quiser fazer uso da palavra para realizar manifestação sobre qualquer assunto não relacionado à ordem do dia da AGO deve utilizar os canais usuais de contato com a Companhia, por meio da área de Relações com Investidores.

Os acionistas que participarem pela plataforma eletrônica serão considerados presentes à AGO e assinantes da respectiva ata, nos termos do artigo 21-V, §1, da Instrução CVM 481.

A Companhia não se responsabiliza por quaisquer problemas operacionais ou de conexão que o acionista venha a enfrentar, bem como por quaisquer outras eventuais questões alheias à Companhia que venham a dificultar ou impossibilitar a participação do acionista na AGO por meio eletrônico. Os acionistas que solicitem sua participação por meio eletrônico deverão garantir a compatibilidade de seus respectivos dispositivos eletrônicos para a utilização.

2.2. Participação por boletim de voto à distância

Os acionistas poderão encaminhar, a partir da presente data e dentro dos prazos indicados abaixo, suas instruções de voto em relação às matérias objeto da ordem do dia da AGO das seguintes formas:

(i) envio de instruções de preenchimento do boletim de voto a distância aos seus custodiantes que prestem esse serviço, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central;

(ii) envio de instruções de preenchimento do boletim de voto a distância ao escriturador das ações de emissão da Companhia, Banco Bradesco S.A., no caso de acionistas titulares de ações mantidas junto ao escriturador; ou

(iii) envio de boletim de voto a distância diretamente à Companhia.

Orientações gerais sobre voto a distância

Caso haja divergências entre o boletim de voto à distância recebido diretamente pela Companhia e a instrução de voto contida no mapa consolidado de votação enviado pelo escriturador, para um mesmo número de CPF ou CNPJ, a instrução de voto proveniente do escriturador prevalecerá, devendo o boletim recebido diretamente pela Companhia ser desconsiderado, nos termos da Instrução CVM 481.

Para que o boletim de voto a distância seja considerado válido e os votos proferidos contabilizados no quórum da AGO, é imprescindível que: (i) todos os campos do boletim de voto sejam preenchidos, eletrônica ou manualmente e, se manual, com letra de forma legível, incluindo a indicação do nome ou denominação social completa do acionista, o número do CPF ou CNPJ, e o endereço de e-mail para eventuais contatos; (ii) todas as páginas sejam devidamente rubricadas; e (iii) a última página seja assinada pelo acionista ou por seus representantes legais, conforme o caso e nos termos da legislação vigente.

A Companhia dispensa o reconhecimento de firma nos documentos apresentados, bem como a notarização e consularização ou apostilamento daqueles assinados no exterior, para aceitação do boletim de voto a distância.

Durante o prazo de votação, o acionista poderá alterar suas instruções de voto quantas vezes entender necessário, de modo que será considerada no mapa de votação da Companhia a última instrução de voto recebida pela Companhia no prazo identificado abaixo. Uma vez encerrado o prazo de votação, o acionista não poderá alterar as instruções de voto já enviadas.

Caso um acionista, que já tenha enviado o boletim de voto, opte por participar e votar na AGO via plataforma eletrônica, deverá cumprir todos os procedimentos e prazos previstos no item 3.1 acima – inclusive quanto ao envio de documentação para credenciamento – e as instruções de voto recebidas por meio do respectivo boletim de

voto serão desconsideradas, sendo computados os votos proferidos pelo acionista durante a AGO por meio da plataforma eletrônica.

Boletins transmitidos intempestivamente para a Companhia ou para os custodiantes/escrituradores não serão considerados.

Instruções de voto enviadas a prestadores de serviços

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância por intermédio de prestadores de serviços deverá transmitir as suas instruções de preenchimento do boletim para seus custodiantes ou para a instituição escrituradora das ações de emissão da Companhia, conforme suas ações estejam ou não depositadas em depositário central, em até 7 (sete) dias antes da data de realização da AGO, ou seja, até 23 de abril de 2021 (inclusive), salvo se prazo diverso for estabelecido por seus agentes de custódia.

Os custodiantes encaminharão as manifestações de voto por eles recebidas ao responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia que, por sua vez, gerará um mapa de votação.

Cabe destacar que, conforme determinado pela Instrução CVM 481, o escriturador da Companhia, ao receber as instruções de voto dos acionistas, enviados diretamente a ele ou por meio de seus respectivos agentes de custódia, desconsiderará eventuais instruções divergentes em relação a uma mesma deliberação que tenham sido emitidas pelo mesmo número de CPF ou CNPJ.

Eventuais dúvidas e esclarecimentos quanto ao envio direto deste boletim ao escriturador poderão ser sanadas através do canal disponibilizado pelo Bradesco conforme abaixo. Entretanto, o Bradesco não receberá boletins por meio eletrônico, somente serão aceitos aqueles apresentados em qualquer agência Bradesco em território nacional.

Banco Bradesco S.A. - Departamento de Ações e Custódia

Endereço: Núcleo Cidade de Deus, Prédio Amarelo, 2º Andar, Vila Yara, Osasco, CEP 06029-900, Osasco, São Paulo, Brasil.

Telefone: 0800 701 1616 - E-mail: dac.escrituracao@bradesco.com.br .

Boletim enviado pelo acionista diretamente à Companhia

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto por boletim de voto a distância poderá fazê-lo diretamente à Companhia, devendo, para tanto, encaminhar em até 7 (sete) dias antes da data de realização da AGO – isto é, até 23 de abril de 2021 (inclusive) – preferencialmente via endereço eletrônico ri@qualicorp.com.br ou via correio, aos cuidados de seu Departamento de Relações com Investidores, situado à Rua Dr. Plínio Barreto, nº 365, 15º andar, Bela Vista, CEP 01313-020, São Paulo, Estado de São Paulo: **(i)** via do Boletim de Voto a Distância divulgado no site da Companhia devidamente preenchida, rubricada e assinada, nos moldes do item 3.2 deste Manual de Participação;

e **(ii)** os documentos, conforme aplicável a cada acionista, elencados no item 3.1 deste Manual de Participação. Recebidos os documentos acima, a Companhia confirmará ao acionista acerca de seu recebimento e de sua aceitação ou não, nos termos da Instrução CVM 481.

Serão desconsiderados Boletins (i) que não estejam integralmente preenchidos; (ii) não venham acompanhado dos documentos comprobatórios descritos no item 3.1 acima; ou (iii) recepcionados pela Companhia intempestivamente.

3. DISPONIBILIZAÇÃO DOS DOCUMENTOS REFERENTES À ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Em atendimento ao disposto no artigo 133, da Lei nº 6.404/76, e no artigo 9º, da Instrução CVM nº 481/09, informamos abaixo as datas e os locais de publicação e/ou disponibilização, conforme aplicável, dos documentos indicados.

3.1. Relatório da Administração

O Relatório da Administração, parte integrante das Demonstrações Financeiras Anuais Consolidadas, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 30 de março de 2021, estando desde 30 de março de 2021 disponível para consulta nos sites da CVM (www.cvm.gov.br) e da Companhia (www.qualicorp.com.br/ri).

3.2. Demonstrações Financeiras Anuais Consolidadas

As Demonstrações Financeiras Anuais Consolidadas, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 30 de março de 2021**,** estando desde 30 de março de 2021 disponíveis para consulta nos sites da CVM (www.cvm.gov.br) e da Companhia (www.qualicorp.com.br/ri).

3.3. Comentário dos administradores

Os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, na forma especificada no Item 10, do Anexo 24, da Instrução CVM nº 480/09, encontram-se no **ANEXO A** deste Manual de Participação e Proposta da Administração.

3.4. Parecer dos auditores independentes

O parecer dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras Anuais Consolidadas, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, parte integrante das Demonstrações Financeiras Anuais Consolidadas, encontra-se desde 30 de março de 2021 disponível para consulta nos sites da CVM (www.cvm.gov.br) e da Companhia (www.qualicorp.com.br/ri).

3.5. Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP

O Formulário DFP, relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, encontra-se desde 30 de março de 2021 disponível para consulta nos sites da CVM (www.cvm.gov.br) e da Companhia (www.qualicorp.com.br/ri).

3.6. Proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020

A proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, contendo as informações indicadas no Anexo 9-1-II, da Instrução CVM nº 481/09, encontra-se no **ANEXO B** deste Manual de Participação e Proposta da Administração.

3.7. Parecer do Comitê de Auditoria (não estatutário)

O Parecer do Comitê de Auditoria (não estatutário) da Companhia relativo às Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, encontra-se desde 30 de março de 2021 disponível para consulta nos sites da CVM (www.cvm.gov.br) e da Companhia (www.qualicorp.com.br/ri).

3.8. Parecer do Conselho Fiscal

O Parecer do Conselho Fiscal da Companhia relativo às Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, encontra-se desde 30 de março de 2021 disponível para consulta nos sites da CVM (www.cvm.gov.br) e da Companhia (www.qualicorp.com.br/ri).

3.9. Informações indicadas nos itens 12.5 a 12.10

As informações indicadas nos itens 12.5 a 12.10 do Anexo 24, da Instrução CVM nº 480/09, relativamente aos candidatos para compor o Conselho de Administração, indicados ou apoiados pela administração encontram-se no **ANEXO C** deste Manual de Participação e Proposta da Administração.

4. ELEIÇÃO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O artigo 14, do Estatuto Social da Companhia, prevê que o seu Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 9 (nove) membros.

Atualmente, o Conselho de Administração da Companhia é composto por 7 (sete) membros. A Administração propõe que o número de membros do Conselho de Administração para o exercício social de 2021 seja mantido em 7 (sete) membros.

A eleição dos membros do Conselho de Administração poderá ocorrer por votação da maioria dos presentes ou por voto múltiplo.

O processo de voto múltiplo é um procedimento mediante o qual se atribui a cada ação tantos votos quantos sejam os cargos a preencher no Conselho de Administração, sendo reconhecido ao acionista o direito de cumular os votos em um só candidato ou distribuí-los entre vários. A distribuição igualitária que consta no boletim de voto a distância considerará a divisão do percentual de 100% (cem por cento) entre os membros da chapa escolhida até as duas primeiras casas decimais, sem arredondamento, e as frações de votos apuradas a partir da aplicação do percentual resultante não serão alocadas para nenhum candidato, sendo desconsideradas no procedimento de voto múltiplo, hipótese em que o acionista poderá não utilizar a totalidade de seus votos.

Adicionalmente, ressaltamos que uma vez adotado o processo de voto múltiplo para eleição dos membros do Conselho de Administração, os votos proferidos por acionistas que, via boletim de voto a distância, tenham optado por "ABSTER-SE" no item de distribuição prévia de votos nos candidatos informados no boletim, são considerados como abstenção na respectiva deliberação da AGO, de modo que os votos de tais acionistas não serão computados no quórum de deliberação e, portanto, esses acionistas não participarão da eleição dos membros do conselho de administração.

Acionistas da Companhia, representando no mínimo 5% (cinco por cento) do capital social, poderão requerer, por escrito, a adoção do processo de voto múltiplo e deverão fazê-lo, à Companhia em até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da AGO, nos termos dos Artigos 1º da Instrução CVM nº 165/91 e do Artigo 141 da Lei das Sociedades por Ações.

Considerando a proposta de composição do Conselho de Administração em 7 (sete) membros, a Administração propõe a eleição, por chapa, dos seguintes candidatos para o Conselho de Administração, nos termos do **ANEXO C** da presente Proposta:

<u>Reeleição:</u>

Heráclito de Brito Gomes Junior - Presidente do Conselho de Administração Independente

Bernardo Dantas Rodenburg - Membro Independente

Mauro Teixeira Sampaio - Membro Independente

Murilo Ramos Neto – Membro Independente

Ricardo Wagner Lopes Barbosa – Membro Independente

Roberto Martins de Souza – Membro Independente

Eleição:

Martha Maria Soares Savedra – Membro Independente

A composição ora proposta pela Administração atende aos requisitos do Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e das melhores práticas de governança, uma vez que todos candidatos atendem às características de membro independente.

5. PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Os Administradores da Companhia propõem a remuneração anual global de até R$ 48.051.281,25, incluindo remuneração fixa e variável, para o período compreendido entre 1º de janeiro de 2021 e 31 de dezembro de 2021, para os membros do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária.

Em atendimento ao artigo 12, inciso II, da Instrução CVM nº 481/09, as informações sobre remuneração dos administradores indicadas no item 13 do Formulário de Referência da Companhia encontram-se no **ANEXO D** deste Manual de Participação e Proposta da Administração.

A Administração da Companhia destaca que, em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a variação entre a remuneração anual global então aprovada e a efetivamente reconhecida no resultado, para o Conselho de Administração e a Diretoria Estatutária, representou o montante de R$ 12.653.259,95, a menor, proporcionado (i) pelo entendimento proferido pelo Colegiado no âmbito do Processo nº 19957.007457/2018-10, o qual foi refletido em orientação prevista no Ofício Circular CVM/SEP/Nº 01/2021, em que o valor total da remuneração dos administradores e membros do Conselho Fiscal não leva em consideração os encargos sociais de ônus da Companhia, na qualidade de empregadora, e (ii) por uma redução da remuneração variável atribuível à Diretoria Estatutária em decorrência do não atingimento de metas inicialmente estabelecidas conforme os cenários e premissas adotados pela administração para definição dos valores da proposta.

Por fim, com relação a variação entre a remuneração anual global proposta para o exercício de 2021 e a efetivamente reconhecida no resultado de 2020, deve-se considerar que, para o orçamento de 2021, foram contempladas: (i) adição de dois diretores estatutários, a partir de maio de 2021, totalizando 5 membros na Diretoria da Companhia e (ii) a totalidade dos membros do Conselho de Administração remunerados a partir de maio de 2021.

ANEXO A: COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES – ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA

(artigo 9º, III da Instrução CVM nº 481/09)

10.1 - Os diretores devem comentar sobre

As avaliações e opiniões aqui constantes traduzem a visão e percepção dos Diretores sobre as atividades, negócios e desempenho da Companhia. Os valores constantes nesta seção 10.1 foram extraídos das demonstrações financeiras consolidadas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

Os nossos Diretores possuem os seguintes comentários sobre as nossas condições financeiras e patrimoniais gerais:

Receita

Conforme detalhado no item 10.2 deste Anexo, nossas receitas são provenientes da (i) Taxa de administração, (ii) Corretagem; (iii) Agenciamento; (iv) Consultoria em Gestão de Benefícios; (v) Gestão em Saúde; (vi) *Third Party Administration* ("TPA"); (vii) Conectividade; e (viii) Seguros Massificados.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, nossas receitas líquidas totalizaram, respectivamente, R$ 2.026,0, R$ 2.001,3, R$ 1.914,8 milhões. O incremento anual de 2020 reflete: i) o reajuste de preços de 14,7% que foi provisionado em 2020 decorrente da definição da ANS de afastamento do reajuste efetivo ao cliente, ii) aquisições/ captações de carteiras em 2020 totalizando cerca de 19 mil vidas (Club Care e Health Adm) que impactaram a receita em R$ 20,4 milhões, iii) Aquisição do grupo Plural/Oxcorp em dez/20 com incremento de R$ 7,1 milhões e acréscimo de 99 mil vidas; iv) aquisições/ captações de carteiras em 2019 que totalizam 18 mil vidas (SEESP, CAARS e CAIXA DOS ADVOGADOS) e impactaram a receita em R$ 7,3 milhões, v) melhoria no processo de retenção através da maior assertividade na oferta de outros produtos para clientes que solicitaram cancelamento. Em contrapartida a redução de 2018 foi reflexo da perda de aproximadamente 48 mil vidas no segmento afinidades e encerramento do contrato de Autogestão.

Instrumentos de Endividamento

Ademais, nossos principais instrumentos de endividamento são doze emissões de debêntures, sendo quatro delas da Qualicorp Administradora de Benefícios e cinco da Qualicorp Corretora de Seguros (incorporada) e três da Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros, emitidas no contexto da reestruturação de capital, e à reestruturação de endividamento com quitações de emissões de debêntures. Em 2020, na adoção do IFRS 16, o grupo reconheceu os passivos de arrendamento envolvendo arrendamentos que já haviam sido classificados como "arrendamentos operacionais" seguindo os princípios do IAS 17 - Arrendamentos.

Para maiores informações sobre nosso nível de endividamento e essa operação em geral, ver itens 3.7 e 6.5 do Formulário de Referência da Companhia.

Índice de endividamento:

Descrição (Em R$ mil)	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Dívida (debêntures e arrendamentos)	-1.351.003	-1.427.011	-615.726
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	692.478	444.855	445.445
Dívida líquida	-658.525	-982.156	-170.281
Patrimônio líquido	1.685.375	1.408.222	2.337.302
Índice de endividamento líquido	-39,07%	-69,74%	-7,29%

Índice de Liquidez

O nosso índice de liquidez geral, medido pela soma dos ativos circulantes e ativo realizável em longo prazo dividido pela soma do passivo circulante e do não circulante, revela a condição financeira da Companhia de fazer frente a suas obrigações financeiras de longo prazo. Esse índice foi de 0,69; 0,56 e 0,90, em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, respectivamente.

A nossa Diretoria entende que apresentamos condições financeiras e patrimoniais adequadas para atendermos aos requisitos de liquidez da Companhia, para implementarmos o nosso plano de negócios e para cumprirmos com nossas obrigações atuais de curto, médio e longo prazo.

A gestão do risco de liquidez do Grupo Qualicorp monitora prazos de liquidação dos direitos e obrigações assumidos com o objetivo de honrar seus compromissos mantendo uma posição de caixa suficiente.

b. estrutura de capital

Nossa estrutura atual de capital é composta em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, respectivamente, por 22%, 6% e 74% de capital próprio, e 78%, 94% e 26% de capital de terceiros. O alto índice de capital de terceiros é representado basicamente pelas debentures emitidas em 2019.

Em 31 de dezembro de 2020, o nosso patrimônio líquido totalizou R$1.685,3 milhões, enquanto o nosso endividamento totalizou R$2.721,6 milhões. Em 31 de dezembro de 2019, o nosso patrimônio líquido totalizou R$ 1.408,2 milhões, enquanto o nosso endividamento totalizou R$1.949,1 milhões. Em 31 de dezembro de 2018, o nosso patrimônio líquido totalizou R$ 2.337,3 milhões, enquanto o nosso endividamento totalizou R$ 1.213,3 milhões. O aumento no endividamento é decorrente da emissão de debêntures no ano de 2019.

Vale destacar que o nosso endividamento está relacionado (i) à obrigação de pagamento das aquisições de direitos e obrigações sobre determinados direitos de estipulação, administração e comercialização de planos privados de assistência à saúde, das debêntures e arrendamentos, bem como (ii) à otimização da nossa estrutura de capital.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, o capital circulante líquido consolidado da Companhia (o qual corresponde à subtração do ativo circulante consolidado pelo passivo circulante consolidado), era, respectivamente, de R$491,0 milhões, R$434,8 milhões e (R$83,4) milhões. O aumento no capital circulante líquido da Companhia pode ser explicado, principalmente, pela emissão das novas debêntures e redução do passivo circulante a pagar mediante a quitação das antigas debêntures.

Assim, considerando o perfil de endividamento da Companhia (endividamento contratual e sem garantia real, exceto pelas debêntures descritas no subitem "f" abaixo), acreditamos que o fluxo de caixa e a posição de liquidez da Companhia revelam liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir seus investimentos, despesas e outros compromissos assumidos até a data deste Anexo, a serem pagos nos próximos 12 meses, embora não possamos garantir que tal situação permanecerá inalterada.

Até a data deste Anexo, a Companhia tem mantido a assiduidade dos pagamentos de todos os seus compromissos, conforme esperado, e não tem apresentado qualquer sinal de incapacidade de liquidez.

Caso entendamos necessário que a Companhia contraia empréstimos para financiar seus investimentos e aquisições, acreditamos que a Companhia terá capacidade de contratá-los e honrá-los sem comprometer o desenvolvimento de seus negócios.

Os Diretores da Companhia entendem, ainda, que a Companhia possui totais condições para cumprir com suas obrigações financeiras e operacionais em vigor na data deste Anexo.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

O capital de giro e os investimentos em ativos não circulantes da Companhia foram financiados pelos recursos gerados por suas operações, pelos recursos oriundos das debêntures descritas no subitem "f" abaixo, e pelos recursos primários aportados por seus atuais acionistas.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia, atualmente, não pretende utilizar fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes para cobertura de deficiências de liquidez, visto que seu índice de liquidez geral apresenta níveis adequados e suficientes para fazer frente às suas obrigações de curto e longo prazo.

Entretanto, caso necessário, a Companhia entende ser possível fazer frente a deficiências de liquidez ou para investimento em ativos não-circulantes por meio da emissão de títulos de dívida ou acessando instituições financeiras, nos mercados financeiro e de capitais local e internacional.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

O quadro abaixo sintetiza nossas dívidas financeiras e nossas obrigações contratuais pelo prazo de vencimento considerando a posição de 31 de dezembro de 2020:

	2021	**2022**	**Mais de dois anos**	**Total**
Debêntures [(1)]	17.286	289.349	1.009.049	1.315.684
Arrendamentos [(2)]	15.007	13.436	6.877	35.320
Demais passivos circulantes [(3)]	1.110.493	-	-	1.110.493
Demais passivos não circulantes [(4)]	-	210.031	50.075	260.106
Total	**1.142.786**	**512.816**	**1.066.001**	**2.721.603**

(1) Correspondem às debêntures de emissão da Qualicorp Administradora de Benefícios S.A., Qualicorp Corretora de Seguros S.A. e da Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A.;

(2) Referem-se aos arrendamentos apurados de acordo com o IFRS 16 que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2019;

(3) Referem-se aos demais passivos circulantes, quais sejam, obrigações sociais e trabalhistas, fornecedores, obrigações fiscais e outras obrigações;

(4) Referem-se aos demais passivos não circulantes, quais sejam, Impostos e contribuições a recolher, Imposto de renda e contribuição social diferidos e Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Nossas dívidas são decorrentes das debêntures emitidas pela Companhia e por nossas controladas, Qualicorp Administradora de Benefícios, Qualicorp Corretora (Incorporada) conforme abaixo descritas.

A tabela abaixo demonstra as taxas e características de nossas dívidas financeiras em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018:

Devedor	**Credor**	**Moeda**	**Taxa DI+**	**Vencimento**	**Saldo em 31/12/2018**	**Saldo em 31/12/2019[(1)(2)(3)]**	**Saldo em 31/12/2020[(1)(2)(3)]**

Qualicorp Administradora de benefícios	Debêntures	R$	Taxa DI+ 1,15% a.a. (4)	28/06/2023	350.000,00	290.000,00	290.000,00
Qualicorp Corretora de Seguros (incorporada)	Debêntures	R$	Taxa DI+ 1,15% a.a. (4)	28/06/2022	261.000,00	310.000,00	310.000,00
Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros	Debêntures	R$	Taxa DI+ 1,15% a.a. (4)	28/06/2022	-	700.000,00	700.000,00

(1) Esse saldo refere-se apenas ao principal, não considerando os juros.

(2) Em 22 de julho de 2019 foram liquidadas antecipadamente as debêntures da Qualicorp Administradora de Benefícios (3ª emissão) e da Qualicorp Corretora (incorporada) (4ª emissão).

(3) Em 26 de junho de 2019 foram emitidas novas debêntures da Companhia (3ª emissão), Qualicorp corretora (incorporada) (5ª emissão) e da Qualicorp Administradora de Benefícios (4ª emissão).

(4) A Taxa DI passou a ser acrescida exponencialmente de sobretaxa (spread) equivalente a 1,15% (um inteiro e centro e cinquenta milésimos por cento) ao ano, incidentes sobre o saldo do valor nominal unitário das Debêntures a partir de junho de 2019.

Abaixo, segue breve descrição das debêntures emitidas por nossas controladas Qualicorp Administradora de Benefícios e Qualicorp Corretora, seguido das debêntures emitidas pela Companhia.

3ª Emissão de Debêntures da Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros

O Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão de Debêntures Simples, da Espécie Quirografária, com Garantia de Fiança e Garantia Adicional Fidejussória ("Escritura da 3ª Emissão da Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros"), por meio do qual a Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros emitiu 700.000 debêntures da espécie quirografária, com valor nominal unitário de R$1 mil, totalizando o montante de R$ 700,0 milhões, estabelece que a data de emissão das debêntures fosse em 26 de junho de 2019 e que as debêntures têm prazo de vigência de 36 meses, com vencimento em 28 de junho de 2022.

Os recursos oriundos das emissões das debêntures foram destinados para reforço de caixa e/ou capital de giro adicionado pelo alongamento do passivo financeiro.

As debêntures são remuneradas semestralmente nos dias 07 de janeiro e 07 de julho, pela Taxa DI, acrescida exponencialmente de uma sobretaxa (spread) de, atualmente, 1,15% a.a, a partir de junho de 2019.

O valor das debêntures tem amortização prevista pelo valor nominal amortizado em parcela única, em 28 de junho de 2022.

A Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros tem a faculdade de promover o resgate antecipado dos títulos a qualquer momento conforme clausula de contrato.

Entre as hipóteses de vencimento antecipado dessas debêntures, destacam-se as seguintes:

(i) Antes de uma reorganização societária (cisão, fusão, incorporação, venda de participação societária ou qualquer outra reestruturação societária da emissora e inclusive Oferta Pública de Ações) se os atuais acionistas não mantiverem o controle da emissora, por meio de participação acionária, direta ou indiretamente, de pelo menos 50% mais uma ação com o direito a voto da emissora; e depois de uma reorganização societária, se qualquer terceiro obtiver o controle da emissora por meio de participação acionária, direta ou indiretamente, de pelo menos 35,0% das ações com o direito a voto da emissora e, cumulativamente os atuais acionistas deixarem de exercer o controle da emissora.

(ii) Adicionalmente, a Companhia possui certos compromissos financeiros relacionados à manutenção de determinados índices de performance, liquidez e endividamento atrelados às debêntures, que caso não sejam cumpridos podem acarretar na liquidação antecipada.

A Companhia poderá realizar, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, resgate antecipado da totalidade das debêntures em circulação, observado o disposto no artigo 55, § 2º, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada. Não será permitido o resgate parcial das debêntures. O valor a ser pago aos debenturistas a título de resgate antecipado facultativo total será equivalente ao valor nominal unitário, acrescido da remuneração, calculada *pro rata temporis* a partir da data de emissão ou da data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do resgate antecipado facultativo total e de eventuais juros ou encargos moratórios, se for o caso, acrescido de prêmio, incidente sobre o valor de resgate das debêntures, equivalente a:

Período	Prêmio sobre o Valor de Resgate
Desde a Data de Emissão até 30 de julho de 2019	0,60%
A partir de 01 de agosto de 2019 até 31 de dezembro de 2019	0,50%
A partir de 01 de janeiro de 2020 até 30 de junho de 2020	0,40%
A partir de 01 de julho de 2020 até 31 de dezembro de 2021	0,30%
A partir de 01 de janeiro de 2021 até 30 de junho de 2021	0,20%
A partir de 01 de julho de 2021 até a data do vencimento	Não há

Ademais, as debêntures são garantidas por fianças, prestadas pela Qualicorp Administradora de Benefícios e por nós, que se obrigam, na qualidade de devedoras

solidárias e principais pagadoras, pelo pagamento de todas as obrigações decorrentes da Escritura da 4ª Emissão da Qualicorp Administradora de Benefícios.

4ª Emissão de Debêntures da Qualicorp Administradora de Benefícios

O Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, da Espécie Quirografária, com Garantia de Fiança e Garantia Adicional Fidejussória ("Escritura da 4ª Emissão da Qualicorp Administradora de Benefícios"), por meio do qual a Qualicorp Administradora de Benefícios emitiu 290.000 debêntures da espécie quirografária, com valor nominal unitário de R$0,001 milhão, totalizando o montante de R$ 290,0 milhões, estabelece que a data de emissão das debêntures fosse em 26 de junho de 2019 e que as debêntures têm prazo de vigência de 48 meses, com vencimento em 28 de junho de 2023.

Os recursos oriundos das emissões das debêntures foram destinados para (i) realização de liquidação antecipada das debêntures da 3ª emissão da controlada; e (ii) honrar outras obrigações contraídas.

As debêntures são remuneradas semestralmente nos dias 07 de janeiro e 07 de julho, pela Taxa DI, acrescida exponencialmente de uma sobretaxa (spread) de, atualmente, 1,15% a.a, a partir de junho de 2019.

O valor das debêntures tem amortização prevista pelo valor nominal amortizado em parcela única, em 28 de junho de 2023.

A Qualicorp Administradora de Benefícios tem a faculdade de promover o resgate antecipado dos títulos a qualquer momento conforme clausula de contrato.

Entre as hipóteses de vencimento antecipado dessas debêntures, destacam-se as seguintes:

(i) Antes de uma reorganização societária (cisão, fusão, incorporação, venda de participação societária ou qualquer outra reestruturação societária da emissora e inclusive Oferta Pública de Ações) se os atuais acionistas não mantiverem o controle da emissora, por meio de participação acionária, direta ou indiretamente, de pelo menos 50% mais uma ação com o direito a voto da emissora; e depois de uma reorganização societária, se qualquer terceiro obtiver o controle da emissora por meio de participação acionária, direta ou indiretamente, de pelo menos 35,0% das ações com o direito a voto da emissora e, cumulativamente os atuais acionistas deixarem de exercer o controle da emissora.

(ii) Adicionalmente, a Companhia possui certos compromissos financeiros relacionados à manutenção de determinados índices de performance, liquidez e endividamento atrelados às debêntures, que caso não sejam cumpridos podem acarretar na liquidação antecipada.

A Companhia poderá realizar, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, resgate antecipado da totalidade das debêntures em circulação, observado o disposto no artigo 55, § 2º, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada. Não será permitido o resgate parcial das debêntures. O valor a ser pago aos debenturistas a título de resgate antecipado facultativo total será equivalente ao valor nominal unitário, acrescido da remuneração, calculada *pro rata temporis* a partir da data de emissão ou da data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do resgate antecipado facultativo total e de eventuais juros ou encargos moratórios, se for o caso, acrescido de prêmio, incidente sobre o valor de resgate das debêntures, equivalente a:

Período	Prêmio sobre o Valor de Resgate
Desde a Data de Emissão até 30 de julho de 2019	0,60%
A partir de 01 de agosto de 2019 até 31 de dezembro de 2019	0,50%
A partir de 01 de janeiro de 2020 até 30 de junho de 2020	0,40%
A partir de 01 de julho de 2020 até 31 de dezembro de 2021	0,30%
A partir de 01 de janeiro de 2021 até 30 de junho de 2021	0,20%
A partir de 01 de julho de 2021 até a data do vencimento	Não há

Ademais, as debêntures são garantidas por fianças, prestadas pela Qualicorp Corretora (incorporada), Qualicorp Administradora de Benefícios e por nós, que se obrigam, na qualidade de devedoras solidárias e principais pagadoras, pelo pagamento de todas as obrigações decorrentes da Escritura da 4ª Emissão da Qualicorp Administradora de Benefícios.

5ª Emissão de Debêntures da Qualicorp Corretora de Seguros (incorporada)

O Instrumento Particular de Escritura da 5ª Emissão de Debêntures Simples, da Espécie Quirografária, com Garantia de Fiança e Garantia Adicional Fidejussória ("Escritura da 5ª Emissão da Qualicorp Corretora"), por meio do qual a Qualicorp Corretora de Seguros emitiu 310.000 debêntures da espécie quirografária, com valor nominal unitário de R$1 mil, totalizando o montante de R$ 310,0 milhões, estabelece que a data de emissão das debêntures fosse em 26 de junho de 2019 e que as debêntures têm prazo de vigência de 36 meses, com vencimento em 28 de junho de 2019.

Os recursos oriundos das emissões das debêntures foram destinados para (i) realização de liquidação antecipada das debêntures da 4ª emissão da controlada; e (ii) honrar outras obrigações contraídas.

As debêntures são remuneradas semestralmente nos dias 07 de janeiro e 07 de julho, pela Taxa DI, acrescida exponencialmente de uma sobretaxa (spread) de, atualmente, 1,15% a.a, a partir de junho de 2019.

O valor nominal unitário das debêntures tem amortização prevista em parcela única, em 28 de junho de 2022, onde foi acordado que a Qualicorp Corretora de Seguros teria a

faculdade de promover o resgate antecipado dos títulos a qualquer momento conforme clausula de contrato.

Entre as hipóteses de vencimento antecipado dessas debêntures, destacam-se as seguintes:

(i) Antes de uma reorganização societária (cisão, fusão, incorporação, venda de participação societária ou qualquer outra reestruturação societária da emissora e inclusive Oferta Pública de Ações) se os atuais acionistas não mantiverem o controle da emissora, por meio de participação acionária, direta ou indiretamente, de pelo menos 50% mais uma ação com o direito a voto da emissora; e depois de uma reorganização societária, se qualquer terceiro obtiver o controle da emissora por meio de participação acionária, direta ou indiretamente, de pelo menos 35,0% das ações com o direito a voto da emissora e, cumulativamente os atuais acionistas deixarem de exercer o controle da emissora.

(ii) Adicionalmente, a Companhia possui certos compromissos financeiros relacionados à manutenção de determinados índices de performance, liquidez e endividamento atrelados às debêntures, que caso não sejam cumpridos podem acarretar na liquidação antecipada.

A Companhia poderá realizar, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, resgate antecipado da totalidade das debêntures em circulação, observado o disposto no artigo 55, § 2º, da Lei n. º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada. Não será permitido o resgate parcial das debêntures. O valor a ser pago aos debenturistas a título de resgate antecipado facultativo total será equivalente ao valor nominal unitário, acrescido da remuneração, calculada *pro rata temporis* a partir da data de emissão ou da data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do resgate antecipado facultativo total e de eventuais juros ou encargos moratórios, se for o caso, acrescido de prêmio, incidente sobre o valor de resgate das debêntures, equivalente a:

Período	Prêmio sobre o Valor de Resgate
Desde a Data de Emissão até 30 de julho de 2019	0,60%
A partir de 01 de agosto de 2019 até 31 de dezembro de 2019	0,50%
A partir de 01 de janeiro de 2020 até 30 de junho de 2020	0,40%
A partir de 01 de julho de 2020 até 31 de dezembro de 2021	0,30%
A partir de 01 de janeiro de 2021 até 30 de junho de 2021	0,20%
A partir de 01 de julho de 2021 até a data do vencimento	Não há

Ademais, as debêntures são garantidas por fianças, prestadas pela Qualicorp Benefícios, Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros e por nós, que se obrigam, na qualidade

de devedoras solidárias e principais pagadoras, pelo pagamento de todas as obrigações decorrentes da Escritura da 5ª Emissão da Qualicorp Corretora de Seguros.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, não havia no passivo da Companhia ou das controladas, nenhuma outra operação de longo prazo com instituições financeiras, além daquelas mencionadas no item anterior. No entanto, buscamos manter uma relação comercial com os principais agentes financeiros no mercado, visando ao pronto acesso a linhas de crédito para financiamento de novos investimentos e eventuais demandas de capital de giro.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Nos 3 (três) últimos exercícios sociais, não existiu, e não existe, grau de subordinação contratual entre as dívidas da Companhia. Com efeito, as dívidas da Companhia que são garantidas com garantia fidejussória contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei. Note-se que, em eventual concurso universal de credores, após a realização do ativo da Companhia serão satisfeitos, nos termos da lei, os créditos trabalhistas, previdenciários e fiscais, com preferência em relação aos credores que contam com garantia real, flutuante e quirografários.

iv. eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se a Companhia vem cumprindo essas restrições.

A Companhia não possui outras restrições em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário que não as das debêntures descritas no item "i" acima deste item "f".

No caso das debêntures, estão inseridas cláusulas de *covenants* (obrigação), usualmente praticadas no mercado. Destacamos, dentre elas: (i) obrigação de apresentar aos credores demonstrações financeiras periodicamente; (ii) restrições quanto à mudança de controle e reestruturações societárias; e (iii) limites de endividamento.

A Companhia cumpriu, nos últimos 3 (três) exercícios sociais, todas as restrições e *covenants* a que está exposta.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Até 31 de dezembro de 2020, a Companhia utilizou a totalidade dos recursos decorrentes das debêntures descritas no item "f" acima.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Nossas Demonstrações financeiras

Os Diretores da Companhia informam que as demonstrações financeiras individuais referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil considerando a aplicação integral dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs"). Adicionalmente, as demonstrações financeiras consolidadas referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 foram preparadas também considerando as normas internacionais de relatório financeiro, "International Financial Reporting Standards – IFRS", emitidos pelo "International Accounting Standards Board – IASB".

As informações a seguir apresentadas expressam as opiniões dos nossos Diretores. O resumo das demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 foi extraído das demonstrações financeiras consolidadas, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, de acordo com as práticas contábeis citadas acima, vigentes à época de sua elaboração.

As demonstrações financeiras consolidadas incluíram as demonstrações financeiras da Companhia e das sociedades na qual a Companhia mantém o controle acionário, direta ou indiretamente, cujos exercícios sociais são coincidentes com os da Companhia e as práticas contábeis são uniformes.

Descrição das principais linhas das nossas demonstrações do resultado

Receita Operacional Líquida

Nossas receitas operacionais líquidas decorrem das taxas cobradas de nossos clientes que variam de acordo com o tipo de serviço contratado. Em nosso segmento Afinidade possuímos as seguintes receitas, em ordem de importância: (i) Taxa de Administração, (ii) Corretagem e (iii) Agenciamento

Taxa de Administração: Nossas receitas de taxa de administração são recorrentes e correspondem à remuneração mensal da atividade de administração dos planos coletivos por adesão. Ela é paga mensalmente pelos beneficiários membros das associações em função de todos os serviços prestados e descritos na seção 7.1 (i) do Formulário de Referência da Companhia.

Corretagem: Nossas receitas com corretagem também são recorrentes e advêm da prestação dos serviços de corretagem sobre as operações de intermediação de vendas de seguros e planos de saúde e odontológico. Ela é paga pelas seguradoras e operadoras de saúde.

Agenciamento: Nossas receitas com agenciamento correspondem à remuneração sobre o montante das novas vendas efetuadas que é paga diretamente pelas seguradoras e operadoras. Quando a venda é efetuada por meio de força de venda própria, inclui-se dentro do agenciamento a taxa de cadastramento paga pelo Beneficiário.

Repasses Financeiros com Estipulação de Contratos (*Royalties*): Até 2017 a Companhia reconhecia como receita os repasses financeiros com estipulação de contratos são recorrentes e oriundas da remuneração mensal devida pelas operadoras de planos de saúde e odontológico e seguradoras a título de esforço de vendas para as associações de classes profissionais contratadas. Para 2018, com a implementação da norma IFRS 15 (Receitas de contratos com clientes – CPC 47) tais repasses passaram a ser reconhecidos como redutores dos Custos dos Serviços Prestados na linha "Repasses financeiros contratos de adesão"

Segmento Corporativo e Outros

Em nosso Segmento Corporativo e Outros possuímos as seguintes receitas, em ordem de importância: (i) Corretagem, (ii) Agenciamento; (iii) Consultoria em Gestão de Benefícios; (iv) Conectividade; (v) Gestão em Saúde; (vi) TPA e (vii) Seguros Massificados.

Corporativo

Corretagem: Nossas receitas com corretagem são recorrentes e advêm da prestação dos serviços de corretagem sobre as operações de intermediação de vendas de seguros e planos de saúde e odontológico. Ela é paga pelas seguradoras e operadoras de saúde.

Agenciamento: Nossas receitas com agenciamento correspondem à remuneração em parcela única sobre o montante das novas vendas efetuadas que é paga diretamente pelas seguradoras e operadoras.

Consultoria em Gestão de Benefícios: Nossas receitas com consultoria em gestão de benefícios são recorrentes e correspondem à remuneração mensal devida pelas empresas que contratam os serviços de consultoria em gestão de benefícios, descritos no item 7.3 do Formulário de Referência da Companhia.

Outros

Gestão em Saúde: Nossas receitas com Gestão em Saúde são oriundas da remuneração mensal devida pelas empresas que contratam programas de medicina preventiva entre outros descritos no item 7.3 do Formulário de Referência da Companhia.

Custo dos Serviços Prestados

Os custos dos serviços prestados concentram os gastos relativos à estrutura necessária para o desenvolvimento das atividades que estão diretamente ligadas com a prestação dos nossos serviços para os nossos clientes.

Estes gastos englobam despesas com pessoal, serviços terceirizados, pagamentos de royalties e anuidades para determinados clientes do segmento Afinidade e demais gastos necessários para manter estrutura de prestação de serviços para todos os segmentos.

Receitas (Despesas) Operacionais

Despesas administrativas: Concentra todos os gastos relacionados à nossa estrutura administrativa, tais como gastos com pessoal, serviços terceirizados, material de expediente, ocupação, doações, correios e depreciação e amortização de bens, incluindo os intangíveis de direitos de estipulação, administração e comercialização de planos privados de assistência à saúde adquiridos e assumidos através de combinações de negócios. O nosso Grupo utiliza uma estrutura administrativa centralizada para gerenciar todas as nossas controladas e seus respectivos segmentos de negócio.

Despesas comerciais: Concentra todos os gastos das atividades de comercialização dos nossos produtos e serviços, incluindo amortização de gastos com comissões, em adequação ao CPC 47 (IFRS 15), comissões sobre vendas, remuneração fixa da equipe de vendas própria, despesas de marketing e as respectivas despesas para manutenção da estrutura comercial.

Outras (despesas) receitas operacionais representam as atividades acessórias do objeto da Companhia.

Resultado Financeiro

Esta linha concentra: (i) os valores de juros e multas arrecadadas por nós nas operações de administração e/ou estipulação, quando do pagamento com atraso pelos Beneficiários; e (ii) as despesas bancárias da mesma operação. Esta linha inclui também os rendimentos de aplicações financeiras, a atualização monetária sobre valores a pagar para aquisição de participação societária em entidades controladas e os juros sobre a emissão das três debêntures descritas no item 10.1 deste Anexo.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Referem-se ao imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos sobre o resultado e diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social líquido. Nós e as empresas do Grupo: Qualicorp Participações, Qualicorp Corretora, Qualicorp Administração, Qualicorp Administradora e Qualicorp Consultoria, apuramos imposto pelo regime do lucro real, que pode atingir, em conjunto, a alíquota máxima de 34% do lucro apurado nestas companhias, sendo: (i) imposto de renda, calculado à alíquota de 15% sobre o lucro do exercício; (ii) adicional do imposto de renda, incidente sobre a parcela do lucro que exceder R$240 mil ao ano, calculado à alíquota de 10%; e (iii) contribuição social sobre o lucro líquido, calculada à alíquota de 9%; e (iv) imposto de renda e contribuição social diferidos, registrados pelas alíquotas supracitadas sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

Principais variações nas linhas das nossas demonstrações do resultado

APRESENTAÇÃO DE NOSSAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS CONSOLIDADOS RELATIVAS EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Demonstração do Resultado	2020	AV 2020	2019	AV 2019	2020/2019
Receita Operacional Líquida	**2.025.951**	**100,0%**	**2.001.326**	**100,0%**	**1,2%**
Taxa de administração	1.278.686	63,1%	1.223.257	61,1%	4,5%
Corretagem	515.130	25,4%	473.132	23,6%	8,9%
Agenciamento	90.517	4,5%	156.590	7,8%	-41,7%
Massificados	4.953	0,2%	4.238	0,2%	16,8%
Total Segmentos Afinidades	**1.889.287**	**93,3%**	**1.857.217**	**92,8%**	**1,7%**
Corporativo	46.941	2,3%	53.200	2,7%	-11,8%
TPA	0	0,0%	0	0,0%	0,0%
Gestão de Saúde	0	0,0%	0	0,0%	0,0%
Conectividade	0	0,0%	0	0,0%	0,0%
CRC Gama	89.724	4,4%	90.910	4,5%	-1,3%
Total Segmento Corporativo e Outros	**136.665**	**6,7%**	**144.108**	**7,2%**	**-5,2%**
Total da Receita Operacional Líquida	**2.025.951**	**100,0%**	**2.001.326**	**100,0%**	**1,2%**
Custo dos Serviços Prestados	-372.916	-18,4%	-379.484	-19,0%	-1,7%
Receitas (Despesas) Operacionais	**-1.043.801**	**-51,5%**	**-1.047.564**	**-52,3%**	**-0,5%**
Despesas administrativas	-522.281	-25,8%	-586.431	-29,3%	-10,9%
Despesas comerciais	-321.922	-15,9%	-277.706	-13,9%	15,9%
Perdas com créditos incobráveis	-111.596	-5,5%	-71.039	-3,5%	57,1%
Outras (receitas despesas) operacionais	-88.003	-4,3%	-112.388	-5,6%	-21,7%
Lucro Operacional ante do Resultado	**609.230**	**30,1%**	**574.278**	**28,7%**	**6,3%**
Receitas financeiras	52.572	2,6%	79.219	4,0%	-33,6%
Despesas financeiras	-109.514	-5,4%	-115.968	-5,8%	-5,6%
Resultado antes Imposto de Renda e da Contribuição Social	**552.286**	**27,3%**	**537.529**	**26,9%**	**2,7%**

Receita Operacional Líquida

Nossa receita operacional líquida aumentou R$24,6 milhões, ou 1,23% passando de R$2.001,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R$2.025,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, devido aos fatores abaixo descritos:

Segmento Afinidade: a receita líquida do segmento Afinidade apresentou aumento de R$32,1 milhões, ou 1,7%, passando de R$1.857,0 milhões, em 2019, para R$1.889,3 milhões, em 2020 em razão dos seguintes fatores:

Taxa de Administração. Apresentou um aumento de R$55,4 milhões, ou 4,5%, passando de R$1.223,3 milhões, em 2019 para R$1.278,7 milhões, em 2020.

Corretagem. Apresentou um aumento de R$42,0 milhões, ou 8,9%, passando de R$ 473,1 milhões em 2019 para R$ 515,1 milhões em 2020.

Seguros Massificados. A receita desse segmento apresentou incremento no total de R$0,7 milhões, ou 16,8%, passando de R$4,2 milhões em 2019 para R$4,9 milhões em 2020.

Agenciamento. Apresentou um decréscimo de R$64,7 milhões, ou -41,7%, passando de R$155,2 milhões em 2019 para R$90,5 milhões em 2020.

Segmento Corporativo e Outros: a Receita líquida do segmento Corporativo e Outros apresentou um decréscimo de R$7,4 milhões ou -5,2% passando de R$144,1milhões em 2019 para R$136,7 milhões em 2020, em razão dos seguintes fatores:

Corporativo. A receita desse segmento apresentou um decréscimo de R$6,3 milhões, ou -11,8%, passando de R$53,2 milhões em 2019 para R$46,9 milhões em 2020.

CRC Gama. A receita desse segmento apresentou decréscimo de R$1,2 milhões, ou -1,3%, passando R$90,9 milhões em 2019 para R$89,7 milhões em 2020.

Custos dos Serviços Prestados

O Custo dos Serviços Prestados reduziu R$6,6 milhões, ou -1,7%, passando de R$379,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, para R$372,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, em razão principalmente dos seguintes fatores:

(i) Redução de gastos com pessoal no valor de R$6,2 milhões ou -5,1%, passando de R$120,7 milhões em 2019 para R$114,5 milhões em 2020 devido basicamente à reestruturação de quadro de pessoal decorrente de melhoria nos processos internos e adoção de ferramentas tecnológicas.

(ii) Aumento dos repasses financeiros para Associações Profissionais e/ou Entidades de Classe no valor de R$19,4 milhões ou 22,9%, passando de R$84,5 milhões em 2019 para R$103,9 milhões em 2020. Em atendimento ao IFRS 15, os repasses financeiros de contratos de adesão estão sendo apresentados líquidos da receita com estipulação de contratos a partir de 2018.

(iii) Redução em serviços de terceiros no valor de R$6,4 milhões ou -5,8%, passando de R$108,9 milhões em 2019 para R$102,6 milhões em 2020. A redução decorre e do processo de transformação digital, concentrado em informática e tecnologia.

(iv) Redução de Aporte de Sinistralidade no valor de R$8,9 milhões ou -39,6%, passando de R$22,6 milhões em 2019 para R$13,7 milhões em 2020, em 2019 houve um provisionamento maior que o realizado efetivamente em 2020 decorrente de mudanças de negociação contratual.

Despesas Operacionais

As despesas operacionais reduziram R$3,8 milhões, ou -0,4%, passando de R$1.048 milhões, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, para R$1.043 milhões, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, em razão dos fatores abaixo descritos:

Despesas Administrativas. Redução de R$64,2 milhões, ou -10,9%, passando de R$586,4 milhões em 2019, para R$522,3 milhões em 2020, devido principalmente a:

(i) Redução de gastos com depreciações e amortizações de R$ 50,5 milhões, ou -18,0%, passando de R$ 279,7 milhões em 2019 para R$ 229,2 milhões em 2020.

(ii) Redução de gastos com autos de infração de R$30,7 milhões, ou 71,2%, passando de R$ 43,2 milhões em 2019 para R$ 12,5 milhões em 2020, redução

decorrente principalmente por menor volume de notificações emitidas pela ANS.

(iii) Aumento em gastos com pessoal de R$ 7,3 milhões, ou 4,7% evoluindo de R$ 156,9 milhões em 2019 para R$ 164,6 milhões em 2020, principalmente em despesas relacionadas ao programa de ações restritas para os executivos e conselheiros e rescisões de executivos.

Adicionalmente, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, reconhecemos despesas relativas ao antigo plano de opções no montante de R$ 0,4 milhões, sem impacto caixa. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, não há despesas reconhecidas em relação ao antigo plano de opções.

Despesas Comerciais. Houve um aumento de R$44,2 milhões, ou 15,9%, passando as despesas de R$277,7 milhões, em 2019, para R$321,9 milhões em 2020, devido, principalmente, a:

(i) Incremento de gastos com depreciações e amortizações no valor de R$37,2 milhões, ou 36,8%, passando de R$101,1 em 2019 para R$138,3 milhões em 2020, decorrente do incremento e incentivo com pagamentos realizados no segundo semestre de 2019 para incrementar novas vendas.

(ii) Aumento de gastos com pessoal no valor de R$8,6 milhões, ou 18,5%, passando de R$46,4 milhões em 2019 para R$54,9 milhões em 2020.

(iii) Aumento em campanha de vendas no valor de R$2,1 milhões, ou 13,6% aumentando de R$15,6 milhões em 2019 para R$17,8 milhões em 2020 incremento decorrente de aumento dos incentivos de vendas.

Perdas com Créditos Incobráveis. Aumento de R$40,6 milhões, ou 57,1%, passando de R$71,0 milhões em 2019 para R$111,6 milhões em 2020, devido principalmente à perdas decorrentes do reajuste que foram provisionadas.

Outras receitas/despesas operacionais líquidas. Redução de R$24,4 milhões, ou -21,7%, passando de um total de despesas de R$112,4 milhões em 2019 para um total de despesas de R$88,0 milhões em 2020, decorrente de acréscimo de despesas não recorrentes e aumento de contingências que foram compensadas pelo menor valor de apuração de impairment de Connectmed-CRC e Gama Saúde. Em 2019, após a análise de "impairment" apurou-se a necessidade de constituição de baixa do valor de R$ 107.881 do ágio da Connectmed-CRC e Gama Saúde mais a provisão por redução de valor recuperável de intangível dessas empresas no montante de R$ 3.555, totalizando R$ 111.436, em 2020 o montante apurado foi de R$ 35,3 milhões.

Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro

Nosso lucro operacional antes do resultado financeiro aumentou R$35,0 milhões, ou 6,1%, passando de R$574,3 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, para R$609,2 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, em razão das variações descritas anteriormente.

Resultado Financeiro

Despesas financeiras. Redução de R$6,5 milhões, ou -5,6%, passando de R$116,0 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, para R$109,5 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 decorrente (i) menor despesas financeiras da atualização monetária sobre debêntures compensando a ii) desvalorização das cotas de fundos de investimentos

Receitas financeiras. Redução de R$26,6 milhões ou -33,6%, passando de R$79,2 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, para R$52,6 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 devido, majoritariamente, pelo menor rendimento de caixa – perda por desvalorização de cotas de fundo de investimento.

Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social

Nosso resultado antes do imposto de renda e da contribuição social aumentou em R$14,8 milhões, ou 2,7%, passando de R$537,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R$552,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Nosso imposto de renda e a contribuição social aumentaram R$8,3 milhões, ou -5,0%, passando de R$165,4 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, para R$157,1 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Lucro (Prejuízo) do Exercício

Em decorrência dos fatores descritos acima, o lucro da Companhia aumentou em R$23,0 milhões, ou 6,2%, passando de R$372,2 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, para um lucro de R$395,2 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, pelos fatores descritos acima.

DISCUSSÃO DOS ITENS SIGNIFICATIVOS DOS BALANÇOS PATRIMONIAIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(em milhares em reais, exceto porcentagem)	**2020**	**AV**	**2019**	**AV**	**2020/2019**
ATIVO	**4.406.978**	**100,00%**	**3.357.387**	**100,00%**	**31,26%**
ATIVO CIRCULANTE	**1.633.821**	**37,07%**	**894.234**	**26,63%**	**82,71%**
Caixa e equivalentes de caixa	418.767	9,50%	201.050	5,99%	108,29%
Aplicações financeiras	320.311	7,27%	290.758	8,66%	10,16%
Créditos a receber de clientes	711.488	16,14%	207.403	6,18%	243,05%
Outros ativos	183.255	4,16%	195.023	5,81%	-6,03%
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**2.773.157**	**62,93%**	**2.463.153**	**73,37%**	**12,59%**
Créditos a receber de clientes	0	0,00%	437	0,01%	-100,00%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	110.058	2,50%	122.595	3,65%	-10,23%
Outros ativos	145.340	3,30%	65.398	1,95%	122,24%
Investimentos	262	0,01%	262	0,01%	0,00%

Imobilizado	43.905	1,00%	133.963	3,99%	-67,23%
Intangível:					
Ágio	1.741.295	39,51%	1.516.342	45,16%	14,84%
Outros ativos intangíveis	732.297	16,62%	624.156	18,59%	17,33%
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**4.406.978**	**100,00%**	**3.357.387**	**100,00%**	**31,26%**
PASSIVO CIRCULANTE	**1.142.786**	**25,93%**	**459.484**	**13,69%**	**148,71%**
Debêntures	17.286	0,39%	34.340	1,02%	-49,66%
Impostos e contribuições a recolher	59.399	1,35%	38.392	1,14%	54,72%
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	8.697	0,20%	15.735	0,47%	-44,73%
Prêmios a repassar	666.912	15,13%	115.261	3,43%	478,61%
Repasses financeiros a pagar	29.323	0,67%	18.360	0,55%	59,71%
Obrigações com pessoal	41.305	0,94%	41.929	1,25%	-1,49%
Antecipações a repassar	51.187	1,16%	62.012	1,85%	-17,46%
Partes relacionadas	42.119	0,96%	1.190	0,04%	3439,41%
Arrendamentos	15.007	0,34%	24.191	0,72%	-37,96%
Débitos diversos	211.551	4,80%	108.074	3,22%	95,75%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	**1.578.817**	**35,83%**	**1.489.681**	**44,37%**	**5,98%**
Debêntures	1.298.397	29,46%	1.296.060	38,60%	0,18%
Impostos e contribuições a recolher	709	0,02%	4.108	0,12%	-82,74%
Obrigações com pessoal	2.237	0,05%	7.590	0,23%	-70,53%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	41.983	0,95%	48.240	1,44%	-12,97%
Opções para aquisição de participação de não controladores	50.075	1,14%	0	0,00%	0
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	93.652	2,13%	54.859	1,63%	70,71%
Arrendamentos	20.313	0,46%	72.420	2,16%	-71,95%
Débitos diversos	71.451	1,62%	6.404	0,19%	1015,72%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**1.685.375**	**38,24%**	**1.408.222**	**41,94%**	**19,68%**
Capital social	870.218	19,75%	841.911	25,08%	3,36%
Reservas de capital	127.603	2,90%	179.786	5,35%	-29,03%
Reserva de Lucro	685.502	15,55%	386.525	11,51%	77,35%
Participação dos não controladores no patrimônio líquido das controladas	2.052	0,05%	0	0,00%	0

Ativo Circulante e Caixa e Equivalentes de Caixa

O ativo circulante da Companhia apresentou um acréscimo no valor de R$ 739,5 milhões, ou 82,71%, entre 31 de dezembro de 2019 e de 2020, principalmente em função de:

(i) aumento nos saldos de caixa e equivalentes de caixa R$217,7 milhões; e

(ii) aumento nos saldos de clientes no montante de R$504 milhões, principalmente pela provisão decorrente da suspensão do reajuste anual.

Ativo Não Circulante

O ativo não circulante da Companhia apresentou um acréscimo de R$ 310,0 milhões, ou 12,5% entre 31 de dezembro de 2019 e de 2020, em virtude principalmente de:

(i) alocação de ágio decorrente da aquisição das controladas Plural, Oxcorp e Uniconsult.

Passivo Circulante

O passivo circulante apresentou acréscimo de R$ 683,3 milhões, ou 148,7%, entre 31 de dezembro de 2019 e de 2020, em função principalmente de:

(i) Aumento de Prêmios a repassar no montante de R$ 551,6 milhões, ou 478,6%, principalmente pela provisão decorrente da suspensão do reajuste anual.

(ii) Aumento de débitos diversos no montante de R$ 103,4 milhões, ou 95,7%, principalmente pela aquisição de ativos intangíveis (carteira de clientes).

Passivo Não Circulante

O passivo não circulante apresentou um aumento de R$ 89,1 milhões, ou 5,9%, entre 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020, em função principalmente de:

(i) Acréscimo de débitos diversos devido ao Earn Out da aquisição da controlada Oxcorp no montante de R$ 59,1 milhões;

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido aumentou em R$277,1 milhões entre 31 de dezembro de 2019 e de 2020, passando de R$1.408,2 para R$1.685,3, representando uma redução de 19,6% em função principalmente de:

(i) aumento de reserva de lucro em R$300,9 milhões decorrente aos lucros do exercício de R$ 393,5 milhões e a distribuição de lucros via juros sobre capital próprio em R$ 81,9 milhões, durante o exercício de 2020.

COMPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES DE FLUXO DE CAIXA NOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

A tabela abaixo apresenta os valores relativos às demonstrações de fluxo de caixa nos exercícios sociais encerrado em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2020 **(em milhões de R$)**					
	2020	**AV**	**2019**	**AV**	**2020/2019**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	**201,1**		**137,4**		**46,36%**
Variação no exercício gerada por	**217,7**	**100,0%**	**63,6**	**100,00%**	**242,3%**
(+) Atividades operacionais	851,3	391,0%	870,9	1369,34%	**-2,25%**
(+) Atividade de investimento	-564,3	-259,2%	-131,4	-206,60%	**329,45%**
(+) Atividades de financiamento	-69,3	-31,8%	-675,9	-1062,74%	**-89,75%**
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	**418,8**		**201,0**		

Atividades operacionais

A geração de caixa operacional decorre substancialmente de nossas operações, podendo variar de período a período, conforme a flutuação das receitas de nossos negócios, dos custos dos nossos serviços, das despesas operacionais e de nosso resultado financeiro.

A geração de caixa também é impactada pela variação dos recebimentos de prêmios a repassar para as operadoras, uma vez que, dependendo da quantidade de dias úteis no final do período, há um recebimento de caixa relevante, sem o repasse correspondente.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o caixa gerado por nossas atividades operacionais foram de R$ 849,9 milhões e R$ 870,9 milhões, respectivamente. A redução é explicada principalmente pela variação dos pagamentos de juros sobre debentures no montante de R$ 35,2 milhões.

Atividades de investimento

O fluxo de caixa das atividades de investimento está relacionado principalmente: (i) às aquisições de empresas controladas; (ii) às aquisições de ativo imobilizado; e (iii) à aquisição de ativos intangíveis, dentre os quais os mais relevantes são os direitos de estipulação, administração e comercialização de planos de assistência à saúde, bem como de softwares para o incremento de nossa plataforma tecnológica. Estas atividades nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 foram de (R$563,5) milhões e de (R$131,4) milhões, respectivamente, a variação é explicita devido que em 2020 ocorreram diversas aquisições de carteira de clientes e aquisição das controladas Uniconsult, Plural e Oxcorp.

Atividades de financiamento

Os recursos líquidos aplicados nas atividades de financiamento consistem em recebimento pela emissão de ações/debêntures, incluindo integralização de capital por parte de nossos acionistas, valores pagos em arrendamentos e pagamento de dividendos e resgates de ações. Estas operações e atividades impactaram positivamente o caixa nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e de 2019.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 foram de (R$68,0 milhões) e (R$675,9 milhões) respectivamente. A variação é justificada, substancialmente, pelos motivos abaixo:

(i) quitação das antigas debêntures de forma antecipada em 22 de julho de 2019, mediante pagamento de R$ 611 milhões;

(ii) emissão de novas debêntures em 26 de julho de 2019, totalizando R$1,300 milhões;

(iii) redução de capital, aprovado por AGE realizada em 15 de agosto de 2019, no montante de R$980 milhões;

(iv) Pagamento de dividendos em 2019, no montante de R$ 366,5 milhões.

APRESENTAÇÃO DE NOSSAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS CONSOLIDADOS RELATIVAS EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

QUALICORP CONSULTORIA E CORRETORA DE SEGUROS S.A.
(ANTERIORMENTE DENOMINADA QUALICORP S.A.)
Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019
(em milhares de reais, exceto %)

Demonstração do Resultado	2019	AV 2019	2018	AV 2018	2019/2018
Receita Operacional Líquida	**2.001.326**	**100,0%**	**1.914.795**	**100,0%**	**4,5%**
Taxa de administração	1.223.257	61,1%	1.174.642	61,3%	4,1%
Corretagem	473.132	23,6%	485.107	25,3%	-2,5%
Agenciamento	156.590	7,8%	104.418	5,5%	48,7%
Massificados	4.238	0,2%	4.752	0,2%	-10,8%
Total Segmentos Afinidades	**1.857.217**	**92,8%**	**1.768.920**	**92,4%**	**5,0%**
Corporativo	53.200	2,7%	44.737	2,3%	18,9%
TPA	0	0,0%	1.151	0,1%	-100,0%
Gestão de Saúde	0	0,0%	0	0,0%	0,0%
Conectividade	0	0,0%	0	0,0%	0,0%
CRC Gama	90.910	4,5%	99.987	5,2%	-9,1%
Total Segmento Corporativo e Outros	**144.108**	**7,2%**	**145.875**	**7,6%**	**-1,2%**
Total da Receita Operacional Líquida	**2.001.326**	**100,0%**	**1.914.795**	**100,0%**	**4,5%**
Custo dos Serviços Prestados	-379.484	-19,0%	-368.621	-19,1%	2,9%
Receitas (Despesas) Operacionais	**-1.047.564**	**-52,3%**	**-907.349**	**-47,0%**	**15,5%**
Despesas administrativas	-586.431	-29,3%	-498.577	-25,8%	17,6%
Despesas comerciais	-277.706	-13,9%	-278.962	-14,4%	-0,5%
Perdas com créditos incobráveis	-71.039	-3,5%	-119.292	-6,2%	-40,4%
Outras (receitas despesas) operacionais	-112.388	-5,6%	-10.381	-0,5%	982,7%
Lucro Operacional ante do Resultado	**574.278**	**28,7%**	**638.962**	**33,1%**	**-10,1%**
Receitas financeiras	79.219	4,0%	63.034	3,3%	25,7%
Despesas financeiras	-115.968	-5,8%	-91.078	-4,7%	27,3%
Resultado antes Imposto de Renda e da Contribuição Social	**537.529**	**26,9%**	**610.918**	**31,6%**	**-12,0%**

Receita Operacional Líquida

Nossa receita operacional líquida aumentou R$86,5 milhões, ou 4,5% passando de R$1.914,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R$2.001,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, devido aos fatores abaixo descritos:

Segmento Afinidade: a receita líquida do segmento Afinidade apresentou aumento de R$88,3 milhões, ou 5,0%, passando de R$1.768,9 milhões em 2018, para R$1.857,2 milhões, em 2019 em razão dos seguintes fatores:

Taxa de Administração. Apresentou um aumento de R$48,6 milhões, ou 4,1%, passando de R$1.174,6 milhões, em 2018 para R$1.223,3 milhões, em 2019.

Corretagem. Apresentou uma redução de R$12,0 milhões, ou -2,5%, passando de R$485,1 milhões em 2018 para R$ 473,1 milhões em 2019.

Seguros Massificados. A receita desse segmento apresentou decréscimo no total de R$0,5 milhões, ou -10,8%, passando de R$4,8 milhões em 2018 para R$4,2 milhões em 2019 devido ao maior volume de cancelamentos de contratos em 2019.

Repasses Financeiros com Estipulação de Contratos (Royalties). Para efeitos comparativos, a partir de 2018 esta conta passou a não ser mais classificada como Receita.

Os pronunciamentos IFRS 9 e 15 foram emitidos pelo IASB e passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2018, com seus efeitos refletidos nas demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 com saldo de abertura em 1º de janeiro de 2018.

Sobre o IFRS 15, a Companhia adotou o método retrospectivo modificado com efeito cumulativo da aplicação inicial do pronunciamento, reconhecido na data da aplicação inicial (1 de janeiro de 2018).

Como consequência dessa perspectiva, a Companhia verificou os seguintes impactos decorrentes deste pronunciamento:

i. Os "Repasses financeiros com estipulação de contratos", anteriormente reconhecidos como receita no resultado do exercício, não atendem aos critérios de reconhecimento de receitas e passaram a ser reconhecidos como dedução da rubrica "Repasses financeiros contratos de adesão", do grupo de custo dos serviços prestados, não gerando impactos no resultado da Companhia, apenas em sua apresentação; e

ii. A norma estabelece que os custos diretamente relacionados à aquisição de novos contratos devem ser capitalizados. Dessa forma, os gastos variáveis com comissões de terceiros, inclusive com corretores internos, serão capitalizados como ativos intangíveis e amortizados pelo prazo médio de permanência dos beneficiários em nossa carteira, gerando impacto no resultado da Companhia.

Agenciamento. Apresentou um crescimento de R$50,8 milhões, ou 48,7%, passando de R$104,4 milhões em 2018 para R$155,2 milhões em 2019.

O incremento anual na receita do segmento afinidades, reflete o reajuste de preços, alteração de mix de produtos, aquisição e migração de carteiras de vidas e recuperação de receita de períodos anteriores.

Segmento Corporativo e Outros: a Receita líquida do segmento Corporativo e Outros apresentou um decréscimo de R$1,8 milhões ou -1,2% passando de R$145,9 milhões em 2018 para R$144,1 milhões em 2019, em razão dos seguintes fatores:

Corporativo. A receita desse segmento apresentou um crescimento de R$8,5 milhões, ou 18,9%, passando de R$44,7 milhões em 2018 para R$53,2 milhões em 2019, refletindo o incremento de vidas e reajuste de preços em contratos vigentes.

TPA. A receita desse segmento apresentou um decréscimo de R$1,2 milhões, ou -100% de 2018 para 2019, devido ao encerramento do contrato de AutoGestão com cancelamento de 1,4 milhão de vidas em janeiro de 2018.

CRC Gama. A receita desse segmento apresentou decréscimo de R$9,1 milhões, ou -9,1%, passando de R$100,0 milhões em 2018 para R$90,9 milhões em 2018. Essa variação decorre de cancelamentos de contratos em 2019.

Custos dos Serviços Prestados

O Custo dos Serviços Prestados aumentou R$10,9 milhões, ou 2,9%, passando de R$368,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, para R$379.5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, em razão principalmente dos seguintes fatores:

(v) Redução em ocupação em R$ 9,9 milhões ou -57,0% passando de R$17,4 milhões em 2018 para R$ 7,5 milhões em 2019. Em 2019 com a adoção CPC 06 (IFRS 16) os aluguéis passaram a integrar nosso imobilizado como direito de uso e são apropriadas como gastos de depreciações alocados em despesas administrativas.

(vi) Redução de gastos com pessoal no valor de R$3,2 milhões ou -2,6%, passando de R$124,0 milhões em 2018 para R$120,7 milhões em 2019 devido basicamente à reestruturação de quadro de pessoal decorrente de melhoria nos processos internos e adoção de ferramentas tecnológicas.

(vii) Redução dos repasses financeiros para Associações Profissionais e/ou Entidades de Classe no valor de R$2,5 milhões ou -2,9%, passando de R$87,0 milhões em 2018 para R$84,5 milhões em 2019.

Em atendimento ao IFRS 15, os repasses financeiros de contratos de adesão estão sendo apresentados líquidos da receita com estipulação de contratos a partir de 2018.

(viii) Aumento em serviços de terceiros no valor de R$5,8 milhões ou 5,6%, passando de R$103,2 milhões em 2018 para R$108,9 milhões em 2019. O crescimento decorre do projeto Qsaúde e do processo de transformação digital, concentrado em informática e tecnologia.

(ix) Despesa pontual ocorrida em 2019 relacionada a gastos com sinistro no valor de R$24 milhões.

Despesas Operacionais

As despesas operacionais aumentaram R$140,2 milhões, ou 15,5%, passando de R$907,3 milhões, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, para R$1.047,6 milhões, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, em razão dos fatores abaixo descritos:

Despesas Administrativas. Aumento de R$87,9 milhões, ou 17,6%, passando de R$498,6 milhões em 2018, para R$586,4 milhões em 2019, devido principalmente a:

(iv) Aumento de gastos com depreciações e amortizações de R$ 30,7 milhões, ou 12,4%, passando de R$ 248,9 milhões em 2018 para R$ 279,7 milhões em 2019. Para despesas administrativas o aumento é substancialmente decorrente da depreciação do direito de uso dos arrendamentos, além do incremento no valor do aluguel devido a imóvel ocupado pelo QSaúde.

(v) Aumento de gastos com autos de infração de R$16,3 milhões, ou 60,8%, passando de R$ 26,9 milhões em 2018 para R$ 43,2 milhões em 2019, aumento decorrente principalmente por maior volume de notificações da ANS emitidas.

(vi) Aumento em gastos com pessoal de R$ 43,8 milhões, ou 38,8% evoluindo de R$ 113,1 milhões em 2018 para R$ 156,9 milhões em 2019, principalmente na composição de quadro de pessoal para o projeto Qsaúde e em despesas relacionadas ao programa de ações restritas para os executivos e conselheiros.

Adicionalmente, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, reconhecemos despesas relativas ao antigo plano de opções, no montante de R$1,2 milhões, sem impacto no caixa. No exercício social encerado em 31 de dezembro de 2019, o montante dessa despesa que reconhecemos foi de R$ 0,4 milhões, sem impacto caixa.

Despesas Comerciais. Houve uma redução de -R$1,3 milhões, ou -0,5%, passando as despesas de R$279,0 milhões, em 2018, para R$277,7 milhões em 2019, devido, principalmente, a:

(iv) Incremento de gastos com depreciações e amortizações no valor de R$26,5 milhões, ou 35,5%, passando de R$74,6 em 2018 para R$101,1 milhões em 2019. Essa variação decorre da adequação ao CPC 47 (IFRS 15) que determinou a amortização dos gastos com comissão de vendas que foram lançados como ativo no Balanço. O aumento desta despesa é decorrente principalmente do acúmulo do saldo de amortização de 2018 adicionado ao incremento nos gastos relacionados à vendas em 2019.

(v) Redução de gastos com pessoal no valor de R$9,1 milhões, ou -16,5%, passando de R$55,5 milhões em 2018 para R$46,4 milhões em 2019 devido basicamente à reestruturação de quadro de pessoal decorrente de melhoria nos processos internos e adoção de ferramentas tecnológicas.

(vi) Economia em campanha de vendas no valor de R$6,3 milhões, ou -28,6% reduzindo de R$21,8 milhões em 2018 para R$15,6 milhões em 2019 devido ao foco em campanhas com natureza de premiação e direcionadas para venda digital, (aplicadas ao CPC 47).

(vii) Redução em outras despesas comerciais no valor de R$10,3 milhões, ou -37,1% reduzindo de R$27,7 milhões em 2018 para R$17,4 milhões em 2019

devido ao foco na venda digital e à adoção CPC 06 (IFRS 16) quando os aluguéis passaram a integrar nosso imobilizado como direito de uso e são apropriadas como gastos de depreciações alocados em despesas administrativas.

Perdas com Créditos Incobráveis. Redução de R$48,3 milhões, ou -40,4%, passando de R$119,3 milhões em 2018 para R$71,0 milhões em 2019, devido ações de recuperação principalmente referente a saldos de inadimplência de 2018.

Outras receitas/despesas operacionais líquidas. Redução de R$102,0 milhões, ou 982,7%, passando de um total de despesas de R$10,4 milhões em 2018 para um total de despesas de R$112,4 milhões em 2019. Após a análise de "impairment" apurou-se a necessidade de constituição de baixa do valor de R$ 107.881 do ágio da Connectmed-CRC e Gama Saúde mais a provisão por redução de valor recuperável de intangível dessas empresas no montante de R$ 3.555, totalizando R$ 111.436.

Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro

Nosso lucro operacional antes do resultado financeiro reduziu R$81,9 milhões, ou -12,5%, passando de R$656,2 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, para R$574,3 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, em razão das variações descritas anteriormente.

Resultado Financeiro

Despesas financeiras. Incremento de R$24,9 milhões, ou -27,3%, passando de R$91,1 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, para R$116,0 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 decorrente (i) de despesas financeiras da atualização monetária sobre debêntures relativas ao incremento do endividamento e renovação da dívida ocorridos em 2019 e ii) despesas de juros sobre arrendamentos referente à adoção CPC 06 (IFRS 16) quando os aluguéis passaram a integrar nosso imobilizado como direito de uso.

Receitas financeiras. Redução de R$16,2 milhões ou -25,7%, passando de R$63 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, para R$79,2 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 devido, majoritariamente, pelo menor rendimento de caixa (redução da Selic e redução da posição de Caixa.

Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social

Nosso resultado antes do imposto de renda e da contribuição social reduziu em R$90,6 milhões, ou -14,4%, passando de R$628,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R$537,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, em razão principalmente da baixa de *impairment* da Connectmed-CRC e Gama Saúde.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Nosso imposto de renda e a contribuição social reduziram R$65,7 milhões, ou -28,4%, passando de R$231,1 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, para R$165,4 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, devido principalmente à redução do Lucro antes de impostos e à incorporação da Qualicorp Corretora pela Qualcorp SA e consequente melhor aproveitamento fiscal.

Lucro (Prejuízo) do Exercício

Em decorrência dos fatores descritos acima, o lucro da Companhia reduziu em R$24,9milhões, ou -6,3%, passando de R$397,0 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, para um lucro de R$372,2 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, pelos fatores descritos acima.

DISCUSSÃO DOS ITENS SIGNIFICATIVOS DOS BALANÇOS PATRIMONIAIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(em milhares em reais, exceto porcentagem)	**2019**	**AV**	**2018**	**AV**	**2019/2018**
ATIVO	**3.357.387**	**100,00%**	**3.550.686**	**100,00%**	**-5,44%**
ATIVO CIRCULANTE	**894.234**	**26,63%**	**983.039**	**27,69%**	**-9,03%**
Caixa e equivalentes de caixa	201.050	5,99%	137.446	3,87%	46,28%
Aplicações financeiras	290.758	8,66%	352.091	9,92%	-17,42%
Créditos a receber de clientes	207.403	6,18%	192.493	5,42%	7,75%
Outros ativos	195.023	5,81%	301.009	8,48%	-35,21%
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**2.463.153**	**73,37%**	**2.567.647**	**72,31%**	**-4,07%**
Créditos a receber de clientes	437	0,01%	0	0,00%	0
Imposto de renda e contribuição social diferidos	122.595	3,65%	84.346	2,38%	45,35%
Outros ativos	65.398	1,95%	23.163	0,65%	182,34%
Investimentos	262	0,01%	262	0,01%	0,00%
Imobilizado	133.963	3,99%	54508	1,54%	145,77%
Intangível:					
Ágio	1.516.342	45,16%	1.624.223	45,74%	-6,64%
Outros ativos intangíveis	624.156	18,59%	781.145	22,00%	-20,10%
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**3.357.387**	**100,00%**	**3.550.686**	**100,00%**	**-5,44%**
PASSIVO CIRCULANTE	**459.484**	**13,69%**	**1.066.449**	**30,04%**	**-56,91%**
Debêntures	34.340	1,02%	615.726	17,34%	-94,42%
Impostos e contribuições a recolher	38.392	1,14%	30.695	0,86%	25,08%
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	15.735	0,47%	13.228	0,37%	18,95%
Prêmios a repassar	115.261	3,43%	202.868	5,71%	-43,18%
Repasses financeiros a pagar	18.360	0,55%	20.001	0,56%	-8,20%
Obrigações com pessoal	41.929	1,25%	43.767	1,23%	-4,20%
Antecipações a repassar	62.012	1,85%	46.420	1,31%	33,59%
Partes relacionadas	1.190	0,04%	0	0,00%	0
Arrendamentos	24.191	0,72%	0	0,00%	0
Débitos diversos	108.074	3,22%	93.744	2,64%	15,29%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	**1.489.681**	**44,37%**	**146.935**	**4,14%**	**913,84%**
Debêntures	1.296.060	38,60%	0	0,00%	0
Impostos e contribuições a recolher	4.108	0,12%	5.083	0,14%	-19,18%
Obrigações com pessoal	7.590	0,23%	0	0,00%	0

Imposto de renda e contribuição social diferidos	48.240	1,44%	70.568	1,99%	-31,64%
Opções para aquisição de participação de não controladores	0	0,00%	0	0,00%	0
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	54.859	1,63%	55.047	1,55%	-0,34%
Arrendamentos	72.420	2,16%	0	0,00%	0
Débitos diversos	6.404	0,19%	16.237	0,46%	-60,56%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**1.408.222**	**41,94%**	**2.337.302**	**65,83%**	**-39,75%**
Capital social	841.911	25,08%	1.809.071	50,95%	-53,46%
Reservas de capital	179.786	5,35%	146.166	4,12%	23,00%
Reserva de Lucro	386.525	11,51%	382.065	10,76%	1,17%

Ativo Circulante e Caixa e Equivalentes de Caixa

O ativo circulante da Companhia apresentou um decréscimo no valor de R$ 88,8 milhões, ou 9,03%, entre 31 de dezembro de 2018 e de 2019, principalmente em função de:

(i) redução nos saldos de adiantamento a operadoras/seguradoras e entidades de classe no montante de R$75 milhões.

(ii) aumento nos saldos de clientes no montante de R$15 milhões.

Ativo Não Circulante

O ativo não circulante da Companhia apresentou um decréscimo de R$ 104,4 milhões, ou 4,07%entre 31 de dezembro de 2018 e de 2019, em virtude principalmente de:

(i) baixa do ágio em torno de R$ 107,8 milhões decorrente da redução do valor recuperável (*impairment*) da unidade geradora de caixa segmento saúde da Gama/CRC;

Passivo Circulante

O passivo circulante apresentou redução de R$ 606,9milhões, ou 56,9%, entre 31 de dezembro de 2018 e de 2019, em função principalmente de:

(i) redução de R$581,3 milhões, ou 94,4%, devido a liquidações das emissões de 2018 antecipadas em 22 de julho de 2019. O saldo de 2019 é referente aos juros apropriados no período das novas emissões pagas semestralmente (em janeiro e julho).

Passivo Não Circulante

O passivo não circulante apresentou um aumento de R$ 1.342,7 milhões, ou 913,8%, entre 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2019, em função principalmente de:

(i) em 26 de junho de 2019 foram emitidas novas debêntures, gerando uma entrada de valor em R$1.296,06 milhões no não circulante.

(ii) Com aplicação da norma do IFRS16 (CPC 06-R2), a partir de 1º de janeiro de 2019 foi necessário evidenciar em balanço patrimonial os compromissos assumidos em contratos de arrendamento no montante de R$72,4 milhões em contrapartida a um ativo de direito de uso no imobilizado.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido reduziu em R$929 milhões entre 31 de dezembro de 2018 e de 2019, passando de R$2.337,3 para R$1.408,2, representando uma redução de 39,7% em função principalmente de:

(i) Redução de capital social no valor de R$980milhões de acordo com a AGE em 15 de agosto de 2019. Houve um aumento de capital de 10,9 milhões decorrente a plano de opções de ações;

(ii) aumento de reserva de capital em R$13,3 milhões, devido as adições de ações restritas;

(iii) aumento de reserva de lucro em R$26,2 milhões decorrente dos lucros do exercício de R$ 392 milhões e a distribuição de lucros em R$ 366 milhões, durante o exercício de 2019.

COMPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES DE FLUXO DE CAIXA NOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

A tabela abaixo apresenta os valores relativos às demonstrações de fluxo de caixa nos exercícios sociais encerrado em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro (em milhões de R$)					
	2019	**AV**	**2018**	**AV**	**2019/2018**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	**137,40**		**146,7**		**-6,34%**
Variação no exercício gerada por	**63,6**	**29,20%**	**-9,3**	**-14,62%**	**-783,87%**
(+) Atividades operacionais	870,9	399,86%	779,3	1225,31%	**11,75%**
(+) Atividade de investimento	-131,4	-60,33%	-332,9	-523,43%	**-60,53%**
(+) Atividades de financiamento	-675,9	-310,33%	-455,7	-716,51%	**48,32%**
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	**201,0**		**137,4**		

Atividades operacionais

A geração de caixa operacional decorre substancialmente de nossas operações, podendo variar de período a período, conforme a flutuação das receitas de nossos negócios, dos custos dos nossos serviços, das despesas operacionais e de nosso resultado financeiro.

A geração de caixa também é impactada pela variação dos recebimentos de prêmios a repassar para as operadoras, uma vez que, dependendo da quantidade de dias úteis no final do período, há um recebimento de caixa relevante, sem o repasse correspondente.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o caixa gerado por nossas atividades operacionais foram de R$ 870,9 milhões e R$ 779,3 milhões, respectivamente. O aumento é explicado principalmente pela variação dos recebimentos de prêmios a repassar R$ 127,8 milhões, em decorrência, principalmente, dos reajustes nos valores dos planos, no aumento do número de vidas.

Atividades de investimento

O fluxo de caixa das atividades de investimento está relacionado principalmente: (i) às aquisições de empresas controladas; (ii) às aquisições de ativo imobilizado; e (iii) à aquisição de ativos intangíveis, dentre os quais os mais relevantes são os direitos de estipulação, administração e comercialização de planos de assistência à saúde, bem como de softwares para o incremento de nossa plataforma tecnológica. Estas atividades nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 foram de (R$131,4) milhões e de (R$332,9) milhões, respectivamente, a variação é explicita devido que em 2018 ocorreu o pagamento de acordo de não competição ao nosso acionista fundador no valor total de R$ 213,4 milhões, o que não ocorreu em 2019.

Atividades de financiamento

Os recursos líquidos aplicados nas atividades de financiamento consistem em recebimento pela emissão de ações/debêntures, incluindo integralização de capital por parte de nossos acionistas e pagamento de dividendos e resgates de ações. Estas operações e atividades impactaram positivamente o caixa nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e de 2018.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 foram de (R$675,9 milhões) e (R$455,7 milhões) respectivamente. A variação negativa é justificada, substancialmente, pelos motivos abaixo.

(i) quitação das antigas debêntures de forma antecipada em 22 de julho de 2019, mediante pagamento de R$611 milhões;

(ii) emissão de novas debêntures em 26 de julho de 2019, totalizando R$1,300 milhões;

(iii) redução de capital, aprovado por AGE realizada em 15 de agosto de 2019, no montante de R$980 milhões.

10.2 - Os diretores devem comentar sobre

As avaliações e opiniões aqui constantes traduzem a visão e percepção dos Diretores sobre as atividades, negócios e desempenho da Companhia. Os valores constantes nesta seção 10.2 foram extraídos das demonstrações financeiras consolidadas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

a. resultados das operações da Companhia, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Companhia, através de suas controladas, possui apenas um segmento reportável, sendo ele o segmento Afinidades, e opera nesse segmento através da atividade de administradora de benefícios com as suas controladas Qualicorp Benefícios, Clube de Saúde, Qualicorp Administração e Serviços Ltda., Uniconsult Administradora de Benefícios e Serviços Ltda. e através da atividade de corretagem e agenciamento com a controlada Qualicorp Corretora de Seguros S.A. (até 31 de outubro de 2019 que foi incorporada pela Companhia).

Nossos Diretores entendem que nossa receita bruta é preponderantemente proveniente da (i) Taxa de Administração, (ii) Corretagem, (iii) Agenciamento; (iv) Repasses Financeiros com Estipulação de Contratos (royalties), (v) consultoria em gestão de benefícios, (vi) sistemas de conectividade ; (vii) Massificados.

Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, a representatividade das nossas receitas foram distribuídas da seguinte forma:

	Exercício findo em					
	2020		**2019**		**2018**	
	R$ MM	%	R$ MM	%	R$ MM	%
Taxa de administração	1.392.686	63,00%	1.346.997	61,90%	1.322.332	62,80%
Corretagem	611.834	27,70%	566.981	26,00%	563.291	26,80%
Agenciamento	110.350	5,00%	169.078	7,80%	125.468	6,00%
Repasses financeiros com estipulação de contratos	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Prestação de serviços de conectividade	82.832	3,80%	80.546	3,70%	79.224	3,80%
Consultoria em gestão de benefícios	6.446	0,30%	7.178	0,30%	10.039	0,50%
Massificados	5.470	0,20%	4.631	0,20%	5.268	0,30%

Em 31 de dezembro de 2020, o índice utilizado para reajuste dos nossos contratos de intermediação ficou em torno de 14,7%. Abaixo, segue uma breve descrição das principais fontes de nossa receita:

Segmento Afinidades

Em nosso segmento Afinidade possuímos as seguintes receitas, em ordem de importância: (i) Taxa de Administração, (ii) Corretagem, (iii) Agenciamento e (iv) Seguros Massificados.

Taxa de Administração. Nossas receitas de taxa de administração são recorrentes e correspondem à remuneração mensal da atividade de administração dos planos coletivos por adesão. Ela é paga mensalmente pelos Beneficiários membros das associações em função de todos os serviços prestados.

Corretagem. Nossas receitas de corretagem também são recorrentes e advêm da prestação dos serviços de corretagem sobre as operações de intermediação de vendas de seguros e planos de saúde e odontológico. Ela é paga pelas seguradoras e operadoras de saúde.

Agenciamento. Nossas receitas com agenciamento correspondem à remuneração sobre o montante das novas vendas efetuadas, que é paga diretamente pelas seguradoras e operadoras. Quando a venda é efetuada por meio de força de venda própria, inclui-se dentro do agenciamento a taxa de cadastramento paga pelo Beneficiário.

Seguros Massificados: Nossas receitas com Seguros Massificados são recorrentes e correspondem à remuneração mensal paga pelas seguradoras com as quais mantemos relacionamentos comerciais e advêm da prestação dos serviços de corretagem sobre as operações de intermediação de vendas de seguros massificados, como seguro de vida, capitalização, seguro residencial e de proteção financeira, garantia estendida e renda garantida.

Também no ano de 2018, foi registrado incremento da receita bruta em R$ 18 milhões, devido à entrada da carteira Vision Med em dezembro de 2017.

Em contrapartida, em janeiro de 2018, ocorreu o encerramento do contrato de Autogestão com cancelamento de 1,4 milhão de vidas.

Por fim, o restante da redução da receita de 2018 ocorreu devido à perda de aproximadamente 48 mil vidas no segmento afinidades, além da alteração de mix devido a estratégias de retenção de clientes com oferta de produtos mais acessíveis a fim de combater a maior perda de clientes durante o período de reajuste.

No ano de 2019 foi registrado incremento da receita bruta em R$ 76,1 MM, devido principalmente a: i) aquisições/ captações de carteiras que totalizam 18 mil vidas (SEESP, CAARS e CAIXA DOS ADVOGADOS) e impactaram a receita em R$ 7,3 MM, ii)

aumento de vendas versus 2018 e iii) melhoria no processo de retenção durante o período de reajuste através da maior assertividade na oferta de outros produtos para clientes que solicitaram cancelamento.

A carteira de clientes do segmento Adesão cresceu 26 mil vidas versus 2018 devido principalmente ao início da Administração da carteira Uniconsult em dez/19 (Aquisição da Empresa concretizada em 2020) e aquisição/ migração das carteiras mencionadas acima, que compensaram a quantidade de cancelamentos do ano.

Em 2020 foi registrado incremento da receita bruta em R$ 42,6 MM, devido principalmente a: i) aquisições/captações de carteiras totalizando cerca de 19 mil vidas (Club Care e Health Adm) e impactaram a receita em R$ 20,4 MM, ii) diminuição do *churn* devido entre outros fatores ao congelamento de reajuste dos prêmios a partir de setembro , bem como a melhoria na retenção dos clientes com aumento na gama de produtos de preços com prêmios mais adequados, iii) apesar do congelamento do reajuste houve diretriz para provisionamento dos montantes, iv) incremento de receita por aquisição do Grupo Plural/Oxcorp em R$ 7,1 MM.

A carteira de clientes do segmento Afinidades cresceu 92 mil vidas versus 2019 devido principalmente a aquisição do Grupo Plural/Oxcorp em dez/20 (Aquisição da Empresa concretizada em 2021), compensando um menor volume de vendas devido a pandemia.

Segmento Corporativo e Outros

Em nosso Segmento Corporativo e Outros possuímos as seguintes receitas, em ordem de importância: (i) Corretagem, (ii) Agenciamento; (iii) Consultoria em Gestão de Benefícios; (iv) Gestão em Saúde; e (v) TPA.

Corporativo

Corretagem. Nossas receitas com corretagem são recorrentes e correspondem à remuneração mensal paga pelas seguradoras e operadoras de saúde com as quais mantemos relacionamentos comerciais e advêm da prestação dos serviços de corretagem sobre as operações de intermediação de vendas de seguros e planos de saúde e odontológico.

Agenciamento. Nossas receitas com agenciamento correspondem à remuneração equivalente a um percentual incidente sobre o montante das novas vendas efetuadas paga diretamente pelas seguradoras e operadoras.

Consultoria em Gestão de Benefícios. Nossas receitas com consultoria em gestão de benefícios são recorrentes e correspondem à remuneração mensal devida pelas empresas que contratam os serviços de consultoria em gestão de benefícios.

Outros

Gestão em Saúde: Nossas receitas com Gestão em Saúde são recorrentes e correspondem à remuneração mensal devida pelas empresas que contratam programas de medicina preventiva, entre outros serviços.

Conectividade: Nossas receitas com sistemas de conectividade são recorrentes e correspondem à remuneração mensal dos serviços de sistemas de conectividade prestados a clientes corporativos.

TPA: Nossas receitas com TPA são recorrentes e correspondem à remuneração mensal devida pelas Autogestões e Órgãos Públicos que contratam os serviços de suporte administrativo.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Em referência ao ano de 2018, houve perda de clientes do contrato de Autogestão (TPA) com cancelamento de 1,4 milhão de vidas em janeiro de 2018. Ainda neste ano, tivemos a aquisição de uma nova carteira da ASBEN, com 10,9 mil vidas, o que gerou um incremento de vidas e receita no Segmento Afinidades.

Em referência ao ano de 2019, tivemos aquisições/captação de carteiras que totalizaram 18 mil vidas, incrementando número de vidas e receita no Segmento Afinidades. Além disso, passamos a administrar 35 mil vidas da Uniconsult em dez/19 e a Aquisição da Empresa se concretizou em 2020.

Em referência ao ano de 2020, tivemos o efeito da pandemia afetando toda a forma de relacionamento com prospects e clientes, o que levou a uma redução no número total de vendas versus 2020. Fato compensado pelas aquisições/captações de carteiras que totalizaram 19 mil vidas, gerando o aumento no número de vidas e receita do Segmento Afinidades. Adicionalmente, iniciamos a administração de 99 mil vidas do Grupo Plural/Oxcorp em dez/20 e a concretização da Aquisição da Empresa em 2021.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Nossas principais fontes de receita são afetadas pelas mudanças das condições políticas e econômicas, locais e nacionais, taxa de desemprego, políticas governamentais e pelo incremento de renda e do poder aquisitivo de nossos Beneficiários, sejam nos casos do segmento Afinidade (pessoas físicas vinculadas a Entidades de Classe/Instituições) quanto no Segmento Corporativo e Outros (pessoas jurídicas que pagam a totalidade ou parcela do seguro saúde de seus colaboradores).

No futuro, nossa expectativa é que nossa receita seja afetada principalmente por:

(i) Variação na base de Beneficiários: Variações na base de Beneficiários resultam de nosso esforço de venda no segmento Afinidade, bem como da obtenção de

novos clientes e contratos no Segmento Corporativo e Outros, além do foco em M&A e tem impacto direto em nossa receita operacional.

(ii) Reajustes no prêmio dos benefícios oferecidos / Taxas contratuais: Tanto no segmento Afinidade quanto no Corporativo, as receitas oriundas da Taxa de Administração, da Corretagem (que abrange segmento dos Seguros Massificados), e do Agenciamento resultam de um percentual estável e aplicado sobre o prêmio do benefício oferecido, o qual pode variar de cliente para cliente, mas não é alvo de regulamentação por órgãos ou agências reguladoras.

Dessa forma, nossa receita pode sofrer variações em decorrência do reajuste do prêmio dos benefícios oferecidos. Tal reajuste é anualmente negociado entre a Companhia e as Operadoras, e apresenta alta correlação com: (i) a inflação observada no segmento da saúde e (ii) a sinistralidade da carteira.

As receitas dos Outros segmentos (Conectividade e Gestão de Saúde) são baseadas em um valor fixo por contrato ou quantidade de membros geridos e podem sofrer variações de acordo com (i) a inflação observada no segmento da saúde; (ii) inflação da economia como um todo; e (iii) sinistralidade das carteiras geridas.

Taxa de câmbio: Visto que nossas receitas são basicamente em reais, entendemos que não estamos diretamente suscetíveis a riscos cambiais de maneira relevante. Nossas receitas podem ser afetadas pela taxa de câmbio na medida em que afetarem indiretamente a sinistralidade da carteira por meio de equipamentos médicos e/ou medicamentos importados.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante

Do ponto de vista de custos de prestação de serviço e despesas administrativas, nosso resultado operacional e financeiro pode ser impactado por:

(i) Inflação: Como é típico de empresas prestadoras de serviço, nosso principal insumo é a mão de obra especializada, tanto direta quanto indireta, de prestadores de serviços. Dessa forma, nosso resultado operacional pode ser afetado por pressões inflacionárias no custo da mão de obra qualificada. Outras despesas significativas, tais como as relacionadas a marketing e/ou serviços terceirizados, também podem ser afetadas por pressões inflacionárias e impactar em nosso resultado operacional.

(ii) Taxa de Câmbio: Visto que nossos custos e despesas operacionais, são, em grande parte, denominados em reais, entendemos que não estamos suscetíveis a riscos cambiais relevantes.

(iii) Taxa de Juros: A variação da taxa de juros pode impactar nosso resultado financeiro em face dos compromissos financeiros que assumimos, traduzidos,

sobretudo, no pagamento da remuneração devida aos titulares das debêntures de emissão das nossas controladas. Outrossim, a variação na taxa de juros pode afetar nossas receitas financeiras, oriundas das Aplicações Financeiras da empresa, bem como as receitas oriundas do atraso no pagamento das mensalidades dos Beneficiários.

10.3 - Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados

As avaliações e opiniões aqui constantes traduzem a visão e percepção dos Diretores sobre as atividades, negócios e desempenho da Companhia. Os valores constantes nesta seção 10.3 foram extraídos das demonstrações financeiras consolidadas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Os Diretores da Companhia informam que todas as introduções e alienações de segmentos operacionais, consequência de constituição, aquisição ou alienação de participações societárias, realizadas entre 1° de janeiro de 2018 e 31 de dezembro de 2020 estão descritas no item 10.3 (b) abaixo.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de outubro de 2019, os acionistas da Companhia aprovaram a incorporação, pela Companhia, de sua subsidiária integral, Qualicorp Corretora de Seguros S.A. Em decorrência de referida incorporação, a Qualicorp Corretora de Seguros S.A. foi extinta e a Companhia passou a sucedê-la a título universal e sem qualquer solução de continuidade, em todos os seus ativos e passivos, direitos e obrigações, de qualquer natureza, patrimoniais ou não patrimoniais.

A incorporação está alinhada com a estratégia de otimização das estruturas societárias e de negócios da Companhia. Com isso, pretende-se reduzir custos em áreas administrativas e com o cumprimento de obrigações acessórias, além de tornar a administração conjunta mais eficiente ao gerar aproveitamento de sinergias, o que resultará em benefícios de natureza patrimonial e financeira para a Companhia e para a Incorporada.

Em 4 de dezembro de 2019, a controlada direta Qualicorp Administradora de Benefícios S.A. adquiriu 75% do capital social da Uniconsult Administradora de Benefícios e Serviços Ltda. (“Uniconsult”), uma empresa que estrutura e administra contratos coletivos por adesão, empresariais e odontológicos entre operadoras, entidades de classe e empresas elegíveis a este segmento.

Por meio dessa transação a Companhia passou a ser proprietária de 112.500 quotas de emissão da Uniconsult, tendo pago como contraprestação o montante de R$21.001.

Após a aprovação da Agência Nacional de Saúde (ANS), em 24 de janeiro de 2020, esse valor foi composto por um preço pago na data do fechamento (06/02/2020) no valor de R$ 16.735 a título de 1ª parcela (no dia 07 de fevereiro) sendo R$16.600 referente a 80% do preço ajustado mais um bônus de R$135, além de um montante residual de 20% no valor de R$ 4.266 (2ª parcela) pago em 6 de abril de 2020

O Conselho de administração da Companhia aprovou, em 13 de janeiro de 2020, a contratação de operação de alienação de todas as atividades, ativos e passivos da Qsaúde para o Sr. José Seripieri Filho, acionista da controladora. Nesse contexto, a Companhia celebrou, nesta mesma data, o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, cuja validade e eficácia ficou condicionada, dentre outras condições, à aprovação pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia ("AGE").

A AGE realizada em 30 de janeiro de 2020 analisou, aprovou e ratificou pelos acionistas a recomendação do Conselho de Administração dos seguintes termos: (i) alienação pela Companhia da totalidade das quotas de emissão da controlada Qsaúde Operadora de Planos de Saúde Ltda. para o Sr. José Seripieri Filho, nos termos da Proposta de Administração e contrato disponibilizado no valor de R$ 70.501; (ii) todo e qualquer valor que tenha sido ou venha a ser custeado pelas vendedoras para pagamento de despesas e custos fixos e ordinários para fins de cumprimento das obrigações assumidas pela Qsaúde como parte do seu plano de iniciar suas atividades operacionais entre 31 de dezembro de 2019 até data de fechamento, (iii) na concessão de liberação parcial e restrita das obrigações de não competição e não aliciamento de clientes, fornecedores, distribuidores e/ou parceiros comerciais, assumidas pelo Sr. José Seripieri Filho no Contrato de Assunção de Obrigação de Não Alienação de Ações e Não Competição de Negócios, celebrado com a Companhia em 28 de setembro de 2018; e (iv) na celebração de contrato de parceria comercial entre a Companhia, sua controlada Qualicorp Administradora e a Qsaúde para regular o oferecimento de produtos da Qsaúde pela Companhia.

Em 24 de abril de 2020 ocorreu a transferência das quotas da Qsaúde e a partir do dia 25 de abril de 2020 os resultados da mesma já não faziam mais parte do Grupo Qualicorp.

Em 1º de dezembro de 2020 a Companhia e a Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.celebraram um instrumento de transação com ex acionista fundador e entidades por ele controladas ("Instrumento de Transação") tendo por objetivos: (a) encerrar as relações societárias com ex acionista fundador, inclusive com a extensão, por mais 2 (dois) anos, de sua obrigação de não competição com a Qualicorp e (b) concluir o procedimento arbitral relativo ao preço de aquisição das quotas da Qsaúde, originalmente contratada em 13 de janeiro de 2020.

Dessa forma, por meio desse Instrumento de Transação:

- Foi acordada a extensão, por mais 2 (dois) anos, até 28 de setembro de 2026, da obrigação de não competição assumida pelo Sr. José Seripieri Filho no Contrato de Assunção de Obrigação de Não Alienação de Ações e Não Competição de Negócios celebrado em 28 de setembro de 2018 e seu aditamento celebrado em 24 de abril de 2020 (em conjunto "Contrato de Não Competição");

- O Sr. José Seripieri Filho e suas controladas, diretas e indiretas, obrigaram-se a alienar sua participação societária na Qualicorp, bem como a não adquirir novas ações de sua emissão pelo prazo de 10 (dez) anos;

- Como contrapartida pela extensão do prazo da obrigação de não competição e como forma de viabilizar a execução da obrigação de alienar sua participação societária, o Sr. José Seripieri Filho foi dispensado da obrigação, também prevista no Contrato de Não Competição, de manter sob sua titularidade a quantidade de ações de emissão da Companhia prevista no Contrato de Não Competição;

- Encerrado o procedimento arbitral em que se discutia o preço de aquisição das quotas da Q Saúde, que foi fixado em R$51.083 e que será pago em 120 (cento e vinte) parcelas mensais, corrigidas pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, sendo R$ 4.870 apresentado no ativo circulante e R$ 35.679 apresentando no ativo não circulante em 31 de dezembro de 2020, as parcelas de janeiro, fevereiro e março de 2021 foram pagas no prazo, integralmente; e

- Foi distratado o Contrato de Parceria Comercial e Outras Avenças celebrado em 24 de abril de 2020 entre Qualicorp e a Q Saúde, sem quaisquer obrigações ou ônus adicionais para qualquer das partes.

Em 17 de novembro de 2020, a Companhia e sua controlada direta Qualicorp Administradora de Benefícios S.A. celebraram Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças para aquisição de 75% do capital social da Oxcorp Gestão Consultoria e Corretora de Seguros Ltda ("Oscorp"), corretora de seguros, e da Plural Gestão em Planos de Saúde Ltda ("Plural"), administradora de benefícios, incluindo opções de compra e venda dos 25% remanescentes, que permanecem com os demais sócios minoritários de referidas sociedades, os quais, inclusive, permanecem na administração.

Em contraprestação à aquisição das quotas da opção em cada uma das Sociedades, os quotistas minoritários farão jus a um preço de exercício equivalente a um montante correspondente a um múltiplo de EBITDA ajustado das Sociedades multiplicado pela participação que as quotas em referência representam no capital social total e votante de cada respectiva Sociedade. Essas opções poderão ser exercidas em janelas anuais, sempre no prazo de 3 meses contados a partir da Data de Definição do EBITDA Ajustado do ano imediatamente anterior. Em 31 de dezembro de 2020, o valor justo das mesmas eram de R$ 15.742 e R$ 2.235, para Plural e Oxcorp, respectivamente.

A transação foi aprovada pela ANS em 7 de dezembro, concluída em 9 de dezembro de 2020 (data de aquisição) pelo pagamento total e conjunto de um montante de R$ 202.500 sujeito à ajuste por dívida líquida (sendo R$ 198.500 à vista e R$ 4.000 retido a título de passivo contingente de indenização), além de uma parcela contingente e futura, variável de acordo com o resultado das Sociedades no próximo ano ("Contas a Pagar por Aquisição ou Earn-Out" no valor de R$ 59.089 em 31 de dezembro de 2020 para a controlada Oxcorp).

c. eventos ou operações não usuais

Não houve, durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, quaisquer eventos ou operações não usuais relacionadas às atividades da Companhia que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

Realizou-se operação não usual, com acionista fundador, na qual a Companhia por decisão unânime do Conselho de Administração, em 28 de setembro de 2018, sem a presença do acionista fundador, firmou contrato de assunção de obrigação de não alienação de ações e não competição de negócios, no valor de R$ 150 Milhões líquidos de impostos (R$ 206,8 Milhões brutos de impostos) pelo prazo de seis anos (72 meses), podendo ser estendido por 2 (dois) anos, a qualquer tempo até o 5º ano da data de assinatura e a exclusivo critério da Companhia, mediante o pagamento de indenização adicional.

O acionista fundador obrigou-se, nos termos do contrato:

(i) não alienar 13.652.913 ações de emissão da Companhia de sua titularidade (ações restritas), equivalentes a 150% (cento e cinquenta por cento) do valor da indenização, ou seja, R$ 225 Milhões, até serem cumpridos 48 meses contados da data de assinatura do contrato, sendo após esse período efetuadas liberações ou recomposições parciais desta quantidade de ações, conforme cronograma previsto no contrato (ii) não competir com os negócios da Companhia, independentemente de exercício ou não de cargo de administrador da Companhia e suas controladas, referida obrigação de não competir abrange não interferir no relacionamento mantido entre a Companhia e qualquer cliente, fornecedor, distribuidor, atual ou futuro e também não solicitar ou encorajar qualquer pessoa a deixar seu emprego ou deixar de prestar serviços para a Companhia ou suas controladas.

Em caso de inadimplemento das obrigações assumidas pelo acionista fundador seria aplicada multa compensatória, a ser paga em favor da Companhia, de até 150% (cento e cinquenta por cento) alinhada à cláusula pelo tempo restante do contrato.

Adicionalmente, é permitida a rescisão pelo acionista fundador com a devolução do valor proporcional da indenização à Companhia nos seguintes casos: (a) aquisição de controle hostil e (b) destituição do conselho de administração que resultar ou for relacionada a pedido de convocação de Assembleia Geral Extraordinária (AGE) por acionistas da Companhia conforme leis das Sociedades Anônimas.

O custo total do contrato, no valor de R$ 206,8 Milhões, foi registrado no ativo intangível e será amortizado pelo prazo de sua vigência.

Em 1 dezembro de 2020, foi acordada a extensão, por mais 2 (dois) anos, ou seja, até 28 de setembro de 2026, da obrigação de não competição assumida pelo Sr. José Seripieri Filho no Contrato de Assunção de Obrigação de Não Alienação de Ações e Não Competição de Negócios celebrado em 28 de setembro de 2018 e seu aditamento celebrado em 24 de abril de 2020 (em conjunto “Contrato de Não Competição”);

10.4 - Os diretores devem comentar

As avaliações e opiniões aqui constantes traduzem a visão e percepção dos Diretores sobre nossas atividades, negócios e desempenho da Companhia. As informações constantes nesta seção 10.4 têm como base as demonstrações financeiras consolidadas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, não houve mudança significativa nas práticas contábeis.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as políticas da Companhia sofreram alterações devido à adoção dos IFRS 16 (Arrendamentos – CPC 06 R2), IFRIC 23 (Incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro – ICPC 22), IFRS 9 (Instrumentos Financeiros – CPC 48) e IFRS 15 (Receitas de contratos com clientes – CPC 47) conforme a seguir:

Operações de arrendamento mercantil: Os arrendamentos de ativos, são registrados no montante do compromisso assumido, ajustado a valor presente, em contrapartida a um ativo de direito de uso, amortizado ou depreciado durante o período de vigência do contrato. O passivo assumido é descontado pela taxa de juros de empréstimo incremental do grupo correspondente ao CDI futuro mais Spread de juros (no intervalo de 1,15% a 1,3% a.a) que na opinião da Companhia, é a sua melhor representatividade econômica, cujas premissas são revisadas pelo menos anualmente, sendo esses montantes contabilizados no resultado financeiro.

Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Os ativos de baixo valor são montantes arrendados com valor contábil inferior a R$ 20 mil.

Apuração do resultado: a Receita de repasses financeiros com estipulação de contratos (corresponde à remuneração mensal devida pelas operadoras e seguradoras, relativa aos serviços de estipulação do seguro ou contratação dos planos assistenciais, os quais são apropriados e recebidos mensalmente pelas controladas Qualicorp Benefícios e Qualicorp Administração e Serviços Ltda., é reconhecida como redutora dos Custos dos Serviços Prestados na linha “Repasses financeiros contratos de adesão;

Intangível: os custos diretamente relacionados à aquisição de novos contratos devem ser capitalizados. Dessa forma, os gastos variáveis com comissões de terceiros, inclusive com corretores internos, são capitalizados como ativos intangíveis e amortizados pelo prazo médio de permanência dos beneficiários em nossa carteira; e

Provisão para devedores duvidosos: O Grupo Qualicorp, nas operações em que assume o risco de crédito, mensura e reconhece as perdas de crédito esperadas, calculadas através do percentual de inadimplência identificado em Nota Técnica atuarial sobre os respectivos faturamentos. Esse estudo atuarial é reavaliado anualmente a menos que

ocorra uma alteração significativa no mix de operadoras/clientes ou uma alteração significativa dos prazos de cancelamentos dos clientes por débito. Os valores vencidos há mais de 60 dias são baixados como perdas com créditos incobráveis e registrados como recuperação de crédito, quando do efetivo recebimento. A Administração entende que a provisão para devedores duvidosos calculadas nos moldes descritos acima está em pleno atendimento às correspondentes práticas adotadas no Brasil e as IFRS.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Com a adoção de forma prospectiva em 2019 do IFRS 16 (Arrendamentos – CPC 06 R2), tivemos os impactos conjuntos de R$ 65.283 milhões no balanço patrimonial consolidado, para abertura de saldo contábil em 1º janeiro de 2019:

Balanço patrimonial	Divulgado 31/12/2018	IFRS 16	Adoção Normas 01/01/2019
Ativo circulante	981.666	(528)	981.138
Outros ativos (*)	299.774	(528)	299.246
Outros ativos circulantes	681.892		681.892
Ativo não circulante	2.567.647	65.811	2.633.458
Imobilizado	54.508	66.177	120.685
Impostos diferidos	84.346	1.351	85.697
Outros ativos (*)	23.163	(1.717)	21.446
Outros ativos não circulantes	2.405.630		2.405.630
Total do ativo	3.549.313	65.283	3.614.596
Passivo circulante	1.047.885	18.605	1.066.490
Arrendamentos	-	20.118	20.118
Débitos Diversos	75.180	(1.513)	73.667
Outros Passivos Circulantes	972.705		972.705
Passivo não circulante	146.935	46.624	193.559
Arrendamentos	-	44.868	44.868
Impostos Diferidos	70.568	1.756	72.324
Outros Passivos Não Circulantes	76.367		76.367
Patrimônio líquido	2.354.493	54	2.354.547
Total do passivo e do patrimônio líquido	3.549.313	65.283	3.614.596

IFRIC23 - A interpretação descreve como determinar a posição fiscal e contábil quando houver incerteza sobre o tratamento do imposto de renda. A interpretação requer que a entidade:

- Determine se posições fiscais incertas são avaliadas separadamente ou como um grupo; e

- Avalie se é provável que a autoridade fiscal aceite a utilização de tratamento fiscal incerto, ou proposta de utilização, por uma entidade nas suas declarações de imposto de renda.
- Em caso positivo, a entidade deve determinar sua posição fiscal e contábil em linha com o tratamento fiscal utilizado ou a ser utilizado nas suas declarações de imposto de renda;
- Em caso negativo, a entidade deve refletir o efeito da incerteza na determinação da sua posição fiscal e contábil.

Não foram identificados temas que pudessem gerar ajustes nas demonstrações financeiras decorrentes da aplicação do IFRIC23/ICPC22.

Com a adoção de forma prospectiva em 2018 do IFRS 9 (Instrumentos Financeiros – CPC 48) e IFRS 15 (Receitas de contratos com clientes – CPC 47) tivemos os impactos conjuntos de R$ 45.02 milhões em nossas demonstrações financeiras para abertura de saldo contábil em 1º janeiro de 2018:

Balanço patrimonial	**1º de Janeiro de 2018 – R$ milhões**			
	Divulgado 31/12/2017	IFRS 9	IFRS 15	Após Adoção IFRS 9 e 15
Ativo circulante	1.034	(4.8)	-	1.029
Credito a receber de clientes	217	(4.8)	-	212
Outros ativos circulantes	816	-	-	816
Ativo não circulante	2.497	1.6	48	2.547
Outros ativos intangíveis	635	-	73	708
Impostos diferidos	155	1.6	(24)	132
Outros ativos não circulante	1.706	-	-	1.706
Total do ativo	3.531	(3.2)	48	3.576
Passivo circulante	407	-	-	407
Passivo não circulante	756	-	-	756
Patrimônio líquido	2.366	(3.2)	48	2.411
Total do passivo e patrimônio líquido	3.531	(3.2)	48	3.576

c. ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Os pareceres dos auditores independentes, emitidos para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 não contêm ênfases ou ressalvas.

10.5 - Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

As avaliações e opiniões aqui constantes traduzem a visão e percepção dos Diretores sobre as atividades, negócios e desempenho da Companhia. As informações constantes nesta seção 10.5 têm como base as demonstrações financeiras consolidadas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

A elaboração das demonstrações financeiras requer, por parte dos Diretores, a utilização de estimativas e premissas que, no seu melhor julgamento, afetam os montantes apresentados quanto a certos ativos, passivos, receitas e despesas e outras transações, como, por exemplo, a determinação das provisões necessárias para provisões para riscos e da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a determinação da vida útil dos bens do ativo imobilizado, a preparação de projeções e análises sobre o valor recuperável dos ágios, ativos intangíveis de vida útil determinada e a realização do saldo de imposto de renda diferido ativo e passivo, entre outras. Os valores adotados por estimativas ou a partir de premissas podem diferir dos valores reais apurados futuramente.

Na aplicação das práticas contábeis descritas nas notas explicativas das demonstrações financeiras do Grupo Qualicorp, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

As áreas que envolvem julgamento ou uso de estimativas relevantes às demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico e, quando aplicável, os valores foram ajustados ao valor justo das transações.

Nesse contexto, as estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas pela Administração do Grupo Qualicorp e baseiam-se na experiência histórica e em vários outros fatores, que entende como razoáveis e relevantes.

O Grupo Qualicorp adota premissas e faz estimativas com relação ao futuro, a fim de proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre

eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, que requerem o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões relativamente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos, e os resultados reais raramente serão exatamente iguais aos estimados.

Para aplicação das práticas contábeis, a Administração da Companhia adotou as seguintes premissas que podem afetar as demonstrações financeiras:

I. Caixa e equivalentes de caixa

A Administração da Companhia define como "Caixa e equivalentes de caixa" os valores mantidos com a finalidade de atender a compromissos financeiros de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

II. Aplicações financeiras

A Administração da Companhia define como "Aplicações financeiras" os valores realizáveis acima de 90 dias da data da aplicação, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Inclui fundo de investimento multimercado exclusivo de crédito privado e fundos dedicados à ANS como ativo garantidor.

III. Créditos de operações com administração de benefícios, contraprestações/prêmios a restituir, receita antecipada de contraprestações/prêmios e débitos de operações com administração de benefícios.

Nas operações de administração de contratos coletivos por adesão efetuadas por conta e ordem de terceiros e nas operações de estipulação de contratos coletivos por adesão (contratos nos quais as estipulantes são as controladas Qualicorp Benefícios, Clube de Saúde, Uniconsult e Plural), o Grupo Qualicorp efetua as operações de cobrança dos beneficiários e as repassa às operadoras e seguradoras de saúde, através da quitação das respectivas faturas, independentemente dos recebimentos (operações que transferem o risco de crédito dos beneficiários para o Grupo Qualicorp), com exceção dos casos em que o risco de crédito é da seguradora/operadora de saúde. Essas operações, com e sem risco de crédito, são contabilizadas na rubrica do ativo "Créditos a receber de clientes", em contrapartida das rubricas "Prêmios a repassar" (valores devidos às operadoras e seguradoras) e "Repasses financeiros a pagar" (valores devidos às entidades) e às contas de resultado relativas à taxa de administração e repasses

financeiros.

Os recebimentos antecipados de clientes são contabilizados no passivo na rubrica “Antecipações a repassar”.

O Grupo Qualicorp desenvolve atividades relacionadas com corretagem e intermediação de benefícios coletivos por adesão e empresariais; adicionalmente, atua nesse segmento como prestadora de serviços especializados na área consultiva, auxiliando na gestão dos benefícios contratados pelos seus clientes, bem como atua no desenvolvimento e na distribuição de seguros massificados, como seguro de vida, capitalização, seguro residencial, de proteção financeira, garantia estendida e renda garantida.

IV. Provisão para devedores duvidosos

Utilizando-se de uma abordagem simplificada na mensuração de créditos de liquidação duvidosa, no reconhecimento inicial de contas a receber de clientes, as Administradoras de Benefícios do Grupo Qualicorp que assumem o risco de crédito reconhecem no resultado a provisão de perdas, calculada através do percentual de inadimplência identificado na Nota Técnica atuarial da Companhia sobre os respectivos faturamentos, respeitando o período de cancelamento para cada contrato. Esse estudo atuarial é reavaliado anualmente a menos que ocorra uma alteração significativa no mix de operadoras/clientes ou uma alteração significativa dos prazos de cancelamentos dos clientes por débito que exija avaliação em menor prazo.

Os valores vencidos há mais de 60 dias são baixados como perdas com créditos incobráveis e registrados como recuperação de crédito, quando do efetivo recebimento.

V. Combinação de negócios e investimentos em controladas

Uma combinação de negócios ocorre por meio de um evento em que a Companhia ou suas controladas adquirem o controle de um novo ativo (negócio), independente da sua forma jurídica.

De acordo com a nova definição de negócio constante no item B7 da IFRS 3 revisada e atualizada no Pronunciamento Técnico CPC/15 (R1), um negócio consiste de Inputs (Entradas) e Processos que aplicados a essas entradas possuem a capacidade de contribuir para a criação de Outputs (Saídas), ou seja, as principais alterações dizem respeito à uma definição mais restrita de saídas onde um conjunto de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um input e um processo substantivo para ser um negócio.

Demonstrações financeiras consolidadas

Controladas

Todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle de forma direta ou indireta são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa

de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos e dos passivos incorridos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas pela Companhia em troca do controle da adquirida.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são registrados pelo valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo e são amortizados pela vida útil estimada utilizando o método linear.

Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia aplica os requisitos da interpretação técnica ICPC 09 (R2) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição seja reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado.

As contraprestações transferidas, bem como o valor justo líquido dos ativos e passivos, são mensuradas utilizando-se os mesmos critérios aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas descritos anteriormente. Nas demonstrações financeiras individuais os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As práticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

VI. Imobilizado

Está demonstrado ao custo de aquisição. Os saldos apresentados encontram-se deduzidos das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, levando em consideração a vida útil estimada dos bens, exceto para as benfeitorias em imóveis de terceiros que são amortizados de acordo com os prazos dos contratos de locação dos imóveis.

O valor residual dos itens do imobilizado é baixado imediatamente ao seu valor

recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável (nota explicativa nº 3.ix).

VII. Intangível

Está representado principalmente: (i) pelos valores dos ágios pagos nas aquisições de controladas (*); (ii) pelos valores alocados a título de relacionamento com clientes pagos na aquisição de investimentos de controladas (*); (iii) pela aquisição de cessão de direitos, adquiridas de terceiros; e (iv) pelas licenças de softwares e softwares em uso e em desenvolvimento, pagos a terceiros.

Esses ativos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A amortização dos ativos intangíveis com vida útil definida é calculada pelo método linear, com base no prazo em que o ativo irá gerar benefícios econômicos futuros, conforme mencionado na nota explicativa. nº 14.

O valor residual dos itens do intangível é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável (nota explicativa nº 3.ix).

(*) Nas demonstrações financeiras individuais esses valores estão demonstrados na rubrica “Investimentos”, líquidos das amortizações e baixas.

VIII. Redução ao valor recuperável do ativo (*Impairment*)

Imobilizado e ativos intangíveis de vida útil definida

No fim de cada exercício e/ou quando houver indícios de redução ao valor recuperável, a Companhia e suas controladas revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis com vida útil determinada para verificar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se aplicável. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da Unidade Geradora de Caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou UGC) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou UGC) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou UGC) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou UGC) em exercícios anteriores.

A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Ágio

O ágio (goodwill) é o valor excedente do custo da combinação de negócios em relação à participação da empresa adquirente sobre o valor justo dos ativos e passivos da adquirida, ou seja, o excedente é a parcela paga a maior pela empresa adquirente devido à expectativa de geração de lucros futuros pela empresa adquirida.

As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução ao valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução ao valor recuperável.

Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução ao valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução ao valor recuperável não é revertida em exercícios subsequentes.

Adicionalmente, existem ágios alocados a duas unidades geradoras de caixa a saber: Segmento Afinidades e Segmento Saúde que são avaliados para fins de impairment anualmente. Para detalhes ver nota explicativa nº 14.II.

IX. Custos de transação incorridos na captação de recursos para o capital próprio

Os custos de transação incorridos e diretamente atribuíveis às atividades necessárias, exclusivamente, à consecução de captações de recursos próprios são contabilizados diretamente em rubrica do patrimônio líquido, a débito de capital - “Gastos na emissão de ações”.

X. Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

A controlada direta Gama Saúde reconhece provisões técnicas de operações de assistência à saúde nas suas demonstrações financeiras, tendo como orientação

reconhecer como provisão o valor integral informado pelo prestador ou beneficiário, determinada com base nos avisos que relatam a ocorrência de eventos cobertos pelos contratos em vigor e que tenham sido recebidos até a data das demonstrações financeiras.

XI. Arrendamentos

Dentro da pratica contábil e sua avaliação a Companhia nestas demonstrações financeiras entende ter contratos de arrendamento aderentes a norma. O Grupo Qualicorp avalia, na data de início do contrato, se um contrato de aluguel é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor, que são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Os ativos de baixo valor são montantes arrendados com valor contábil inferior a R$20.

O Grupo Qualicorp reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo Qualicorp utiliza a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento ou uma alteração nos pagamentos do arrendamento.

XII. Debêntures

Estão representados por recursos captados através da emissão de debêntures, que são demonstrados pelo valor atualizado dos encargos financeiros, calculados com base nas taxas de juros acrescidas dos custos de transação.

Os custos de transação incorridos e diretamente atribuíveis às atividades necessárias exclusivamente à consecução de captações de recursos por meio da contratação de instrumento de dívida - debêntures são contabilizadas a débito de debêntures, e amortizados no resultado, no prazo da operação.

XIII. Apuração do resultado

As receitas decorrentes da intermediação de vendas de planos de saúde e odontológicos efetuados aos beneficiários são contabilizadas quando da efetivação das vendas, que

ocorrem geralmente até o mês subsequente à liquidação dos valores devidos pelas seguradoras e operadoras. As principais receitas são as seguintes:

a) Receita de agenciamento: corresponde à remuneração única sobre o montante das novas vendas efetuadas, que é paga diretamente pelas seguradoras e operadoras, inclui, ainda, a taxa de cadastramento paga pelo beneficiário para à Companhia, sendo que até 31 de outubro de 2019 tais pagamentos eram efetuados para a controlada Qualicorp Corretora (incorporada) no momento da sua adesão ao respectivo plano (receita oriunda dos contratos coletivos por adesão) quando efetuada a venda pela própria equipe da Companhia ou corretores terceiros.

b) Receita de corretagem: Corresponde a negociação e a estipulação de apólices e contratos coletivos de planos de assistência à saúde e odontologia, seguros de vida e previdência privada entre Pessoas Jurídicas (empresas) e Operadoras de Planos de Assistência à Saúde e Seguradoras, auxiliando tais pessoas jurídicas a incorporarem a assistência à saúde e seguros como parte do pacote de benefícios oferecido aos seus empregados. Dessa forma, cria-se uma relação direta entre o contratante (empresa) e o contratado (Operadora ou Seguradora), na qual figuramos como corretores. Nessa relação, a Operadora ou Seguradora emite uma apólice ou contrato para cada contratante, cujos termos e condições se aplicarão aos empregados a serem beneficiados. Cada empresa, por meio de sua política de recursos humanos, determina as características e coberturas do seguro ou plano contratado de acordo com a grade de produtos da Operadora ou Seguradora, podendo ainda solicitar customizações, bem como definir o critério pelo qual o benefício será subsidiado – se integralmente pela empresa, ou se por meio de uma coparticipação dos empregados. Até 31 de outubro de 2019 essas atividades eram intermediadas por meio da controlada Qualicorp Corretora (incorporada – as atividades foram assumidas pela Companhia).

c) Receita de taxa de administração: corresponde à remuneração mensal da atividade de administração e/ou estipulação dos ramos de saúde e odontológico dos planos coletivos por adesão, efetuados pelas controladas Qualicorp Benefícios, Clube de Saúde, Uniconsult e Plural bem como à remuneração mensal da atividade de estipulação dos ramos de seguro de vida, acidentes pessoais e previdência privada, efetuados pela Qualicorp Administração e Serviços Ltda.

As receitas da controlada Gama Saúde também são reconhecidas nessa rubrica. Essas receitas são decorrentes dos prêmios ganhos, sendo reconhecidas, considerando o período de cobertura do risco, de acordo com as disposições contratuais, ou seja, na data em que ocorrer o efetivo direito ao valor a ser faturado, quando a receita pode ser mensurada com segurança e é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para as empresas. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de planos médico-hospitalares.

d) Receita de consultoria em gestão de benefícios e na prevenção de saúde: corresponde à remuneração mensal de serviços de consultoria prestados aos clientes corporativos pela Companhia, serviços esses que até 31 de outubro de 2019 eram prestados pela controlada Qualicorp Corretora (incorporada).

e) Receitas de sistemas de conectividade: correspondem à remuneração mensal dos serviços de sistemas de conectividade prestados a clientes corporativos pela controlada Connectmed-CRC.

XIV. Regime de tributação

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R$240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

Adicionalmente, são constituídos: (i) provisão para imposto de renda e contribuição social sobre diferença temporária; e (ii) créditos tributários sobre as diferenças temporárias, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos. É registrada provisão para perdas quando não houver fortes evidências de realização dos saldos.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O método do passivo de contabilização de imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais.

O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada encerramento das demonstrações financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar, do montante a ser registrado do ativo fiscal.

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis futuros, com base em estudos técnicos de viabilidade. Esses estudos consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e de suas controladas e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros.

Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente provisão para passivos tributários, bem como provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização.

XV. Provisões para ações judiciais

As provisões para riscos tributários, trabalhistas são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando a Administração, com base em posições dos advogados internos e externos da Empresa, considera que o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa for provável a saída de recursos para a liquidação das obrigações e

quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com segurança suficiente.

As obrigações legais, fiscais e previdenciárias incluem as demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes são registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal.

As provisões cíveis relacionadas a processos massificados (ações consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante), a partir de maio de 2020 passam a ser reconhecidas através de um método estatístico objetivo que utiliza como referência o desempenho histórico da carteira de processos cíveis em 18 meses, considerando a média ou mediana de todos os processos, bem como as taxas de perda, onde através desse novo modelo foi possível concluir que o mesmo:

- Prove previsibilidade e confiança nos números jurídicos;
- Aprimora o controle de desempenho;
- Elimina erros contábeis e mitiga riscos;
- Uniformiza procedimentos, critérios e estimativas. Internaliza a inteligência do provisionamento;
- Gera independência na gestão interna dos processos judiciais. Contribui para cultura analítica;
- Reduz atividades operacionais a rotina do contencioso cível;

Adicionalmente, a fórmula para o cálculo é a seguinte:

=[(Base ativa x % Taxa de perda) x $ Valor médio/mediano de desembolso]

XVI. Participações sobre o lucro e opções de compra de ações e ações restritas

As remunerações a empregados e administradores que não forem definidas em virtude, direta e proporcionalmente, do lucro da Companhia e suas controladas são classificadas como custo ou despesa operacional. A Companhia e suas controladas, com base nessas determinações, adotam os seguintes procedimentos: (i) classificam as despesas de participações de administradores e empregados em despesas administrativas; e (ii) efetuam o cálculo, a alocação proporcional para cada controlada e a contabilização, em despesas administrativas, de todos os custos estimados ações restritas outorgadas aos contratos de pagamento baseados em ações existentes (nota explicativa nº 21). A contabilização dessas despesas administrativas é em contrapartida à conta “Reserva de capital - opções outorgadas de ações”.

Plano de ações restritas:

O valor justo do plano de outorga de compra de ações restritas é reconhecido em despesas administrativas com correspondente ajuste no patrimônio líquido. O valor é

devido aos participantes anualmente, ressalvado alguma deliberação diferente do Conselho de Administração de sua controladora, na proporção de 25% a 33% das ações, na data de cada aniversário de celebração do contrato; O total de ações destinadas ao programa não pode ultrapassar 4% do total de ações de sua controladora, as quais podem ser exercidas mediante emissão de novas ações do capital social ou mediante alienação de ações mantidas em tesouraria de sua controladora. O prazo máximo para o exercício das ações outorgadas é até cinco anos contados da data da assinatura do contrato de opção. As ações poderão ser entregues como parte do pagamento da participação do resultados e lucros de sua controladora; e o preço de exercício das ações restritas será o preço de cotação de mercado de cada ação restrita na B3 S. A. no dia útil imediatamente anterior a respectiva data de outorga.

XVII. Resultado por ação básico e diluído

O resultado por ação é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado no final do exercício.

O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se o lucro ou prejuízo e a média ponderada da quantidade de ações levando-se em conta a conversão de todas as ações com potencial efeito de diluição. Ações potenciais são instrumentos patrimoniais ou contratos capazes de resultar na emissão de ações, como títulos conversíveis e opções, incluindo opções de compra de ações por empregados.

XVIII. Contabilização dos dividendos

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Companhia e de suas controladas que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante (vide nota explicativa nº20), por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia.

Entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem as demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações financeiras, é registrada no patrimônio líquido na rubrica “Reserva de lucros -Dividendo adicional proposto”.

XIX. Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Diretor-Presidente da Companhia e de suas controladas. A gestão dos recursos é efetuada da seguinte forma: Afinidades, Empresarial e Saúde sendo que os dois últimos não representam 10% atribuíveis de negócios no resultado da controladora.

10.6 - Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando

As avaliações e opiniões aqui constantes traduzem a visão e percepção dos Diretores sobre as atividades, negócios e desempenho da Companhia. Os valores constantes nesta seção 10.6 foram extraídos das demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

a. os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Item não aplicável, haja vista que não havia arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos que não apareciam no balanço patrimonial da Companhia nas demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possuía carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais mantenha riscos e responsabilidades.

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía compromissos para prestação de serviços de "*call center*", firmados por meio da celebração de contratos, tendo incorrido nesse exercício social, despesas de R$28,9 milhões com esses contratos.

Os contratos são reajustados anualmente, sendo 70% dos preços reajustados com base no percentual de aumento salarial (de acordo com a categoria) e 30% reajustados com base no IGP-M.

É possível haver rescisão imotivada dos referidos contratos, desde que a parte interessada comunique a outra, com 60 dias de antecedência do evento.

iv. contratos de construção não terminada

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possuía contratos de construção não terminada.

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possuía contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Além dos itens indicados na alínea *a* acima, não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10.7 - Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar

As avaliações e opiniões aqui constantes traduzem a visão e percepção dos Diretores sobre as atividades, negócios e desempenho da Companhia. Os valores constantes nesta seção 10.7 foram extraídos das informações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Com a adoção da Norma IFRS 16 – CPC 06 (R2), a partir de 1º de janeiro de 2019, a contabilização da parcela fixa de aluguéis classificados como arrendamento passaram a ser reconhecidos como compromissos assumidos, em contrapartida aos ativos referentes ao seu direito de uso com seus reflexos como despesas com depreciação e despesas financeiras.

No item 10.6, ainda, são citados compromissos futuros para prestação de serviços de "*call center*", os quais não são reconhecidos nos ativos e passivos da Companhia. Devido ao regime de competência, esses compromissos serão reconhecidos no resultado e balanço, na proporção em que as obrigações se tornarem exigíveis no respectivo exercício social.

Adicionalmente, é citado contrato de prestação de serviços para implementação do ERP SAP S/4 Hana Hec, que entrou em produção em 2 de janeiro de 2019. Esse contrato teve carência de 14 meses, sendo que a Companhia começou a efetuar pagamentos no âmbito desse instrumento em abril de 2019. Este contrato está sendo revisitado junto com o Fornecedor pela Companhia e seus compromissos caso tenha novas definições em 2021 serão divulgados em nossas demonstrações financeiras.

b. natureza e o propósito da operação

Para o exercício social findo em 2020, a Diretoria entende que não há ativos e passivos de arrendamento que não estejam registrados nas demonstrações financeiras consolidadas, tendo em vista que a Companhia utilizou o método retrospectivo com efeito cumulativo via abordagem simplificada, utilizando o saldo de pagamentos remanescentes.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Os pagamentos mínimos previstos nos contratos de "Call Center" assumidos são de aproximadamente R$28.968 para 2021. Para os anos de 2022 e 2023 não há projeções disponíveis, pois os contratos são renegociados anualmente.

Para uma descrição sobre a natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação e propósito de cada operação, vide item “10.6” deste Anexo.

10.8 - Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos

As avaliações e opiniões aqui constantes traduzem a visão e percepção dos Diretores sobre as atividades, negócios e desempenho da Companhia. Os valores constantes nesta seção 10.8 foram extraídos das demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A Companhia está em fase de desenvolvimento e implementação de softwares nomeados de "software em desenvolvimento" tanto na parte de *BackOffice* de prestação de serviços (faturamento, cobrança, gestão e melhoria no atendimento e experiência do cliente, etc.), quanto no *front-end* do relacionamento com as Associações Profissionais, Entidades de Classe, Corporações e Beneficiários, conforme descrito no item 7.5 do Formulário de Referência da Companhia. O investimento total no desenvolvimento e implantação de referido software operacional em 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 23,0 milhões (R$28,6 milhões em 2019 e R$47,2 milhões em 2018).

ii. fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia financia por meio de nosso fluxo de caixa operacional: (i) o componente recorrente de nossos investimentos de capital; (ii) nossos projetos de desenvolvimento de softwares; e (iii) algumas de nossas aquisições.

Além do fluxo de caixa operacional, nossas aquisições também são financiadas por:

(i) financiamento dos vendedores; e

(ii) outros financiamentos disponíveis no mercado financeiro e de capitais, tais como as debêntures descritas na seção 10.1 "f" deste Anexo.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A Companhia não realizou quaisquer desinvestimentos de capital desde 1º de julho de 2010, data em que se tornou operacional.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

- Aquisição da Uniconsult Administradora de Benefícios ("Uniconsult") – Aquisição de 75% do capital social da Uniconsult no valor de R$21.001, adicionando ao portfólio cerca de 40.000 vidas na comercialização de produtos coletivos por adesão, com atuação nas regiões sul e sudeste, cujo valor da aquisição foi

liquidado em 6 de abril de 2020 e a opção de compra dos 25% remanescentes do capital poderão ser liquidados em 6 de fevereiro de 2025.

- Aquisição de carteira Clube Care – Aquisição de carteira de clientes com a cessão de direto e obrigações dessa Administradora de Benefícios de aproximadamente 14 mil vidas, no valor de R$ 20.000, sendo totalmente liquidado em 20 de outubro de 2020.
- Aquisição de carteira da Health Administradora de Benefícios – Como parte da estratégia de crescimento do Grupo Qualicorp, com foco na diversificação de portfólio e de parcerias para ampliar o acesso da população brasileira à uma saúde suplementar de qualidade, em 28 de outubro de 2020, por meio da controlada Clube de Saúde, foi anunciada a aquisição da carteira de clientes da Health Administradora de Benefícios por meio de uma transação envolvendo 4.300 vidas de planos coletivos por adesão pelo montante de R$ 7.376. O portfólio adquirido envolve somente os direitos e obrigações sobre a referida carteira e está sendo comercializado em parceria com o Grupo Notre Dame Intermédica (GNDI) no estado de São Paulo. Esta transação foi liquidada em fevereiro de 2021 no montante de R$4.426. O saldo residual de R$2.950 foi liquidado através de emissão de quotas ao acionista vendedor, aumentando na Clube de Saúde tanto o capital social em R$464 como a reserva de capital em R$2.486, devido a mais valia alocada na emissão dessas quotas, com isso a controlada indireta Clube de Saúde passou a ter um quotista minoritário com 1,19% de seu capital social com exercício de opção de compra futura por parte da Companhia após 7 anos.
- Aquisição da carteira da Muito Mais Saúde (MMS) e da corretora Soma – celebrado aquisição de intangível, através de cessão de direito e obrigações, para administrar 55.000 vidas referente a contratos de planos de saúde e odontológicos no segmento coletivo por adesão. Os contratos adquiridos são de planos celebrados entre a MMS e as operadoras de clientes localizados no Rio de Janeiro e em São Paulo fortalecendo nosso segmento na região. Essa transação foi de R$ 176.000, onde foi liquidado o montante de R$ 72.600 em 9 de dezembro de 2020 e o restante será pago em duas parcelas após as integrações das vidas, com previsão para pagamento de R$ 85.800 em 31 de março de 2021 e de R$ 17.600 em 30 de abril de 2021.
- Aquisição da Plural Gestão de Saúde e Oxcorp Corretora – Aquisição de 75% do capital social da Plural Gestão em Planos de Saúde Ltda. e da Oxcorp Gestão Consultoria e Corretora de Seguros Ltda. Adicionando ao portfólio cerca de 96 mil vidas no segmento coletivo por adesão, além de 21 novas operadoras de saúde e 79 novas entidades de classe. O valor da aquisição dos 75% foi de R$ 202.500, liquidado em 9 de dezembro de 2020 e o remanescente (earn-out) será liquidado em de 2022, além de opção de compra dos 25% remanescentes do capital que serão liquidadas a partir de 31 de março de 2026, onde para maiores informações e detalhes acerca da alocação do preço de compra das combinações de negócios envolvendo Plural e Oxcorp estão descritas na nota explicativa nº 7.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Atualmente, não possuímos pesquisa em andamento que já tenha sido divulgada. Não obstante, nossa Administração estuda constantemente oportunidades de desenvolver novos produtos e serviços, bem como explorar novos mercados afetos ao nosso objeto social.

ii. montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Atualmente, não possuímos pesquisa para desenvolvimento de novos produtos ou serviços que já tenha sido divulgada.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

A Administração, ao longo do exercício social de 2018, desenvolveu o projeto abaixo divulgado, com intuito de explorar oportunidades em novos mercados afetos ao nosso objeto social:

Constituímos a controlada Q Saúde Operadora de Plano de Saúde Ltda. ("Qsaúde") com o objetivo de (i) a comercialização, planejamento, gerenciamento, organização de planos de saúde privados de todas as modalidades, por meio da garantia da cobertura de custos de assistência do mercado envolvido em todos os meios (ambulatorial, hospitalar, médica e laboratorial) de seus integrantes através de gestão no credenciamento e consultoria técnica para o exercício da atividade técnica (ii) a participação como sócia, acionista e quotista em outras sociedades que desempenhem funções relacionadas ao seu objeto.

Em 31 de dezembro de 2018, o registro obrigatório da Q Saúde junto a ANS estava sendo analisado, estando a sociedade, ainda, pré-operacional.

A empresa obteve seu registro obrigatório junto a ANS em 20 de março de 2019, sob nº 42.166-9 na modalidade medicina de grupo que tem por objetivo a comercialização, planejamento, gerenciamento, organização e operação de planos de saúde privados de assistência à saúde em todas as modalidades previstas pela legislação brasileira pertinente, por meio da garantia da cobertura de custos de assistência médica, hospitalar, ambulatorial e laboratorial dos integrantes dos referidos planos privados de saúde por ela disponibilizados, mediante, o credenciamento de terceiros, técnica e legalmente habilitados, para o exercício de atividade na área da saúde.

Em 28 de agosto de 2019, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), como órgão que garante a assistência suplementar a saúde, concedeu Autorização de Funcionamento à Qsaúde, após ter sido concluída, pela Diretoria de Normas e Habilitação das Operadoras – DIOPE e pela Diretoria de Normas e Habilitação dos

Produtos – DIPRO, a análise de seus processos de Autorização de Funcionamento, relativa à Resolução Normativa – RN nº 85 de 7 de dezembro de 2004, e suas posteriores alterações.

Entretanto, em 13 de janeiro de 2020 a Administração da Companhia aprovou a contratação de operação referente potencial transação de alienação de todas as atividades, ativos e passivos de sua controlada Qsaúde para o Sr. José Seripieri (100% das cotas) pelo preço correspondente ao valor integral corrigido pelo CDI dos custos, despesas e dispêndios incorridos até a data de 31 de dezembro de 2019 para o custeio das atividades da Qsaúde no valor de R$ 70,5 milhões como parte do plano de iniciar suas operações.

Em 24 de abril de 2020 ocorreu o fechamento da operação de venda com a apuração do preço de venda de R$ 70.501 no resultado e contas a receber da operação que foi composta pelo preço de venda da transação definida com base nos gastos com investimentos, custos e dispêndio incorridos pela Q Saúde atualizados monetariamente pelo CDI até data do fechamento para ser atualizado monetariamente até a liquidação financeira. Contudo, tendo em vista a existência de divergência entre as partes referente ao preço de aquisição, tal montante começou a ser dicutido em procedimento arbitral.

Em 24 de abril de 2020 ocorreu a transferência das cotas da Q Saúde e a partir do dia 25 de abril de 2020 os resultados da mesma já não faziam mais parte do Grupo Qualicorp.

A venda da operação do Q Saúde ajudou a reduzir a base de custos e despesas da Companhia onde a economia estimada com a contratação de terceiros desta operação foi de cerca de R$ 1.800 por trimestre.

Em 1º de dezembro de 2020 a Companhia e Grupo Qualicorp celebrou um instrumento de transação com ex acionista fundador e entidades por ele controladas (“Instrumento de Transação”) tendo por objetivos: (a) encerrar as relações societárias com ex acionista fundador, inclusive com a extensão, por mais 2 (dois) anos, de sua obrigação de não competição com a Qualicorp e (b) concluir o procedimento arbitral relativo ao preço de aquisição das quotas da Q saúde, originalmente contratada em 13 de janeiro de 2020.

Dessa forma, por meio desse Instrumento de Transação:

- Foi acordada a extensão, por mais 2 (dois) anos, até 28 de setembro de 2026, da obrigação de não competição assumida pelo Sr. José Seripieri Filho no Contrato de Assunção de Obrigação de Não Alienação de Ações e Não Competição de Negócios celebrado em 28 de setembro de 2018 e seu aditamento celebrado em 24 de abril de 2020 (em conjunto “Contrato de Não Competição”);
- O Sr. José Seripieri Filho e suas controladas, diretas e indiretas, obrigaram-se a alienar sua participação societária na Qualicorp, bem como a não adquirir novas ações de sua emissão pelo prazo de 10 (dez) anos;
- Como contrapartida pela extensão do prazo da obrigação de não competição e como forma de viabilizar a execução da obrigação de alienar sua participação societária, o Sr. José Seripieri Filho foi dispensado da obrigação, também prevista

no Contrato de Não Competição, de manter sob sua titularidade a quantidade de ações de emissão da Companhia prevista no Contrato de Não Competição;

- Encerrado o procedimento arbitral em que se discutia o preço de aquisição das quotas da Q Saúde, que foi fixado em R$51.083 e que será pago em 120 (cento e vinte) parcelas mensais, corrigidas pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, sendo R$ 4.870 apresentado no ativo circulante e R$ 35.679 apresentando no ativo não circulante em 31 de dezembro de 2020, as parcelas de janeiro, fevereiro e março de 2021 foram pagas no prazo, integralmente; e
- Foi distratado o Contrato de Parceria Comercial e Outras Avenças celebrado em 24 de abril de 2020 entre Qualicorp e a Q Saúde, sem quaisquer obrigações ou ônus adicionais para qualquer das partes.

iv. montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Atualmente, não estamos desenvolvendo nenhum produto ou serviço novo que já tenha sido divulgado.

10.9 - Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

As avaliações e opiniões constantes nesta seção 10 traduzem a visão e percepção dos Diretores sobre as atividades, negócios e desempenho da Companhia. Os valores constantes nesta seção foram extraídos das demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2020.

Impactos da COVID-19 para as atividades da Companhia

Em atendimento ao OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNCSEP/Nº 01/2021, e conforme a introdução apresentada na nota explicativa n° 1 b) iii, entendendo os desafios que a pandemia de Covid-19 trouxe à população brasileira, a Companhia não mediu esforços para agir de forma bem próxima da Sociedade, consciente de que a solidariedade sempre será a melhor forma de ajudar. A Companhia recomenda a leitura de seu Relatório da Administração em conjunto com suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas para acompanhar todas as medidas realizadas no decorrer do exercício social de 2020.

As principais considerações contábeis, analisadas em relação à eventuais incertezas e potenciais implicações da Covid-19 na Qualicorp Administradora de Benefícios S.A. estão relacionadas à suspensão do reajuste anual pela ANS (conforme apresentado na nota explicativa n° 1 b) v), e seguem abaixo maiores informações, inclusive a respeito de outros temas envolvendo incertezas e julgamentos relevantes:

Suspensão do Reajuste/2020

Visando a mitigar os efeitos provenientes da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, declarada pelo Ministério da Saúde em decorrência da pandemia de infecção humana causada pela Covid-19, bem como, visando buscar manter o equilíbrio das relações de negócios entre Operadoras de Saúde e Beneficiários, além de principalmente garantir a continuidade e a qualidade da prestação de assistência à saúde dos consumidores dos planos de saúde, a ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar comunicou, em 21 de agosto de 2020, a suspensão da aplicação dos reajustes de planos de saúde por variação de custos (anual) e por mudança de faixa etária, no período de setembro a dezembro de 2020.

Tal medida foi válida para os contratos de planos privados de assistência à saúde médico-hospitalar na modalidade de pré-pagamento e considerou todos os tipos de contratação (individual/familiar, coletivos empresariais e coletivo por adesão).

A Companhia e suas subsidiárias já estão cumprindo a determinação da ANS e essa suspensão contemplou todos os contratos que foram ou seriam reajustados em 2020. Logo, de setembro a dezembro foram excluídos da mensalidade dos beneficiários os reajustes aplicados no decorrer de 2020, sendo enviada uma nova cobrança, com vencimento prorrogado, para aqueles que chegaram a visualizar seus boletos de setembro, de forma reajustada.

Também foram efetuadas devoluções correspondentes ao percentual do reajuste aplicado para aqueles clientes que anteciparam o pagamento de setembro com a cobrança reajustada. Em alguns casos, onde não foi possível efetivar a devolução financeira aos clientes, o valor foi ajustado no mês subsequente.

A ANS informou ainda que a retomada de valores não aplicados em 2020 será realizada ao longo de 2021, mas mesmo com essa postergação, a partir de janeiro de 2021 as cobranças voltarão a ser emitidas com os valores de reajuste estabelecidos em 2020.

Entretanto, sempre pensando em cuidar das pessoas e sempre empenhados em fazer o melhor para os seus clientes, esse reajuste será efetuado pela Companhia em 12 parcelas, em relação ao valor que já havia sido suspenso tanto sobre a competência de julho por liberalidade da Companhia, como principalmente sobre as competências de setembro, outubro, novembro e dezembro (a ser recomposto em 2021 em doze vezes).

Reconhecimento de Receitas e Continuidade Operacional

Em 8 de outubro de 2020, a ANS emitiu um esclarecimento às operadoras de planos de saúde sobre qual deveria ser o tratamento contábil do reajuste suspenso das contraprestações no período de setembro a dezembro de 2020.

Reajuste por faixa etária

Em todos os casos de reajuste por faixa etária ocorridos em 2020, há aplicação da suspensão. O valor descontado dos boletos de setembro a dezembro de 2020 deverá ser contabilizado em conta do Ativo até sua efetiva recomposição em 2021.

Reajuste anual

Planos individuais/familiares: Não houve reajuste anual autorizado pela ANS em 2020 para os contratos com aniversários a partir de maio de 2020. Os contratos que sofreram reajuste anual este ano são aqueles com aniversário de janeiro a abril de 2020, sobre os quais incidiu o índice autorizado em 2019 (portanto, não alcançados pela suspensão). Em ambos os casos, quando considerado apenas o reajuste anual, não haverá modificação dos boletos emitidos de setembro a dezembro. Logo, não há alteração de lançamento contábil.

Planos coletivos (adesão ou empresarial) com menos de 30 vidas (RN nº 309, "pool" de risco): Para aqueles com aniversário de janeiro a abril de 2020, o reajuste anual aplicado é dado com base no índice divulgado em 2019 (portanto, não alcançados pela suspensão). Logo, não há alteração dos boletos, nem do lançamento contábil. Já para aqueles com aniversário de maio a dezembro de 2020, o índice referente a 2020 já foi divulgado (índice das próprias operadoras, RN 309). Estes terão desconto no boleto. O valor descontado deverá ser contabilizado em conta do Ativo, até sua efetiva recomposição em 2021.

Planos coletivos por adesão, com 30 vidas ou mais: Todos os planos coletivos por adesão com 30 vidas ou mais terão suspensão de reajuste anual. Logo, haverá desconto no

boleto, podendo a operadora registrar a parcela correspondente ao reajuste anual não cobrado em conta do Ativo, até sua efetiva recomposição em 2021.

Planos coletivos empresariais com 30 vidas ou mais: Para aqueles em que o reajuste anual foi negociado antes da medida de suspensão, não haverá modificação dos boletos. Logo, não há alteração de lançamento contábil. Já para aqueles em que o reajuste anual foi ou será negociado após o início da suspensão (as negociações deverão seguir em curso normalmente) haverá desconto no boleto, podendo a operadora registrar a parcela correspondente ao reajuste anual não cobrado em conta do Ativo, até sua efetiva recomposição em 2021.

Essa suspensão do reajuste é uma consequência dos efeitos do Covid-19 no país, mas é importante salientar que a Companhia não identificou impactos significativos no tocante ao reconhecimento de suas receitas operacionais em 2020.

Levando em consideração que o plano de saúde é o segundo maior desejo de consumo do brasileiro (segundo pesquisa do Instituto Datafolha, divulgada em novembro de 2019), atrás apenas da casa própria, visando evitar uma crise ainda maior no setor, e ao mesmo tempo trazendo soluções para a população durante esse período de pandemia, fechamos um acordo inédito em parceria com a SulAmérica, com o objetivo de ampliar o acesso da população à saúde suplementar e criando assim um novo portfólio de planos de saúde coletivos por adesão.

Com preços mais acessíveis e por meio de um plano coletivo familiar, com desconto na mensalidade a partir da inclusão de dependentes e que oferece desconto de 9% para contratação a partir de um dependente, em um ano o cliente economiza uma mensalidade inteira e o produto ainda inclui plano odontológico e serviço de telemedicina (Saúde na Tela), entre outras vantagens.

Único segmento de planos de saúde que viu sua base de clientes crescer desde o início da pandemia, os planos coletivos por adesão, aqueles que são destinados às pessoas a partir de suas profissões e respectivas entidades de classe, têm se mostrado uma alternativa mais acessível para a população que busca o acesso à saúde privada, bem como para pessoas que estão em transição e/ou perderam o emprego, mas que ainda possuem uma poupança ou renda e que precisam ter um plano de saúde enquanto se recolocam.

Junto com as operadoras, a Companhia lançou em 2020 planos de saúde de Norte a Sul do país.

No Rio de Janeiro, passamos a comercializar os produtos da Assim Saúde com planos a partir de R$ 125,00, onde conforme a faixa etária e categoria escolhida, a população tem à disposição uma vasta rede de assistência médica e serviços de uma operadora tradicional na região.

Estamos trabalhando para criar planos que caibam no bolso dos consumidores e que possam atender às suas necessidades, sendo que nosso principal objetivo têm sido criar alternativas inovadoras e acessíveis com cada parceiro de mercado, onde além dos

novos produtos, também temos mais de 40 equipes internas trabalhando em uma série de projetos inovadores e disruptivos.

Portanto, mesmo nesse cenário global de incerteza em relação ao controle do coronavírus, considerando que o exercício social de 2020 foi um ano atípico, haja vista que a atividade econômica no país foi seriamente afetada pela pandemia de Covid-19, pandemia essa que trouxe enormes aprendizados nos motivando a sermos ainda mais ágeis na busca por soluções inovadoras e criativas para gerar valor para o Cliente e para a sociedade, a Companhia não identificou, até o momento, riscos significativos de não continuidade de nossas operações em um futuro previsível, levando em consideração todas as informações atualmente disponíveis.

Perda Esperada para Contas a Receber de Clientes

A Administração analisou a Perda de Crédito Esperada por conta do Covid-19 e em linha com os princípios do Pronunciamento Técnico CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros e OFÍCIO CIRCULAR CVM/SNC/SEP nº 3 de 16 de abril de 2020 quanto aos impactos das medidas de enfrentamento à pandemia no cálculo de Perdas Esperadas e principalmente por conta da suspensão do reajuste mencionada nos itens anteriores.

Para a Operadora Gama, apesar desse momento de incertezas em relação ao Covid-19, os impactos percebidos foram na redução da sinistralidade e por consequência a redução da receita, tendo em vista que cobramos dos clientes os sinistros mais o *fee* referente à taxa de administração.

Entretanto, nosso resultado econômico financeiro está melhor em relação ao Budget, onde não tivemos problemas de recebimentos e ainda conseguimos reduzir os custos.

Outro ponto de extrema relevância é que nossa carteira de clientes é 100% empresarial, com uma certa concentração de receita, onde não há risco de inadimplência individual, pois como atuamos em autogestão no modelo de pós pagamento, nesse modelo o risco atuarial não existe para a carteira.

Dessa forma, como os nossos clientes gastaram menos com saúde suplementar nesse período de pandemia de Covid-19, ao longo de 2020 não tivemos impacto no segmento de saúde, que seguiu forte em sua atuação e lembrando ainda que o modelo de pós pagamento não sofre reajuste anual porque o impacto é calculado com relação as renegociações das tabelas de prestadores. Logo, não houve uma grande variação em função da baixa demanda.

Portanto, como a Empresa é especializada na administração de planos de saúde pelo modelo de pós-pagamento (custo operacional) e no aluguel de rede nacional para operadoras comerciais do Mercado, não incorremos em impactos quanto a suspensão de reajuste determinado pela ANS em 21 de agosto de 2020, haja vista que tal medida foi válida para os contratos de planos privados de assistência à saúde médico-hospitalar na modalidade de pré-pagamento, ou seja, não houve afastamento de reajuste e nem impacto negativo em nossa Demonstração de Resultado.

Por outro lado, pensando no Contas a Receber de Clientes do Grupo QUALICORP como um todo, que na posição de Administradora de Benefícios se baseia em um modelo de contratação que é de pré-pagamento que é aquele em que o contratante do plano paga um valor fixo mensal por vida, onde após 12 meses pode haver reajuste de valores, em função de dois fatores que podem ser aplicados isoladamente ou somados (sinistralidade do contrato e da inflação médica, definida nos contratos como VCMH – Variação dos custos médicos Hospitalares), entendemos que como estamos afastando os reajustes a partir de setembro de 2020 e esse volume financeiro será recomposto somente a partir de 2021, os efeitos dos cancelamentos a pedido da carteira (*Churn*) junto a um eventual aumento nos indicadores de inadimplência histórica podem ter um peso expressivo em nossa perda esperada haja vista que o nosso Risco de Crédito (*Exposure Default*) tende a aumentar para o próximo ano.

Ao final de 2020, a ANS definiu as regras de negócio referente a recomposição do reajuste, onde o fato de se incluir tal recomposição junto ao boleto do mês de janeiro de 2021 ajudou a Companhia a manter os níveis de inadimplência atuais.

Entretanto, conseguimos capturar que, até o momento, os clientes cancelados antes de janeiro 2021 apresentaram um índice de inadimplência de fato maior e já considerado na estimativa de provisão de perdas com créditos incobráveis.

Esse aumento de exposição a este risco está relacionado à possibilidade de o cliente sair do Plano, quando o reajuste voltar, ou ainda no pior cenário, das Operadoras enviarem as cobranças dos Boletos para os Beneficiários já considerando 100% do valor do prêmio reajustado, ou seja, como uma cobrança de forma acumulada desses 120 dias. E esse é um grande fator de risco porque dependemos do pagamento pontual das mensalidades cobradas de nossos Beneficiários.

Caso algum beneficiário no segmento Afinidades deixe de pagar a mensalidade até a data de seu vencimento, ou nos 30 dias subsequentes, somos obrigados a efetuar o pagamento do prêmio diretamente à Operadora. E nisso, um aumento nos níveis de inadimplência e/ou atraso no pagamento de tais mensalidades, por parte de nossos beneficiários, poderá comprometer nossos resultados financeiros.

Em outras palavras, pensando não somente em perda incorrida, mas buscando alcançar efeitos em perdas estimadas (*Loss Given Default*), reavaliamos nossas estimativas de acordo com o item 5.5.3 do Pronunciamento Técnico CPC 48 que determina que uma entidade deve mensurar a provisão para perdas de instrumento financeiro ao valor equivalente às perdas de crédito esperadas caso o risco de crédito desse instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

Portanto, através de nossa Nota Técnica Atuarial e já considerando os valores suspensos do reajuste dos meses de julho, setembro, outubro, novembro e dezembro, contabilizamos os efeitos de cancelamento a pedido (*Churn*) através de um percentual mensal de 2,78% em linha com o nosso histórico de provisão para créditos de liquidação duvidosa (com base nessas entradas e saídas de vidas da Companhia), onde chegamos

a um montante de perdas esperadas, advindas do evento suspensão do reajuste, no valor de R$ 51.328.

Visando seguir as recomendações da ANS, este montante será revisado mensalmente em 2021 a fim de capturar todos os eventos significativos mencionados anteriormente.

Por fim, com base nos pontos detalhados acima, diante desse cenário provocado por conta da suspensão do reajuste por parte da ANS, reavaliamos e revisamos nosso Orçamento para o exercício social de 2021 onde chegamos à seguinte conclusão:

O órgão regulador, através da regra adotada referente ao parcelamento do afastamento, incluso na mesma cobrança com a mensalidade vigente, ajudou a manter os mesmos índices de inadimplência histórica sem a necessidade de grandes ajustes futuros.

Covenants de nossas Debêntures

Até o momento, os efeitos apresentados da pandemia de Covid-19 não impactaram nossos Covenants de dívidas. Em dezembro de 2020 atendemos plenamente esta cláusula, bem como efetuamos o pagamento dos juros semestrais, normalmente.

Prorrogação no recolhimento de Impostos

Com a publicação da Portaria nº 139, de 3 de abril de 2020 e Portaria n° 245 de 15 de junho de 2020, que se referem a prorrogação do prazo para o recolhimento de tributos federais, na situação que especifica que, em decorrência da pandemia relacionada ao Covid-19, a Companhia prorrogou o recolhimento da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, relativas às competências de março, abril e maio de 2020, das empresas que estão enquadradas no Regime Não Cumulativo, para os prazos de vencimento dessas contribuições devidas nos meses de agosto, outubro e novembro de 2020, respectivamente.

As empresas do Grupo Qualicorp enquadradas no Regime Não Cumulativo são: Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S/A, Qualicorp Administração e Serviços Ltda. e CONNECTEMED-CRC Consultoria, Administração e Tecnologia em Saúde Ltda., que optaram somente pela prorrogação do recolhimento da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, que perfazem o montante de R$15.238 de contribuições prorrogadas referente as competências de março, abril e maio de 2020. As contribuições referentes ao mês de março de 2020 foram devidamente quitadas em 25 de agosto; as contribuições referentes ao mês de abril de 2020 foram quitadas em 23 de outubro de 2020; e, por fim, as contribuições referentes ao mês de maio de 2020 foram quitadas em 25 de novembro de 2020, finalizando assim a prorrogação dos impostos.

CPC 06 (R2) – Arrendamentos

Em decorrência das mudanças impulsionadas pela pandemia, para nos adaptarmos mais rapidamente à esse novo modo de trabalho virtual via home office, (através da

disponibilização de notebooks e suporte tecnológico aos nossos colaboradores), acabamos devolvendo sete dos quinze andares de nosso edifício sede em São Paulo, onde entendemos que a economia gerada pela redução desses custos que não eram necessários poderiam muito bem ser realocados para alavancagem em vendas, por exemplo, bem como para uma série de ações de transformação focadas no digital e na inovação da Companhia.

Os efeitos decorrentes desta devolução registrados no período foram os seguintes:

- Multa de R$2.702 por quebra de contrato.

- Baixa de benfeitorias em imóveis no montante de R$7.181.

- Baixa de arrendamento e respectivo direito de uso no montante de R$18.649 (nota explicativa nº 16).

Convém destacar que no dia 07 de julho de 2020 a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), editou a Deliberação CVM n° 859, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 16, referente ao Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Arrendamentos, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, acerca de benefícios relacionados à Covid-19 concedidos a arrendatários em contratos de arrendamento.

A Companhia planeja ainda devolver mais 5 andares de sua sede em 2021, objetivando a diminuição do nosso custo fixo por metro quadrado, mas continuamos honrando todos os nossos compromissos em dia e nesse contrato específico o Arrendador nos ofereceu por meio de um Aditamento a não aplicação do reajuste no valor de nosso aluguel entre os meses de abril à setembro (aluguel esse que é reajustado de acordo com a variação do IGPM), mas que não consideramos como sendo um benefício, por que historicamente esse reajuste sempre nos foi cobrado retroativamente.

Logo, partindo da premissa que tivemos que remensurar o contrato, efetuamos o pagamento de uma multa que foi alocada como despesa administrativa, pois nosso entendimento é que a mesma foi uma sanção em relação à uma obrigação pré-acordada anteriormente, a título de indenização, e que foi cobrada pelo arrendador pelo motivo de não termos permanecido nos demais andares de nossa atual sede até 2023 a título de “rescisão parcial antecipada do contrato original” e “descumprimento parcial do aviso prévio” no valor de R$ 1,1 milhões e R$ 1,6 milhões respectivamente.

Outras informações

A Companhia sempre buscou entregar valor aos seus acionistas, seja na forma de dividendos, seja em redução de capital, mas considerando que a pandemia de Covid-19 trouxe incertezas em relação ao cenário macroeconômico, a Companhia propôs o pagamento de proventos correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado de 2019, o que foi ratificado em AGO de 30 de abril de 2020. Do montante aprovado, R$92.090 já haviam sido pagos antecipadamente em 2019 e R$1.190 foram pagos em 21 de dezembro de 2020.

Adicionalmente, a pandemia de Covid-19 impactou fortemente a economia brasileira, que já passa por um processo intenso de desaceleração, fazendo com que o risco país se eleve, que haja uma fuga de capital estrangeiro e como consequência pouco investimento. Todos esses impactos afetaram no período as taxas de inflação, taxas de juros, índice IBOVESPA, cotação de moedas estrangeiras, com o enfraquecimento do Real.

As receitas financeiras da Companhia são oriundas de duas principais fontes: juros provenientes das aplicações financeiras e juros e multas por atraso de pagamento dos prêmios pelos beneficiários. Contudo, as outras despesas financeiras, que contemplam IOF de operações financeiras, despesas bancárias e descontos, tiveram aumento por conta de desvalorização de Cotas (marcadas a mercado) de Fundo de Investimento Exclusivo durante a pandemia de Covid-19, na ordem de R$10,2 milhões (nota explicativa de resultado financeiro n° 24.ii).

Por fim, continuamos comprometidos que eventuais mudanças em relação às nossas atuais estimativas contábeis adotadas, bem como qualquer alteração importante no tocante à relacionamentos com clientes, colaboradores, parceiros, investidores, governos, bancos, agências de classificação de risco, entre outros, continuarão sendo reportadas com o máximo de transparência na próxima divulgação de resultados, onde dada a relevância do tema, estaremos sempre avaliando em cada caso a necessidade de divulgação via Fato Relevante.

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção 10, referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, respectivamente.

ANEXO B: PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO – ANEXO 9-1-II DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/09

DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

1. Informar o lucro líquido do exercício

O lucro líquido da Companhia, que corresponde ao resultado do exercício após participações minoritárias e deduções das provisões para o Imposto de Renda e Contribuições Sociais, no ano de 2020, foi de R$ 392.100.496,46 (Trezentos e noventa e dois milhões, cem mil, quatrocentos e noventa e seis reais e quarenta e seis centavos).

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

O montante global de remuneração aos acionistas referente ao exercício de 2020, proposto pela Administração da Companhia a ser levado para aprovação na Assembleia Geral, somará o valor de R$ 372.495.471,64 (Trezentos e setenta e dois milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil, quatrocentos e setenta e um reais e sessenta e quatro centavos) sendo R$ 1,313375767* por ação.

Este montante inclui a declaração de juros sobre capital próprio, já pagos, no valor de R$ 81.941.270,38 (Oitenta e um milhões, novecentos e quarenta e um mil, duzentos e setenta reais e trinta e oito centavos).

Não houve antecipação de pagamento de dividendos intercalares.

(*) Este valor considera o número de ações na presente data e, portanto, está sujeito a eventual alteração.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

O lucro do exercício de R$ 392.100.496,46 (Trezentos e noventa e dois milhões, cem mil, quatrocentos e noventa e seis reais e quarenta e seis centavos), após a constituição da reserva legal no montante de R$ 19.605.024,82 (Dezenove milhões, seiscentos e cinco mil, vinte e quatro reais e oitenta e dois centavos), equivalente a 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício, resulta em lucro passível de distribuição no montante de 372.495.471,64 (Trezentos e setenta e dois milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil, quatrocentos e setenta e um reais e sessenta e quatro centavos), dos quais 100% (cem por cento) serão distribuídos, da seguinte forma: (i) R$ 48.000.000,00 (Quarenta e oito milhões de reais) a título de juros sobre capital próprio, referente ao terceiro trimestre de 2020, pagos em 26 de outubro de 2020; (ii) R$ 33.941.270,38 (Trinta e três milhões, novecentos e quarenta e um mil, duzentos e setenta reais e trinta e oito centavos) a título de juros sobre capital próprio, referente ao quarto trimestre de 2020, pagos em 13 de janeiro de 2021; (iii) R$ 11.182.597,53 (Onze milhões, cento e oitenta e dois mil, quinhentos e noventa e sete reais e cinquenta e três centavos) serão declarados na AGO de 2021, a título de complemento a dividendos mínimos obrigatórios; e iv) R$ 279.371.603,73 (Duzentos e setenta e nove milhões, trezentos e setenta e um mil, seiscentos e três reais e setenta e três centavos) serão declarados na AGO de 2021 a título de dividendos adicionais propostos.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

O montante global de remuneração aos acionistas compostos de reservas de lucros de exercícios anteriores, proposto pela Administração da Companhia, a ser levado para aprovação na Assembleia Geral, soma o montante de R$ 279.838.888,85 (Duzentos e setenta e nove milhões, oitocentos e trinta e oito mil, oitocentos e oitenta e oito reais e oitenta e cinco centavos), sendo R$ 0,986679418* por ação.

(*) Este valor considera o número de ações na presente data e, portanto, está sujeito a eventual alteração.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Valor bruto de Dividendos a serem declarados na AGO 2021	Nº de Ações ON	Valor por ação (R$)
R$ 570.393.090,11	283.616.830	R$ 2,011139784*

(*) Este valor considera o número de ações na presente data e, portanto, está sujeito a eventual alteração.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

O prazo para pagamento dos dividendos propostos é até o dia 28 de dezembro de 2021, e serão pagos mediante crédito disponível, de acordo com o domicílio bancário fornecido ao custodiante. A Administração propõe, a ser levado para aprovação na Assembleia Geral, o pagamento do montante global ainda não distribuído de R$ 570.393.090,11 (Quinhentos e setenta milhões, trezentos e noventa e três mil, noventa reais e onze centavos) em duas tranches, no montante de (i) R$ 200.000.000,00 (Duzentos milhões de reais) com pagamento até 31 de maio de 2021; e (ii) R$ 370.393.090,11 (Trezentos setenta milhões, trezentos e noventa e três mil, noventa reais e onze centavos), com pagamento até 28 de dezembro 2021.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não há incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

A data da declaração de pagamento dos dividendos será a data da realização da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, ou seja, 30 de abril de 2021, após fechamento do pregão. As ações da Companhia serão negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão na condição "com" até o dia 7/05/2021, inclusive, e na condição "ex" dividendo a partir 10/5/2021.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

O montante distribuído de juros sobre capital próprio já declarado foi de 81.941.270,38 (Oitenta e um milhões, novecentos e quarenta e um mil, duzentos e setenta reais e trinta e oito centavos).

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Houve a declaração de juros sobre capital próprio no valor de (a) R$ 48.000.000,00 (Quarenta e oito milhões de reais) referente ao terceiro trimestre de 2020, os quais foram pagos em 26 de outubro de 2020; (b) R$ 33.941.270,38 (Trinta e três milhões, novecentos e quarenta e um mil, duzentos e setenta reais e trinta e oito centavos) referente ao quarto trimestre de 2020, pagos em 13 de janeiro de 2021.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

2020	2019 (Reapresentado)	2018 (Reapresentado)	2017
R$ 392.100.496,46	R$ 372.177.507,21	R$379.851.712,13	R$ 370.709.555,32
1,382500807 por ação* (ON)	R$ 1,318382587 por ação (ON)	R$ 1,354023084 por ação (ON)	R$ 1,309109795 por ação (ON)

(*) Este valor considera o número de ações na presente data e, portanto, está sujeito a eventual alteração.

b. Dividendos e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Dividendos:

2020 / Dividendos a serem declarados na AGO 2021	2019	2018	2017
R$ 570.393.090,11	R$ 93.279.629,62	R$ 377.190.919,98	R$ 352.174.077,55
R$ 2,011139784 por ação* (ON)	R$ 0,332403561 por ação (ON)	R$ 1,344538399 por ação (ON)	R$ 1,243654305 por ação (ON)

(*) Este valor considera o número de ações na presente data e, portanto, está sujeito a eventual alteração.

Juros sobre capital próprio:

2020	2019	2018	2017
R$ 81.941.270,38	-	-	-
R$ 0,288915402 por ação* (ON)	-	-	-

(*) Este valor considera o número de ações na presente data e, portanto, está sujeito a eventual alteração.

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

Conforme disposto no artigo 193 da Lei 6.404/76, o montante R$ 19.605.024,82 (Dezenove milhões, seiscentos e cinco mil, vinte e quatro reais e oitenta e dois centavos) equivalente a 5% (cinco por cento) do lucro líquido, será destinado à constituição da reserva legal.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Lucro líquido do exercício de 2020	R$ 392.100.496,46
(x) Percentual de constituição	5 %

(=) Reserva Legal	R$ 19.605.024,82

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

A Companhia não possui ações preferenciais.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável.

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não aplicável.

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não aplicável.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

O dividendo mínimo obrigatório será de 25% (vinte e cinco) do lucro líquido da Companhia, e, ajustado tal dividendo, quando aplicável, após destinação de: (i) 5% (cinco por cento) do lucro líquido a ser anualmente alocado para a reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social integralizado, sendo certo que esta destinação não será obrigatória quando o saldo desta reserva, acrescido de qualquer reserva de capital de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações, exceder 30% do capital social; (ii) reserva de lucros a realizar; ou (iii) reserva para contingência.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Apurado conforme item 10.a. e será pago integralmente.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não aplicável. O dividendo obrigatório está sendo integralmente distribuído.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

A Companhia não efetuou qualquer retenção de dividendo obrigatório.

a. Informar o montante da retenção

Não aplicável.

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não aplicável.

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

A Companhia não efetuou nenhuma destinação de resultado para reserva de contingências.

a. Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não aplicável.

c. Explicar porque a perda foi considerada provável

Não aplicável.

d. Justificar a constituição da reserva

Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

A Companhia não efetuou nenhuma destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Não aplicável.

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

A Companhia não efetuou nenhuma destinação de resultado para reservas estatutárias.

b. Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

c. Descrever como o montante foi calculado

Não aplicável.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção

A Companhia não efetuou nenhuma retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Não aplicável.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

A Companhia não efetuou destinação de resultado para reserva de incentivos fiscais.

a. Informar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

b. Explicar a natureza da destinação

Não aplicável.

ANEXO C: INDICAÇÃO DE ADMINISTRADORES PARA OCUPAR CARGOS DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA – ITENS 12.5 A 12.10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA

(artigo 10 da Instrução CVM nº 481/09)

12.5/6 Composição e experiência profissional da administração:

Nome	Data de Nascimento	Órgão administração	Data de eleição	N° de Mandatos Consecutivos	Prazo do mandato
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Participação nas reuniões (%)**	**Foi eleito pelo controlador**
Outros cargos e funções exercidas no emissor					
Membro independente					
Heráclito de Brito Gomes	10/10/1960	Conselho de Administração	30/04/2021	2	Até a AGO de 2022
226.814.505-00	Médico	24 – Presidente do Conselho de Administração Independente	-	100%	Não
Membro do Comitê de Remuneração Sim – Critérios do Regulamento do Novo Mercado					
Mauro Teixeira Sampaio	16/05/1974	Conselho de Administração	30/04/2021	2	Até a AGO de 2022
021.913.227-51	Advogado	27 – Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	-	100%	Não
Coordenador do Comitê de Remuneração e membro do Comitê de Governança Corporativa Sim – Critérios do Regulamento do Novo Mercado					
Bernardo Dantas Rodenburg	15/05/1981	Conselho de Administração	30/04/2021	1	Até a AGO de 2022
091.330.997-40	Advogado	27 – Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	-	100%	Não
Não ocupa outros cargos Sim – Critérios do Regulamento do Novo Mercado					
Murilo Ramos Neto	05/05/1976	Conselho de Administração	30/04/2021	1	Até a AGO de 2022
086.742.787-60	Economista	27 – Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	-	100%	Não
Membro do Comitê de Governança Corporativa e Coordenador do Comitê de Auditoria Sim – Critérios do Regulamento do Novo Mercado					
Roberto Martins de Souza	07/06/1962	Conselho de Administração	30/04/2021	1	Até a AGO de 2022
828.893.507-97	Engenheiro	27 – Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	-	100%	Não
Membro do Comitê de Auditoria e Coordenador do Comitê de Governança Corporativa Sim – Critérios do Regulamento do Novo Mercado					

Ricardo Wagner Lopes Barbosa	11/05/1976	Conselho de Administração	30/04/2021	1	Até a AGO de 2022
267.330.878-47	Engenheiro	27 – Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	-	100%	Não
Não ocupa outros Cargos					
Sim – Critérios do Regulamento do Novo Mercado					
Martha Maria Soares Savedra	30/12/1959	Conselho de Administração	30/04/2021	0	Até a AGO de 2022
543.678.837-87	Médica	27 – Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	-	0	Não
Não ocupa outros Cargos					
Sim – Critérios do Regulamento do Novo Mercado					

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

Heráclito de Brito Gomes Júnior - 226.814.505-00

Heráclito de Brito Gomes Júnior é o presidente do Conselho de Administração da Companhia. Médico formado pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), especialista em saúde ocupacional pela Universidade Católica do Salvador (UCSAL) e pós-graduado no Instituto de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPEAD). Atualmente, é CEO da Rede D'Or São Luiz, empresa que gerencia rede de hospitais, cargo que ocupa desde 2013. Além disso, foi membro de diversos conselhos de instituições do mercado de saúde. Foi presidente da Qualicorp entre março de 2010 e novembro de 2012, período em que liderou o IPO da Companhia. Foi CEO da Bradesco Saúde, empresas de planos e previdência, em 2005 e também ocupou cargos de liderança na Golden Cross, operadora de saúde, e Towers Perrin, empresa especializada em consultoria de recursos humanos e serviços financeiros. Também foi membro do Conselho da Fleury Medicina e Saúde empresa de diagnósticos, Orizon, uma empresa de inteligência médica e analítica, Europe Assistance, empresa de serviços de assistência, e do Instituto de Estudos de Saúde Suplementar (IESS). Foi, ainda, presidente da Federação Nacional de Saúde Suplementar (FenaSaúde).

Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, seja em processo administrativo da CVM, na esfera judicial ou administrativa, com decisão transitada em julgado que tenha suspendido ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia.

Nos termos da regulamentação aplicável, o Sr. Heráclito não se considera uma pessoa exposta politicamente.

O critério utilizado pela Companhia para determinar a independência foi o estabelecido no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, aplicável para a Companhia no momento da eleição do membro.

Mauro Teixeira Sampaio - 021.913.227-51

O Sr. Mauro Sampaio é advogado formado em direito pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro. É diretor da Rede D'Or São Paulo S.A. desde 2014. Trabalhou no departamento de fusões e aquisições da Skadden, Arps, Slate, Meagher & Flom LLP, em Nova Iorque, nos EUA, trabalhou como consultor tributário na Boris Lerner & Consultores Associados, e na área tributária da Arthur Andersen. O Sr. Mauro Sampaio também trabalhou no Barbosa, Mussnich & Aragão Advogados, onde começou em 1997, tornando se sócio em 2005 com especialização em M&A em vários setores, incluindo o setor de saúde.
Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, seja em processo administrativo da CVM, na esfera judicial ou administrativa, com decisão transitada em julgado que tenha suspendido ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia.
Nos termos da regulamentação aplicável, o Sr. Mauro Sampaio não se considera uma pessoa exposta politicamente.
O critério utilizado pela Companhia para determinar a independência foi o estabelecido no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, aplicável para a Companhia no momento da eleição do membro.

Bernardo Dantas Rodenburg - 091.330.997-40

O Sr. Bernardo Dantas Rodenburg é advogado formado pela PUC-RJ, tem MBA pela Stanford Graduate School of Business. Atuou como Advogado no escritório Barbosa, Mussnich & Aragão Advogados (2002 - 2007), foi Associate no Opportunity Equity Partners entre 2007 e 2009, é Sócio Fundador e Diretor na Libra Animal desde 2013, e atualmente, é sócio e head de área da Leste Private Equity.
Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, seja em processo administrativo da CVM, na esfera judicial ou administrativa, com decisão transitada em julgado que tenha suspendido ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia.
Nos termos da regulamentação aplicável, o Sr. Bernardo não se considera uma pessoa exposta politicamente.
O critério utilizado pela Companhia para determinar a independência foi o estabelecido no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, aplicável para a Companhia no momento da eleição do membro.

Murilo Ramos Neto - 086.742.787-60

Murilo Ramos Neto é sócio da Pacífico Administração de Recursos desde 2014. Possui mais de 20 anos de experiência no mercado financeiro local e internacional. Foi por 7 anos sócio responsável pela operação da Serficom Family Office no Brasil e membro do comitê executivo global do CM-CIC Private Banking. (2008 -2014). Entre 1996 e 2005 trabalhou como operador de renda fixa no Banco Pebb S.A. e na Pebb Corretora de Valores Ltda. Foi membro do comitê executivo da SMC Private Banking entre 2008 e 2014. Estudou Economia pelo Instituto Brasileiro de Mercados e Capitais (IBMEC).
Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, seja em processo administrativo da CVM, na esfera judicial ou administrativa, com decisão transitada em julgado que tenha

suspendido ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia.
Nos termos da regulamentação aplicável, o Sr. Murilo Ramos Neto não se considera uma pessoa exposta politicamente.
O critério utilizado pela Companhia para determinar a independência foi o estabelecido no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, aplicável para a Companhia no momento da eleição do membro.

Roberto Martins de Souza - 828.893.507-97

Roberto Martins de Souza é sócio fundador da Mandatto Family Office, Diretor de Risco e membro do seu Comitê Executivo, também é sócio da Távola Asset Management e controlador da rede de Pet Shops Bicho Bacana. Antes de fundar a Mandatto, foi integrante do Comitê Executivo da Fides Asset e sócio do BTG Pactual atuando na área de Private Equity, além de Conselheiro Fiscal da Lojas Americanas (2010 a 2011). Foi membro do Conselho de Administração da B2W (2007 a 2009), FAI (2005 a 2009), Rede D'OR (membro supletivo), Brasbunker (2011 a 2012) e Presidente do Conselho de Administração da Leader Magazine (2012 a 2014). Foi executivo das Lojas Americanas por mais de 20 anos, sendo CFO por 12 anos. Roberto é formado em Engenharia de Produção pela URFJ com MBA na COPPEAD.
Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, seja em processo administrativo da CVM, na esfera judicial ou administrativa, com decisão transitada em julgado que tenha suspendido ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia.
Nos termos da regulamentação aplicável, o Sr. Roberto Martins de Souza não se considera uma pessoa exposta politicamente.
O critério utilizado pela Companhia para determinar a independência foi o estabelecido no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, aplicável para a Companhia no momento da eleição do membro.

Ricardo Wagner Lopes Barbosa - 267.330.878-47

O Sr. Ricardo Wagner Lopes Barbosa é engenheiro mecânico, formado pela Escola Politécnica da USP, tendo complementado a sua formação acadêmica com a realização de cursos no MIT - Massachusetts Institute of Technology e no INSEAD. Ricardo tem ampla experiência em temas de tecnologia, estratégia digital, vendas e marketing, tendo passagens por empresas como Claro, Time4Fun, CBS Corporation e Samsung, além de ter atuado, por mais de 4 anos, na IBM, onde chegou a ocupar o cargo de Vice Presidente para América Latina de Digital Strategy e iX. Atualmente, Ricardo é Head da área de Private Equity de Digital Transformation no Pátria Investimentos.
Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, seja em processo administrativo da CVM, na esfera judicial ou administrativa, com decisão transitada em julgado que tenha suspendido ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia.
Nos termos da regulamentação aplicável, o Sr. Ricardo Wagner Lopes Barbosa não se considera uma pessoa exposta politicamente.

O critério utilizado pela Companhia para determinar a independência foi o estabelecido no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, aplicável para a Companhia no momento da eleição do membro.

Martha Maria Soares Savedra – 543.678.837-87

A Sra. Martha é médica, pela Fundação Técnica Educacional Souza Marques do Rio de Janeiro, e bacharel em Direto, pela Universidade Estácio de Sá, com curso de especialização em Cardiologia do Serviço do Professor Nelson Botelho Reis (6ª Enfermaria da Santa Casa de Misericórdia), residência médica em Cardiologia no Hospital Universitário Pedro Ernesto da Universidade do Rio de Janeiro (HUPE – UERJ), curso de Pós-Graduação Latu Sensu em Administração Hospitalar no Centro Universitário São Camilo e MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Atuou como médica do Serviço de Terapia Intensiva no Serviço de Cirurgia Cardiovascular do Hospital Geral de Bonsucesso (INAMPS-RJ) e no Hospital Municipal Salgado Filho. Foi auxiliar de Ensino da Universidade Gama Filho, no Departamento de Medicina Interna, ocupando a cadeira de "Emergências Clínicas". Trabalhou como médica do Laboratório de Exames Cardiológicos – CARDIOLAB no setor de Ecocardiografia. Entre os anos de 2000 de 2017 trabalhou como Diretora Médica e Diretora Executiva, respectivamente, no Hospital Barra D´Or. Atualmente e desde 2018, a Sra. Martha é Diretora Executiva Regional do Hospital Barra D´Or, Hospital Rios D´Or, Hospital de Clínicas Rio Mar, Hospital Oeste D´Or, Hospital Real D´Or e Hospital Bangu.
Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, seja em processo administrativo da CVM, na esfera judicial ou administrativa, com decisão transitada em julgado que tenha suspendido ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia.
Nos termos da regulamentação aplicável, a Sra. Martha Maria Soares Savedra não se considera uma pessoa exposta politicamente.
O critério utilizado pela Companhia para determinar a independência foi o estabelecido no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, aplicável para a Companhia no momento da eleição do membro.

12.7/8 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração / Percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

As informações prestadas no presente item referem-se apenas aos candidatos ao Conselho de Administração apresentados na presente Proposta que tenham participado dos referidos comitês no último mandato, e não representam, por isso, qualquer indicação quanto à futura composição dos Comitês da Companhia.

As informações sobre a experiência profissional e as declarações de eventuais condenações dos membros dos Comitês abaixo relacionados constam do item 12.5/6 acima.

Nome	Data de Nascimento	Órgão administração	Data de eleição	N° de Mandatos Consecutivos	Prazo do mandato
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Participação nas reuniões (%)**	**Foi eleito pelo controlador**
Outros cargos e funções exercidas no emissor					
Mauro Teixeira Sampaio	16/05/1974	Comitê de Remuneração	06/05/2020	1	Até a RCA subsequente à AGO de 2021
021.913.227-51	Advogado	Comitê de Remuneração	06/05/2020	100%	Não
Membro do Comitê de Governança Corporativa e membro do Conselho de Administração					
Heráclito de Brito Gomes	10/10/1960	Comitê de Remuneração	06/05/2020	1	Até a RCA subsequente à AGO de 2021
226.814.505-00	Médico	Comitê de Remuneração	06/05/2020	100%	Não
Membro do Conselho de Administração					
Mauro Teixeira Sampaio	16/05/1974	Comitê de Governança Corporativa	27/08/2020	0	Até a RCA subsequente à AGO de 2021
021.913.227-51	Advogado	Comitê de Governança Corporativa	27/08/2020	100%	Não
Coordenador do Comitê de Remuneração e membro do Conselho de Administração					
Roberto Martins de Souza	07/06/1962	Comitê de Governança Corporativa	06/05/2020	0	Até a RCA subsequente à AGO de 2021
828.893.507-97	Engenheiro	Comitê de Governança Corporativa	06/05/2020	100%	Não
Membro do Conselho de Administração e membro do Comitê de Auditoria					

Murilo Ramos Neto	05/05/1976	Comitê de Governança Corporativa	06/05/2020	0	Até a RCA subsequente à AGO de 2021
086.742.787-60	Economista	Comitê de Governança Corporativa	06/05/2020	100%	Não
Coordenador do Comitê de Auditoria e do Conselho de Administração					
Roberto Martins de Souza	07/06/1962	Comitê de Auditoria	06/05/2020	0	Até a RCA subsequente à AGO de 2021
828.893.507-97	Engenheiro	Comitê de Auditoria	06/05/2020	100%	Não
Coordenador do Comitê de Governança Corporativa e membro do Conselho de Administração					
Murilo Ramos Neto	05/05/1976	Comitê de Auditoria	27/08/2020	0	Até a RCA subsequente à AGO de 2021
086.742.787-60	Economista	Comitê de Auditoria	27/08/2020	100%	Não
Membro do Comitê de Governança Corporativa e do Conselho de Administração					

12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia não mantêm qualquer relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre (i) administradores da Companhia e administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia, (ii) administradores da Companhia ou de suas controladas, diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos da Companhia, (iii) administradores da Companhia e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Não há relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre os membros do Conselho de Administração e controladas, controladores e outros.

ANEXO D: PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES – ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA

(artigo 12, II da Instrução CVM nº 481/09)

13.1 - Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos

a. objetivos da política ou prática de remuneração informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data de aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia não possui Política de Remuneração formalmente aprovada, mas adota práticas que buscam compensar adequadamente a competência e a responsabilidade de seus administradores e colaboradores, alinhada à prática remuneratória do mercado e aos interesses dos acionistas e da própria Companhia.

Nesse sentido, os principais elementos que embasam o modelo de remuneração da Qualicorp consistem em: (i) alinhamento de interesses entre administradores, colaboradores, acionistas e Companhia, estimulando o comprometimento a partir de uma visão compartilhada de riscos e retornos; (ii) adoção de valores e condições competitivos frente ao mercado, buscando atrair e reter profissionais altamente qualificados; e (iii) valorização do desempenho individual e coletivo, reforçando a meritocracia.

Além disso, a Companhia adota um programa de incentivo de longo prazo com remuneração baseada em ações, que tem como principais finalidades a retenção de profissionais qualificados e o alinhamento de seus interesses com os da Companhia e de seus acionistas.

b. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles
Conselho de Administração

Durante o exercício social de 2021, os membros do Conselho de Administração farão jus exclusivamente à remuneração mensal fixa, sem componentes variáveis, buscando refletir a responsabilidade e complexidade do cargo. Todos os membros do Conselho de Administração fazem jus à mesma remuneração fixa, independente da participação nos comitês, com exceção do Presidente do Conselho que recebe remuneração 60% maior do que a remuneração recebida pelos demais membros, tendo em vista a maior dedicação e atividades a serem desempenhadas. Porém, o Presidente do Conselho de Administração renunciou ao recebimento da remuneração pelo exercício do cargo até o fim do seu mandato atual. A partir do próximo mandato, passará a receber a remuneração pelo exercício do cargo.

Nos exercícios sociais de 2018, 2019 e no primeiro trimestre de 2020, os membros do Conselho de Administração faziam jus à remuneração trimestral fixa, remuneração

adicional por participação em comitê e remuneração baseada em ações. No mandato iniciado após a Assembleia Geral Ordinária de 2020, os membros do Conselho de Administração passaram a fazer jus exclusivamente à remuneração mensal fixa, sem componentes variáveis.

Diretoria Estatutária e Não Estatutária:

- Remuneração Fixa

Os membros da Diretoria Estatutária e Não Estatutária fazem jus a uma remuneração fixa, a qual inclui um salário fixo mensal e determinados benefícios (seguro de vida, vale refeição, assistência médica e combustível).

- Remuneração Variável

Parte da remuneração dos membros da Diretoria Estatutária e Não Estatutária consiste em remuneração variável, atrelada aos resultados de desempenho da Companhia e com base no atingimento de metas quantitativas previamente estabelecidas. Maiores detalhes sobre as métricas e procedimentos relacionados à remuneração variável estão descritos nos itens 13.1.d e 13.1.e abaixo.

O componente variável da remuneração busca incentivar os Diretores a conduzir com asseio os negócios da Companhia, estimulando a cultura empreendedora e orientada para resultados, alinhando os interesses de Diretores com os da Companhia.

- Remuneração baseada em ações

Os atuais membros da Diretoria Estatutária e Não Estatutária são elegíveis ao Plano de Entrega de Ações Restritas no presente exercício. Em exercícios anteriores, os membros da Diretoria Estatutária e Não Estatutária também foram elegíveis ao Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia. Os termos de referidos planos são apresentados de forma mais detalhada no item 13.4 abaixo.

Ao expor os beneficiários à geração de valor proporcionada aos acionistas da Companhia, a atribuição de remuneração baseada em ações tem como resultado a criação de um ambiente de alinhamento de interesses entre Diretoria, Companhia e seus acionistas.

Conselho Fiscal:

Caso seja aprovada a instalação do Conselho Fiscal, os seus membros receberão remuneração fixa, a qual será definida pela Assembleia Geral que deliberar a sua instalação e a eleição de seus membros, sendo equivalente a, pelo menos, o mínimo legal, não podendo ser inferior, para cada membro em exercício, a dez por cento da que, em média, for atribuída a cada diretor, não computada incentivo variável.

Adicionalmente, os membros do Conselho Fiscal são obrigatoriamente reembolsados pelas despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho de sua função

Comitês:

Comitê de Auditoria e Comitê de Governança Corporativa

Desde o mandato iniciado após a Assembleia Geral Ordinária de 2020, os membros do Conselho de Administração não fazem jus a remuneração adicional pelo desempenho de funções em comitês de assessoramento do Conselho. Tendo em vista que o Comitê de Auditoria e o Comitê de Governança Corporativa são atualmente compostos por 3 (três) membros do Conselho de Administração, esses não fazem jus a remuneração adicional pelo desempenho de suas funções no referido Comitê.

Comitê de Remuneração

Desde o mandato iniciado após a Assembleia Geral Ordinária de 2020 , os membros do Conselho de Administração não fazem jus a remuneração adicional pelo desempenho de funções em comitês de assessoramento do Conselho. O Comitê de Remuneração atualmente é composto por 2 (dois) membros do Conselho de Administração, os quais não fazem jus a remuneração adicional pelo desempenho de suas funções no referido Comitê, e 1 (um) membro independente que possui uma remuneração fixa pelo desempenho de suas funções no referido Comitê.

ii. em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

As tabelas abaixo indicam, por órgão, a proporção de cada elemento que compõe a remuneração de seus membros na remuneração total.

Conselho de Administração:

Composição Percentual da Remuneração fixa do Conselho de Administração, considerando o valor adicional por participação em Comitês

	2020	2019	2018
Remuneração fixa	55,90%	30,96%	90,90%
Salário ou pro-labore	46,58%	25,80%	75,75%
Participações em comitês c/ enc	0,98%	3,66%	7,29%
- Outros (encargos)	9,32%	5,16%	15,15%
Remuneração baseada em ações	7,23%	0,09%	1,82%
Cessação do cargo	35,89%	65,29%	0,00%

Diretoria Estatutária:

	2020	2019	2018
Remuneração fixa	36,47%	47,50%	52,59%
Salário ou *pro-labore*	23,35%	37,15%	41,98%
Benefícios diretos e indiretos	0,08%	0,32%	0,15%
Outros (encargos)	13,04%	10,03%	10,46%
Remuneração variável	19,43%	28,07%	45,43%
Bônus	7,58%	12,92%	0,00%
Participação nos resultados	11,85%	15,15%	45,43%
Remuneração baseada em ações	33,35%	24,43%	1,98%
Cessação do Cargo	10,75%	-	-

Diretoria Não Estatutária:

	2020	2019	2018
Remuneração fixa	56,35%	56,99%	73,85%
Salário ou *pro-labore*	42,58%	42,77%	64,54%
Benefícios diretos e indiretos	0,26%	0,39%	0,32%
Outros (encargos)	13,51%	13,83%	9,00%
Remuneração variável	13,54%	42,69%	24,61%
Bônus	0,02%	16,33%	0,00%
Participação nos resultados	13,52%	26,36%	24,61%
Remuneração baseada em ações	11,33%	0,33%	1,54%
Cessação do Cargo	18,78%	-	-

Conselho Fiscal:

	2020	2019	2018
Remuneração fixa	100,00%	100,00%	0,00%
Salário ou *pro-labore*	83,33%	83,33%	0,00%
Outros (encargos)	16,67%	16,67%	0,00%
Remuneração baseada em ações	0,00%	0,00%	0,00%

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A definição dos valores de Remuneração Fixa a serem pagos aos administradores e colaboradores parte inicialmente de uma avaliação comparativa dos valores praticados no mercado, realizada por meio de pesquisas de remuneração feitas por consultoria terceirizada, considerando empresas do mesmo setor em que a Companhia atua.

Nossos administradores e colaboradores contratados sob o regime CLT são avaliados anualmente e a sua remuneração poderá ser reajustada conforme o desempenho apurado no período correspondente.

Além disso, para os nossos administradores e colaboradores contratados sob o regime CLT, promovemos o reajuste salarial com base em acordo coletivo do sindicato correspondente.

A Remuneração Variável aplicada aos Diretores Estatutários e Não Estatutários, por sua vez, baseia-se em múltiplos salariais, sendo atualizada de acordo com reajustes salariais e/ou alterações de níveis de cargos.

Cabe à área de Recursos Humanos empreender toda análise e o processo de revisão dos componentes da Remuneração Fixa e Variável, auxiliada por consultorias especializadas no segmento.

Os itens que compõem a remuneração são ajustados com base nos seguintes critérios:

- Salários: através de Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) do sindicato da categoria ou movimentação salarial – Mérito ou Promoção – estabelecidos previamente em orçamento;
- Benefícios: através da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) do sindicato da categoria ou no caso de mudança de nível (de profissional para gestão de pessoas);
- PPR: o Programa de Participação nos Resultados tem como premissa os múltiplos salariais para cada nível, havendo alteração na base salarial automaticamente se ajusta o valor.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

Como mencionado e detalhado nos itens 13.1.a e 13.1.b.i acima, os componentes da remuneração destinam-se a alinhar interesses entre Companhia, acionistas, colaboradores e administradores, atrair e reter profissionais qualificados e estabelecer uma prática de comprometimento com os resultados de longo prazo e ao desempenho de curto prazo.

v. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato.

O Presidente do Conselho de Administração em exercício renunciou ao recebimento de remuneração a que faria jus em função do cargo até o fim do mandato atual e, portanto, não é remunerado pela atividade de conselheiro, durante este mandato. No entanto, caso seja eleito pela Assembleia Geral Ordinária de 2021, passará a fazer jus à remuneração para o próximo mandato.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Para a determinação da Remuneração Fixa e Variável da Diretoria Estatutária e Não Estatutária, a Companhia utiliza estudos de mercado como referência, considerando também a meritocracia, assim como o cumprimento de metas previamente estabelecidas.

Para os membros do Conselho de Administração, a remuneração (integralmente fixa) é estabelecida de acordo com os valores praticados no mercado, não existindo, porém, um acompanhamento de desempenho por meio de indicadores.

A Remuneração baseada em Ações, por seu turno, visa a remunerar Diretores e principais executivos a partir de seu respectivo desempenho, favorecendo o alinhamento de interesses entre Companhia e administradores e buscando reter profissionais qualificados, gerando um comprometimento com os resultados de longo prazo.

Para os Diretores Estatutários e Não Estatutários a remuneração variável está vinculada ao programa de participação em lucros e resultados, conhecido por PPR. No programa são definidas as metas relacionadas ao resultado da empresa, como: Net Adds, Fluxo de Caixa, Margem Ebitda, Satisfação dos Clientes e Transformação Digital. Além desses indicadores, acrescentam-se, dentre outros, o cumprimento do orçamento anual previsto para a Diretoria, além de indicadores específicos da área de atuação e o resultado ponderado do bloco de Metas Individuais.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A parcela variável da remuneração dos Diretores Estatutários e Não Estatutários está vinculada ao desempenho da Companhia no exercício ou período em questão. A remuneração possui um gatilho, de forma que, se o desempenho mínimo esperado de 80% não for atingido, não há pagamento de remuneração variável.

Uma vez disparado o gatilho, aplica-se uma regra de aceleração de remuneração para resultados, que incrementa os resultados acima de 80%. Sendo assim, os valores a serem pagos aos nossos Diretores Estatutários e Não Estatutários a título de participação nos resultados sofrem redução ou aceleração de acordo com o nível de cumprimento das metas.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

O formato da remuneração descrito acima procura incentivar administradores e colaboradores a desenvolver suas atividades tendo em vista uma maior rentabilidade da Companhia, de forma a alinhar os interesses de administradores, colaboradores e Companhia.

Em uma perspectiva de curto prazo, buscamos obter tal alinhamento por meio de salários e pacote de benefícios compatíveis com os praticados no mercado. Em médio prazo, buscamos tal adequação através do pagamento de remuneração baseada nos resultados da Companhia a todos os colaboradores e administradores.

No longo prazo, buscamos reter profissionais qualificados e alinhar seus interesses com o da Companhia, compartilhando com tais profissionais a geração de valor proporcionada aos acionistas, por meio da participação Programas de Entrega de Ações Restritas.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não aplicável, pois não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas diretas ou indiretas da Companhia. A Companhia não possui acionista controlador, não havendo que se falar em remuneração suportada por controladores diretos ou indiretos.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia.

h. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

(i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam:

A remuneração global da administração é anualmente fixada pela Assembleia Geral de Acionistas, cabendo ao Conselho de Administração, com o apoio do Comitê de Remuneração, deliberar sobre a sua distribuição entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria.

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal é estabelecida pela Assembleia Geral que instalar o órgão e eleger seus membros.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Para assegurar que a prática de remuneração esteja em conformidade com a legislação, normas e regulamentos que disciplinam o assunto, a metodologia utilizada para avaliação da remuneração individual leva em consideração: (i) as responsabilidades dos administradores, considerando os diferentes cargos que ocupam e as funções que desempenham; (ii) o tempo dedicado pelo administrador às suas funções; (iii) a competência e reputação profissional, tendo em vista a sua experiência e qualificação; e (iv) o valor de seus serviços praticados no mercado.

(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

O Conselho de Administração avalia a adequação das suas práticas de remuneração anualmente, quando da fixação da remuneração individual do próprio Conselho de Administração e da Diretoria, com o apoio do Comitê de Remuneração. Essa avaliação consiste em verificar se a prática da Companhia condiz com as responsabilidades de cada membro da administração, bem como com o volume de trabalho do cargo, com o negócio desenvolvido pela Companhia e com sua situação econômico-financeira no exercício social em questão.

13.2 - Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

	31/12/2021- Valores Anuais (Previsão)			
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Nº de membros	**7,00**	**5,00**	**3,00**	**15,00**
Remunerados	7,00	5,00	3,00	15,00
Não remunerados	0	0	0	0
Remuneração Fixa anual	**8.112.000,00**	**8.288.618,99**	**596.295,00**	**16.996.913,99**
Salário ou pró-labore	6.672.000,00	8.147.312,46	596.295,00	15.415.607,46
Benefícios direto e indireto	-	141.306,54	-	141.306,54
Participações em comitês	1.440.000,00	-	-	1.440.000,00
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas	Os montantes apresentados se referem aos encargos trabalhistas			
Remuneração Variável	**-**	**17.028.786,85**	**-**	**17.028.786,85**
Bônus	-	4.088.888,85	-	4.088.888,85
Participação de Resultados	-	12.939.898,00	-	12.939.898,00
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	Os montantes apresentados se referem exclusivamente às contribuições ao INSS			
Pós-emprego	**-**	**-**	**-**	**-**
Cessação do cargo	**-**	**-**	**-**	**-**
Baseada em ações	**-**	**14.025.580,41**	**-**	**14.025.580**
Observações	Conforme disposto no Ofício- Circular/CVM/SEP/Nº 02/2020, as quantidades de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária foram apuradas de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.			
Total da Remuneração	**8.112.000,00**	**39.342.986,25**	**596.295,00**	**48.051.281,25**

	31/12/2020-realizado			
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Nº de membros	**6,83**	**3,33**	**3,00**	**13,17**
Remunerados	5,83	3,33	3,00	12,17
Não remunerados	1	0	0	1
Remuneração Fixa anual	**4.710.333,67**	**12.358.726,81**	**629.082,30**	**17.698.142,78**
Salário ou pró-labore	4.629.333,67	12.318.633,84	629.082,30	17.577.049,81
Benefícios direto e indireto	-	40.092,97	-	40.092,97
Participações em comitês	81.000,00	-	-	81.000,00
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas	Os montantes apresentados se referem aos encargos trabalhistas			
Remuneração Variável	**-**	**10.951.491,74**	**-**	**10.951.491,74**
Bônus	-	3.999.998,73	-	3.999.998,73
Participação de Resultados	-	6.251.492,21	-	6.251.492,21
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	700.000,80	-	700.000,80
Descrição de outras remunerações variáveis	Os montantes apresentados se referem exclusivamente às contribuições ao INSS			
Pós-emprego	**-**	**-**	**-**	**-**
Cessação do cargo	**3.567.441,02**	**5.669.279,38**	**-**	**9.236.720,40**
Baseada em ações	**718.738,95**	**14.620.077,44**	**-**	**15.338.816,39**
Observações	Conforme disposto no Ofício- Circular/CVM/SEP/Nº 02/2020, as quantidades de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária foram apuradas de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.			
Total da Remuneração	**8.996.513,65**	**43.599.575,36**	**629.082,30**	**53.225.171,31**

	31/12/2018 - Valores Anuais			
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Nº de membros	**6,33**	**3,00**	**0,00**	**9,33**
Remunerados	6,33	3,00	0,00	9,33
Não remunerados	0	0	0	0
Remuneração Fixa anual	**3.719.217,00**	**5.558.052,79**	**-**	**9.277.269,79**
Salário ou pró-labore	3.719.217,00	5.538.905,55	-	9.258.122,55
Benefícios direto e indireto	-	19.147,24	-	19.147,24
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas	Os montantes apresentados se referem aos encargos trabalhistas			
Remuneração Variável	**-**	**5.994.430,76**	**-**	**5.994.430,76**
Bônus	-	-	-	-
Participação de Resultados	-	5.994.430,76	-	5.994.430,76
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	Os montantes apresentados se referem exclusivamente às contribuições ao INSS			
Pós-emprego	**-**	**-**	**-**	**-**
Cessação do cargo	**-**	**-**	**-**	**-**
Baseada em ações	**82.666,55**	**261.291,00**	**-**	**343.957,55**
Observações	Conforme disposto no Ofício- Circular/CVM/SEP/Nº 02/2020, as quantidades de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária foram apuradas de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.			

13.3 - Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

	31/12/2020 - Valores Anuais			
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Nº de membros	**6,83**	**3,33**	**3,00**	**13,17**
Remunerados	5,83	3,33	3,00	12,17
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	3.999.999	-	3.999.999
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	3.999.999	-	3.999.999
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas estabelecidas sejam atingidas	-	3.999.999	-	3.999.999
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	3.999.999	-	3.999.999
Participação no Resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	3.125.746	-	3.125.746
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	12.502.984	-	12.502.984
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas estabelecidas sejam atingidas	-	6.251.492	-	6.251.492
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	6.251.492	-	6.251.492

	31/12/2019 - Valores Anuais			
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Nº de membros	**6,33**	**3,08**	**2,00**	**11:41**
Remunerados	6,33	3,08	2,00	11:41
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	3.066.666	-	3.066.666
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	3.066.666	-	3.066.666
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas estabelecidas sejam atingidas	-	3.066.666	-	3.066.666
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	3.066.666	-	3.066.666
Participação no Resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	1.797.215	-	1.797.215
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	7.188.862	-	7.188.862
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas estabelecidas sejam atingidas	-	3.594.431	-	3.594.431
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	3.594.431	-	3.594.431

	31/12/2018 - Valores Anuais			
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Nº de membros	**6,33**	**3,00**	**0,00**	**9,33**
Remunerados	6,33	3,00	0,00	9,33
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas estabelecidas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	-	-	-
Participação no Resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	2.997.215	-	2.997.215
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	11.988.862	-	11.988.862
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas estabelecidas sejam atingidas	-	5.994.431	-	5.994.431
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	5.994.431	-	5.994.431

13.4 - Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

a. termos e condições gerais

Plano de Opções de Compra de Ações ("Plano 2011")

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 03 de março de 2011, a Companhia aprovou um novo plano de opção de compra de ações, o qual foi posteriormente aditado em 30 de maio de 2011, em 22 de agosto de 2013, e 13 de junho de 2014 ("Plano 2011"). No âmbito do Plano 2011, os empregados, administradores, diretores, conselheiros e prestadores de serviços da Companhia, ou de outras sociedades sob o seu controle direto ou indireto, são elegíveis a receber opções de compra de ações de emissão da Companhia ("Beneficiários"), mediante celebração de contrato de outorga de opções de compra de ações ("Contratos de Outorga").

O Plano 2011 é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia ou, observadas as restrições previstas em lei, por quaisquer de seus comitês ("Comitê"), os quais deverão seguir, no desenvolvimento de suas atividades, as determinações estabelecidas pelo Conselho de Administração no ato de delegação de poderes para administração do Plano 2011. O Conselho de Administração da Companhia ou o Comitê, conforme o caso, e na medida em que for permitido por lei e pelo estatuto social da Companhia, terão amplos poderes para tomar e efetuar todas as decisões e medidas necessárias, adequadas e/ou convenientes para a administração do Plano 2011, incluindo, mas não se limitando:

(a) determinar o Justo Valor de Mercado;
(b) escolher os Prestadores de Serviços aos quais poderão ser realizadas Outorgas;
(c) determinar todas as matérias e questões relacionadas à rescisão de contrato de trabalho de Beneficiário;
(d) determinar o número de Contratos de Outorga que serão realizadas e seu respectivo número de ações;
(e) aprovar os termos das minutas dos Contratos de Outorga;
(f) determinar os termos e condições de quaisquer Contratos de Outorga celebrados nos termos do Plano 2011;
(g) prescrever, alterar e rescindir normas e regulamentos relativos ao Plano 2011, inclusive normas e regulamentos relativos a subplanos estabelecidos para fins de atendimento de leis estrangeiras aplicáveis;
(h) determinar se e em que medida, e em quais circunstâncias, uma concessão poderá ser liquidada;
(i) interpretar os termos do Plano 2011 e dos Contratos de Outorga de acordo com o Plano 2011; e
(j) tomar e efetuar todas as demais decisões e determinações porventura exigidas de acordo com o Plano 2011 ou conforme o Conselho de Administração ou Comitê julgar necessário ou conveniente à administração do Plano 2011.

O Conselho de Administração ou Comitê estabeleceu o prazo limite para exercício da opção no tocante a cada Beneficiário eleito. Não obstante, nos termos do Plano 2011, nenhuma opção poderá ser exercida em qualquer medida depois da expiração de 10 (dez) anos da data de outorga da opção. Todos os contratos de opção celebrados até essa data com os Beneficiários do Plano 2011, possuem prazo final de até 5 anos, contados da assinatura do respectivo Contrato de Outorga. Cada opção dá direito à aquisição de uma ação ordinária da Companhia.

No âmbito do Plano 2011, a primeira série de opções não possui mais opções em aberto a serem exercidas. A segunda série de opções contemplava a outorga de até 7.848.182 opções, sendo que, a primeira outorga ocorreu em 03 de março de 2011, a segunda outorga ocorreu em 31 de maio de 2011, a terceira em 30 de abril de 2012, a quarta em 22 de outubro de 2012 e a quinta em 16 de novembro de 2012.

A segunda série de opções foi aditada em 22 de agosto de 2013 passando a ter limite de emissão de ações de 5% do capital social emitido da Companhia. Em 31 de outubro de 2013, foi realizada a outorga de 10.333.000 de ações e no primeiro trimestre de 2014 foram outorgadas mais 1.850.000 ações. Com esse aditamento, as ações prescritas das emissões anteriores não serão mais emissíveis. Ficará valendo somente essa última emissão.

Em 13 de junho de 2014, mais uma vez, a segunda série de opções foi aditada, passando a ter limite de emissão de ações de 8% do capital social emitido da Companhia. Na mesma data, foram outorgadas 6.680.000 ações; em 12 de agosto de 2014 foram outorgadas 650.000 ações, em 04 de novembro de 2014 foram outorgadas 4.000.000 ações, em 16 dezembro de 2015 foram outorgadas 750.000, em 08 de julho de 2016 foram outorgadas 3.170.000 ações e em 18 de janeiro de 2017 foram outorgadas 1.000.000 ações totalizando 28.433.000 ações.

Cabe lembrar que, de acordo com o Plano 2011, caso a opção termine, caduque, seja readquirida, expire ou prescreva por qualquer motivo, as opções ainda não exercidas ficarão novamente disponíveis para novas outorgas nos termos do Plano 2011.

Plano de Entrega de Ações Restritas (“Plano 2018”)

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada no dia 27 de abril de 2018, foi aprovado o Plano de Entrega de Ações Restritas (“Plano 2018” e, em conjunto com o Plano 2011, “Planos”). Nos termos do Plano 2018, os administradores ou empregados da Companhia ou de outra sociedade sob o seu controle, bem como os participantes do PPR (Programa de Participação nos Resultados da Companhia e de suas subsidiárias) que lá sejam definidos como elegíveis, poderão ser eleitos pelo Conselho de Administração para participarem do Plano 2018 (“Participantes”), mediante a celebração de instrumentos particulares de entrega de Ações Restritas celebrados entre a Companhia e os Participantes ("Contratos Individuais").

Para fins do Plano 2018, “Ações Restritas” significam as ações ordinárias de emissão da Companhia negociadas na B3, sob o código QUAL3 entregues ao Participante pela Companhia, de acordo com as regras do Plano 2018.

O Conselho de Administração pode estabelecer programas de concessão de Ações Restritas da Companhia, observadas as condições previstas pelo Plano 2018.

Ainda, “Contrato(s) Individual(ais)” significam os instrumentos particulares de entrega de Ações Restritas celebrados entre a Companhia e os Participantes, por meio dos quais a Companhia entregará Ações Restritas aos Participantes e estabelecerá os termos e condições para a negociação e liberação das referidas ações.

b. principais objetivos do plano

Plano 2011

O Plano 2011 tinha por objetivo permitir que os Beneficiários, sujeitos a determinadas condições, adquirissem ações da Companhia, com vistas a (a) promover o crescimento, desenvolvimento e êxito financeiro da Companhia e das demais sociedades sob seu controle (direto ou indireto), proporcionando incentivos adicionais a empregados, consultores, diretores e conselheiros da Companhia e demais sociedades sob seu controle; e (b) contribuir para que a Companhia ou outras sociedades sob o seu controle (direto ou indireto) obtivessem e mantivessem serviços do tipo de empregadores, consultores, diretores e conselheiros profissionais, técnicos e administrativos considerados essenciais ao êxito duradouro da Companhia e das demais sociedades sob seu controle.

Plano 2018

Trata-se de plano de incentivo de longo prazo baseado em entrega de ações restritas, as quais permanecerão sujeitas a restrições de negociação durante o período de restrição, cujos termos e condições permitem a outorga de ações de emissão da Companhia de modo a promover o estímulo da produtividade sustentável, ou da permanência dos Participantes na Companhia ou nas sociedades por ela controladas, o alinhamento entre os interesses dos participantes e os interesses dos acionistas da Companhia e das sociedades por ela controladas, conforme vier a ser definido em cada programa.

c. forma como o plano contribui para esses objetivos

Os Planos possibilitam que os Participantes se tornem acionistas da Companhia em condições diferenciadas, esperando-se que estes tenham fortes incentivos para se comprometer efetivamente com a criação de valor e exerçam suas funções de maneira a se integrar aos interesses dos acionistas, aos objetivos sociais e aos nossos planos de crescimento, assim maximizando nossos lucros, bem como gerando uma relação de longo prazo destes profissionais com a nossa Companhia.

O oferecimento de opções de compra de ações ou Ações Restritas ainda estimula os Beneficiários/Participantes, conforme o caso, por meio do comprometimento de seus recursos próprios, a buscar a valorização imediata das ações, sem, contudo, comprometer o crescimento e a valorização futura das ações. Atinge-se, ainda, por meio deste modelo, o compartilhamento dos riscos e dos ganhos, por meio da valorização das ações adquiridas no âmbito do plano de opções. Adicionalmente, o modelo adotado espera ser eficaz como mecanismo de retenção de administradores e empregados, em face, principalmente, do compartilhamento da valorização das ações.

d. como o plano se insere na política de remuneração do emissor

Plano 2011

O Plano 2011 buscava, além da retribuição justa e reflexa do desempenho, compensar adequadamente a competência e responsabilidade dos profissionais que tivessem se destacado por contribuir significativamente para o desempenho da Companhia, ou cuja contratação fosse de vital importância para a boa execução dos planos e estratégias da Companhia.

As outorgas de opções nos termos do Plano 2011, bem como o seu exercício pelos Beneficiários, não tinham qualquer relação nem estavam vinculados à sua remuneração, fixa ou variável, ou eventual participação nos lucros.

Plano 2018

O Plano 2018 tem por objetivo reforçar o nível de alinhamento, estimular a produtividade e, em determinados casos, reter os seus principais executivos.

e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

As outorgas realizadas com base nos Planos trazem diferentes mecanismos que permitem o alinhamento de interesses dos administradores em diferentes horizontes de tempo. A possibilidade de o Conselho de Administração da Companhia ou o Comitê, conforme o caso, determinar a oportunidade em que os Contratos de Outorga poderão ser liquidados fazem com que os Beneficiários se comprometam com a constante valorização das ações no curto, médio e longo prazo.

f. número máximo de ações abrangidas

Plano 2011

O total de ações concedidas até 31 dezembro de 2020 é de 34.126.702, com saldo de 2.962.500 (excluindo-se os montantes cancelados e exercidos). Ademais, em 31 de dezembro de 2020, o número de ações emitidas pela Companhia era de 283.176.825.

Plano 2018

No âmbito do Plano 2018, poderão ser entregues aos participantes, ações representativas de, no máximo, 4% (quatro por cento) do capital social total da Companhia na data da aprovação do Plano 2018.

Nos casos de alteração do número, espécie e classe de ações da Companhia como resultado de bonificações, desdobramentos, grupamentos ou conversão de ações de uma espécie ou classe em outra ou conversão em ações de outros valores mobiliários emitidos pela Companhia, caberá ao Conselho de Administração avaliar a necessidade de ajustes nos programas e Plano 2018, de modo a evitar distorções e prejuízos à Companhia e às sociedades por ela controladas ou aos participantes.

Em dezembro de 2020, o número máximo de ações a serem outorgadas no âmbito do Plano 2018 era de 7.204.674.

g. número máximo de opções a serem outorgadas

Plano 2011

Em dezembro de 2020 o número máximo de opções a serem outorgadas era de 1.225.000.

Plano 2018

Não aplicável para o Plano 2018.

h. condições de aquisição de ações

Plano 2011

As condições de aquisição de ações, conforme disposto no Plano 2011, eram previstas no Contrato de Outorga celebrado com cada um dos Beneficiários. O Conselho de Administração ou o Comitê podia estabelecer termos e condições diferenciados para cada Contrato de Outorga, sem necessidade de aplicação de qualquer regra de isonomia ou analogia entre os Beneficiários, mesmo que se encontrassem em situações similares ou idênticas.

Plano 2018

Ressalvada a entrega de ações restritas como parte do PPR, que seguirá a forma aprovada pelo Conselho de Administração, a entrega de ações restritas ficará condicionada à celebração de Contratos Individuais entre a Companhia e os Participantes, os quais deverão especificar, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração, a quantidade de Ações Restritas a ser recebida, o período de restrição e os demais termos e condições relacionados às Ações Restritas.

O Conselho de Administração poderá tratar de maneira diferenciada os Participantes que se encontrem em situação similar, não estando obrigado, por qualquer regra de

isonomia ou analogia, a estender a todos os participantes as condições que entenda aplicável apenas a algum ou alguns participantes, a seu exclusivo critério.

As Ações Restritas são concedidas a cada Participante, anualmente, mediante a celebração dos respectivos Contratos Individuais e de acordo com as condições estabelecidas no Plano 2018 e no Programa de Concessão de Ações Restritas. O Conselho de Administração definirá a quantidade de Ações Restritas a serem entregues a cada Participante que ocupe cargo de Diretor(a) estatutário(a) da Companhia.

i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Plano 2011

O preço de compra unitário das Ações sujeitas a cada Opção era estabelecido pelo Administrador, mas não inferior a 100% do Justo Valor de Mercado das Ações, considerando-se como "Justo Valor de Mercado" o valor de mercado de uma Ação determinado pelo Administrador com base na média da cotação das Ações nos pregões na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), ponderada pelo volume de negociação, durante o período ou em data definidos pelo Administrador no momento da deliberação de cada Outorga.

Plano 2018

O preço de referência de cada Ação Restrita, para os fins do Plano 2018, será o preço de cotação de cada Ação Restrita na B3 no dia útil imediatamente anterior à respectiva data de outorga, salvo se de outra forma deliberado pelo Conselho de Administração.

j. critérios para fixação do prazo de exercício

Plano 2011

Cabia ao Conselho de Administração ou Comitê estabelecer o prazo limite para exercício da opção no tocante a cada Beneficiário eleito. Não obstante, nos termos do Plano 2011, nenhuma opção poderia ser exercida em qualquer medida depois da expiração de dez anos da data de outorga da opção. A título exemplificativo, todos os contratos de opção celebrados com os beneficiários do Plano 2011, possuem prazo final de até 5 anos, contados da assinatura do respectivo contrato.

Plano 2018

Não aplicável para o Plano 2018.

k. forma de liquidação

Plano 2011

O pagamento do Preço de Exercício obedecia às formas e prazos determinados pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê observado em todo caso o disposto no Plano 2011 e nos respectivos Contratos de Outorga.

Plano 2018

Com o propósito de satisfazer a entrega de Ações Restritas nos termos do Plano 2018, a Companhia, sujeito à lei e regulamentação aplicável, transfere ações mantidas em tesouraria, por meio de operação privada, sem custo para os participantes.

l. restrições à transferência das ações

Plano 2011

As ações adquiridas no âmbito do Plano 2011 ficavam sujeitas aos termos e condições previstos no Contrato de Outorga. Além disso, o Conselho de Administração ou o Comitê a seu exclusivo critério, poderia impor restrições adicionais à transmissão das ações adquiridas quando do exercício da opção de compra das ações da Companhia.

Plano 2018

No âmbito do Plano 2018, cada Contrato Individual ou Programa aprovado pelo Conselho de Administração deverá fixar um "Período de Restrição", que significa o prazo durante o qual as Ações Restritas recebidas pelo Participante não poderão ser negociadas por ele.

Atualmente, há um Programa vigente na Companhia com a restrição à transferência de ações de 12 meses contados do recebimento da ação pelo Beneficiário.

m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Plano 2011

Sem prejuízo do disposto no Plano 2011 ou quaisquer dos Contratos de Outorga, as opções outorgadas nos termos do Plano 2011 extinguir-se-ão automaticamente, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, nos seguintes casos:

(a) mediante o seu exercício integral;

(b) após o decurso do prazo de vigência das opções;

(c) mediante o distrato do Contrato de Outorga;

(d) a qualquer momento a critério do conselho de administração; ou

(e) nas hipóteses de rescisão da contratação do Beneficiário, previstas no Plano 2011 e/ou no Contrato de Outorga.

Plano 2018

Compete à Assembleia Geral aprovar e, portanto, alterar, suspender ou extinguir o Plano 2018. Toda e qualquer alteração do Plano 2018, proposta pelo Conselho de Administração, deverá ser submetida à aprovação da Assembleia Geral da Companhia.

O término de vigência do Plano 2018 não afetará os direitos plenamente adquiridos em relação às ações restritas objeto de contratos individuais já celebrados.

A entrega de Ações Restritas nos termos do Plano 2018 não impedirá a Companhia de realizar o seu cancelamento de registro de companhia aberta e não impedirá a Companhia e/ou as sociedades por ela controladas de realizar operações de reorganização societária, tais como transformação, incorporação, fusão, cisão e incorporação de ações. No entanto, caberá ao Conselho de Administração avaliar se será necessário propor à Assembleia Geral ajustes no Plano 2018 ou realizar ajustes nos Contratos Individuais, de forma a manter o equilíbrio das relações entre as partes, sem prejuízos à Companhia e/ou às sociedades por ela controladas ou ao direito dos Participantes.

Qualquer alteração legal significativa no tocante à regulamentação das sociedades por ações, às companhias abertas, na legislação trabalhista e/ou aos efeitos fiscais de um plano de entrega de ações restritas, poderá levar à revisão integral do Plano 2018, de forma a garantir o cumprimento das leis aplicáveis.

n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Plano 2011

O desligamento do Beneficiário implicava os efeitos indicados em seu respectivo Contrato de Outorga. Nos termos do Plano 2011, tais efeitos eram especificados pelo Conselho de Administração ou Comitê, ao seu exclusivo critério, mas deveriam levar em consideração: (i) o motivo do desligamento (i.e., se por justa causa, voluntário, falecimento, invalidez ou realocação sob outra forma de contratação com a Companhia); e (ii) o tempo de permanência como administrador ou empregado da Companhia.

Plano 2018

Os efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no Plano 2018 estarão previstos nos Contratos Individuais a serem celebrados com cada um dos Participantes ou nos respectivos instrumentos relativos à entrega das ações restritas como parte do PLR.

No âmbito do Primeiro Programa, caso o Participante, a qualquer tempo, deixe o cargo exercido na Companhia **(i)** por qualquer motivo, exceto em razão de falecimento ou invalidez permanente (inclusive mediante (a) demissão pela Companhia, com ou sem justa causa; (b), demissão voluntária pelo Participante; (c) destituição ou renúncia ao cargo de administrador; e (d) não reeleição ao cargo de administrador), o Participante deverá permanecer obrigado a observar integralmente o período de restrição à transferência de ações; ou **(ii)** por motivo de falecimento ou invalidez permanente, o Participante ou os herdeiros e sucessores legais do Participante (conforme aplicável) serão dispensados da obrigação de observar o período de restrição à transferência das ações, que se extinguirá automaticamente e as respectivas Ações Restritas Outorgadas

estarão livres para serem negociadas.

13.5 - Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

	2021 - PREVISÃO	
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
Nº de membros	**7,00**	**5,00**
Remunerados	7,00	5,00
Não Remunerados	0,00	0,00
Outorga de opções de compra de ações		
Data da outorga	-	01/05/2021
Quantidade de opções outorgadas	-	130.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	25% ao ano a partir de dezembro de 2020 (plano 2018)	
Prazo máximo para o exercício das ações	N/A	
Prazo de restrição à transferência de ações	N/A	
Preço médio ponderado de exercício		
(a) das opções em aberto no início do ano	N/A	
(b) das opções perdidas durante o exercício	NA	
(c) das opções exercidas durante o exercício	N/A	
(d) das opções expiradas durante o exercício	NA	
Valor justo das opções na data de Outorga	**-**	**32,00**
Diluição potencial no caso de exercício de todas as opções outorgadas	**N/A**	**N/A**

	2021 - PREVISÃO	
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
Nº de membros	**7,00**	**5,00**
Remunerados	7,00	5,00
Não Remunerados	0,00	0,00
Outorga de opções de compra de ações		
Data da outorga	-	09/05/2019
Quantidade de opções outorgadas	-	400.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	25% ao ano a partir de dezembro de 2020 (plano 2018)	
Prazo máximo para o exercício das ações	N/A	
Prazo de restrição à transferência de ações	N/A	
Preço médio ponderado de exercício		
(a) das opções em aberto no início do ano	N/A	
(b) das opções perdidas durante o exercício	NA	
(c) das opções exercidas durante o exercício	N/A	
(d) das opções expiradas durante o exercício	NA	
Valor justo das opções na data de Outorga	**-**	**17,97**
Diluição potencial no caso de exercício de todas as opções outorgadas	**N/A**	**N/A**

	2021 - PREVISÃO	
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
Nº de membros	**7,00**	**5,00**
Remunerados	7,00	5,00
Não Remunerados	0,00	0,00
Outorga de opções de compra de ações		
Data da outorga	-	05/12/2019
Quantidade de opções outorgadas	-	516.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	25% ao ano a partir de dezembro de 2020 (plano 2018)	
Prazo máximo para o exercício das ações	N/A	
Prazo de restrição à transferência de ações	N/A	
Preço médio ponderado de exercício		
(a) das opções em aberto no início do ano	N/A	
(b) das opções perdidas durante o exercício	NA	
(c) das opções exercidas durante o exercício	N/A	
(d) das opções expiradas durante o exercício	NA	
Valor justo das opções na data de Outorga	**-**	**38,12**
Diluição potencial no caso de exercício de todas as opções outorgadas	**N/A**	**N/A**

	2020	
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
Nº de membros	**6,83**	**3,33**
Remunerados	6,33	3,08
Não Remunerados	1,00	0,00
Outorga de opções de compra de ações		
Data da outorga	09/05/2019	09/05/2019
Quantidade de opções outorgadas	400.000	1.500.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	25% ao ano a partir de maio de 2020 (plano 2018)	
Prazo máximo para o exercício das ações	N/A	
Prazo de restrição à transferência de ações	N/A	
Preço médio ponderado de exercício		
(a) das opções em aberto no início do ano	N/A	
(b) das opções perdidas durante o exercício	NA	
(c) das opções exercidas durante o exercício	N/A	
(d) das opções expiradas durante o exercício	NA	
Valor justo das opções na data de Outorga	**17,97**	**17,97**
Diluição potencial no caso de exercício de todas as opções outorgadas	**N/A**	**N/A**

	2020	
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
Nº de membros	**6,83**	**3,33**
Remunerados	6,33	3,08
Não Remunerados	1,00	0,00
Outorga de opções de compra de ações		
Data da outorga	-	05/12/2019
Quantidade de opções outorgadas	-	516.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	25% ao ano a partir de dezembro de 2020 (plano 2018)	
Prazo máximo para o exercício das ações	N/A	
Prazo de restrição à transferência de ações	N/A	
Preço médio ponderado de exercício		
(a) das opções em aberto no início do ano	N/A	
(b) das opções perdidas durante o exercício	NA	
(c) das opções exercidas durante o exercício	N/A	
(d) das opções expiradas durante o exercício	NA	
Valor justo das opções na data de Outorga	**-**	**38,12**
Diluição potencial no caso de exercício de todas as opções outorgadas	**N/A**	**N/A**

	2019	
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
Nº de membros	**6,83**	**3,33**
Remunerados	6,33	3,08
Não Remunerados	1,00	0,00
Outorga de opções de compra de ações		
Data da outorga	09/05/2019	09/05/2019
Quantidade de opções outorgadas	600.000	1.500.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	25% ao ano a partir de maio de 2020 (plano 2018)	
Prazo máximo para o exercício das ações	N/A	
Prazo de restrição à transferência de ações	N/A	
Preço médio ponderado de exercício		
(a) das opções em aberto no início do ano	N/A	
(b) das opções perdidas durante o exercício	NA	
(c) das opções exercidas durante o exercício	N/A	
(d) das opções expiradas durante o exercício	NA	
Valor justo das opções na data de Outorga	**17,97**	**17,97**
Diluição potencial no caso de exercício de todas as opções outorgadas	**N/A**	**N/A**

	2019	
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
Nº de membros	**6,83**	**3,33**
Remunerados	6,33	3,08
Não Remunerados	1,00	0,00
Outorga de opções de compra de ações		
Data da outorga	-	05/12/2019
Quantidade de opções outorgadas	-	516.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	25% ao ano a partir de dezembro de 2020 (plano 2018)	
Prazo máximo para o exercício das ações	N/A	
Prazo de restrição à transferência de ações	N/A	
Preço médio ponderado de exercício		
(a) das opções em aberto no início do ano	N/A	
(b) das opções perdidas durante o exercício	NA	
(c) das opções exercidas durante o exercício	N/A	
(d) das opções expiradas durante o exercício	NA	
Valor justo das opções na data de Outorga	**-**	**38,12**
Diluição potencial no caso de exercício de todas as opções outorgadas	**N/A**	**N/A**

	2018	
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
Nº de membros	**6,33**	**3,08**
Remunerados	6,33	3,08
Não Remunerados	0,00	0,00
Outorga de opções de compra de ações		
Data da outorga	-	04/11/2014
Quantidade de opções outorgadas	-	2.000.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	25% ao ano a partir de setembro de 2014 (plano 2011)	
Prazo máximo para o exercício das ações	5 ANOS	
Prazo de restrição à transferência de ações	N/A	
Preço médio ponderado de exercício		
(a) das opções em aberto no início do ano	-	25,33
(b) das opções perdidas durante o exercício	NA	
(c) das opções exercidas durante o exercício	N/A	
(d) das opções expiradas durante o exercício	NA	
Valor justo das opções na data de Outorga	**-**	**25,33**
Diluição potencial no caso de exercício de todas as opções outorgadas	**-**	**-**

	2018	
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
Nº de membros	**6,33**	**3,08**
Remunerados	6,33	3,08
Não Remunerados	0,00	0,00
Outorga de opções de compra de ações		
Data da outorga	12/08/2014	-
Quantidade de opções outorgadas	100.000	-
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	25% ao ano a partir de setembro de 2014 (plano 2011)	
Prazo máximo para o exercício das ações	5 ANOS	
Prazo de restrição à transferência de ações	N/A	
Preço médio ponderado de exercício		
(a) das opções em aberto no início do ano	26,39	-
(b) das opções perdidas durante o exercício	NA	
(c) das opções exercidas durante o exercício	N/A	
(d) das opções expiradas durante o exercício	NA	
Valor justo das opções na data de Outorga	**26,39**	**-**
Diluição potencial no caso de exercício de todas as opções outorgadas	**-**	**-**

	2018	
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
Nº de membros	**6,33**	**3,00**
Remunerados	6,33	3,00
Não Remunerados	0,00	0,00
Outorga de opções de compra de ações		
Data da outorga	31/10/2013, 16/12/2015 e 08/07/2016	31/10/2013, 13/06/2014, 04/11/2014 e 08/07/2016
Quantidade de opções outorgadas	450.000	3.550.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	25% ao ano a partir de setembro de 2014	
Prazo máximo para o exercício das ações	5 ANOS	
Prazo de restrição à transferência de ações	N/A	
Preço médio ponderado de exercício		
(a) das opções em aberto no início do ano	16,79, 15,95 e 16,80	16,79, 20,00, 25,33 e 16,18
(b) das opções perdidas durante o exercício	NA	
(c) das opções exercidas durante o exercício	N/A	
(d) das opções expiradas durante o exercício	NA	
Valor justo das opções na data de Outorga	**8,63, 3,55 e 19,35**	**7,20, 8,08, 6,86, e 7,36**
Diluição potencial no caso de exercício de todas as opções outorgadas	**4,51%, 7,05% e 5,85%**	**2,30%, 1,64%, 0,90% e 2,19%**

13.6 - Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

A partir de 2018, a Companhia passou a adotar o Plano de Ações Restritas e, portanto, deixou de fazer novas outorgas de opções com base no Plano de Opção de 2011.

Nesse sentido, no último exercício social, não há saldo de opções em aberto contabilizado nas demonstrações financeiras da Companhia.

13.7 - Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

	Exercício findo em 31/12/2020	
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
Nº de membros	**4,00**	**3,00**
Remunerados	4,00	3,00
Opções exercidas		
Número de ações [(i)]	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício[(i)]	N/A	N/A
Diferença entre o valor do exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A
Ações entregues[(i)]		
Número de ações entregues	241.111	1.236.801
Preço médio ponderado de aquisição	19,57	22,16
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas [(ii)]	N/A	N/A

[(ii)] O valor de mercado das ações foi calculado com base no valor das ações na data de outorga

	Exercício findo em 31/12/2019	
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
Nº de membros	**3,00**	**2,00**
Remunerados	3,00	2,00
Opções exercidas		
Número de ações [(i)]	50.000	525.000
Preço médio ponderado de exercício[(i)]	R$ 17,35	R$ 35,61
Diferença entre o valor do exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	5.366.750
Ações entregues[(i)]		
Número de ações entregues	141.830	N/A
Preço médio ponderado de aquisição	17,97	N/A
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas [(ii)]	N/A	N/A

[(ii)] O valor de mercado das ações foi calculado com base no valor das ações na data de outorga

	Exercício findo em 31/12/2018	
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
Nº de membros	**0,00**	**1**
Remunerados	0,00	1
Opções exercidas		
Número de ações [(i)]	0	500.000
Preço médio ponderado de exercício[(i)]	R$ 0,00	R$ 21,28
Diferença entre o valor do exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	R$ 0	R$ 3.090.000
Ações entregues[(i)]		
Número de ações entregues	N/A	N/A
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	N/A
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas [(ii)]	N/A	N/A

[(ii)] O valor de mercado das ações foi calculado com base no preço de fechamento de 31/12/2018

13.8 - Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções indicando, no mínimo:

Conforme divulgado no item 13.6, não há opções em aberto na Companhia.

Não obstante, houveram exercícios de opção por Beneficiários em 2018 e, dessa forma, apresentamos abaixo as informações sobre as tais opções.

	31 de Dezembro 2020	**31 de Dezembro 2019**	**31 de Dezembro 2018**
-	-	-	-
Quantidade total de opções de compra de ações outorgadas	N/A	N/A	**N/A**
Preço médio ponderado das ações	N/A	N/A	**N/A**
Preço de exercício das opções de ações outorgadas até último dia do ano	N/A	N/A	**N/A**
Volatilidade estimada do preço da ação	N/A	N/A	**N/A**
Dividend yield esperado das ações	N/A	N/A	**N/A**
Taxa de retorno livre de risco	N/A	N/A	**N/A**
Período estimado até o vencimento	N/A	N/A	**N/A**
Valor justo na data da concessão	N/A	N/A	**N/A**

a. ***Modelo de precificação***

Para as ações concedidas no âmbito do Plano 2018, o valor justo corresponde ao preço de fechamento da ação no dia útil anterior à data de concessão.

b. ***Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco.***

Para as ações concedidas no âmbito do Plano 2018, o valor justo corresponde ao preço de fechamento da ação no dia útil anterior à data de concessão.

c. ***Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado.***

Não é aplicável para as ações concedidas no âmbito do Plano 2018, dado que não há exercício no âmbito desse Plano.

d. ***Forma de determinação da volatilidade esperada.***

Não é aplicável para as ações concedidas no âmbito do Plano 2018, dado que o valor justo corresponde ao preço de fechamento da ação no dia útil anterior à data de concessão.

e. ***Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo.***

Todas as características importantes das opções de compra de ações e da concessão de ações estão descritas e consideradas nos itens anteriores.

13.9 - Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

Em 31 de dezembro de 2020, os membros do Conselho Fiscal não detinham ações ordinárias de emissão da Companhia. Na mesma data, os membros do Conselho de Administração detinham 3.400 ações ordinárias de emissão da Companhia e os Diretores Estatutários detinham 145.391 ações ordinárias de emissão da Companhia e não possuíam quaisquer outros valores mobiliários conversíveis em ações de emissão da Companhia ou de sociedades controladas ou sob controle comum da Companhia.

13.10 - Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela

Na data deste Formulário de Referência, não há planos de previdência em vigor conferidos aos membros do Conselho de Administração, Diretores Estatutários e demais administradores da Companhia.

13.11 - Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal

	Conselho de Admnistração			Diretoria Estatutária			Conselho Fiscal		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Nº de membros	**5,83**	**6,33**	**6,33**	**3,33**	**3,08**	**3,00**	**3,00**	**2,00**	**0,00**
Remunerados	5,83	6,33	6,33	3,33	3,08	3,00	3,00	2,00	0,00
Valor da maior remuneração (Reais)	**1.180.458,3**	**1.721.147,6**	**1.654.920,0**	**21.326.336,4**	**10.593.969,3**	**7.363.992,7**	**251.633,2**	**1.084.800,0**	**-**
Valor da menor remuneração (Reais)	**760.000,0**	**331.284,7**	**75.680,4**	**1.482.719,2**	**1.246.225,3**	**2.721.267,7**	**251.632,8**	**955.200,0**	**-**
Valor da médio da remuneração (Reais)	**1.542.259,48**	**1.260.074,30**	**718.124,3**	**13.079.872,6**	**6.924.477,2**	**4.398.145,6**	**209.694,10**	**323.875,80**	**-**

Observação

Conselho de Admnistração

1 – Não possuimos diretores que que exercem simultaneamente a função de membro do conselho.

2 – Para o cálculo da remuneração média do Conselho de Administração, dividimos o valor total da remuneração pelo número de conselheiros, que corresponde ao número de conselheiros que auferiram remuneração.

31/12/2020	5,83 Conselheiros
31/12/2019	6,33 Conselheiros
31/12/2018	6,33 Conselheiros

3 - O membro com menor remuneração exerceu suas funções por 4 meses.

Diretoria Estatutária

1 – Não possuimos diretores que que exercem simultaneamente a função de membro do conselho.

2 – Para o cálculo da remuneração média da Diretoria, dividimos o valor total da remuneração pelo número de diretores, que corresponde ao numero de diretores que auferiram remuneração.

31/12/2020	3,33
31/12/2019	3,08
31/12/2018	3,00

3 - O membro com menor remuneração exerceu suas funções por 1 mês.

CONSELHO FISCAL

1 – Não possuimos diretores que que exercem simultaneamente a função de membro do conselho.

31/12/2020	3,00
31/12/2019	2,00

2 – O conselho Fiscal foi instituido em 2019.

13.12 - Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não há arranjos contratuais, compromisso de indenidade, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores atuais da Companhia em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Item não aplicável, uma vez que a Companhia não possui e não possuía controlador, nem bloco de controle, nos três últimos exercícios sociais.

13.14 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Órgão	2020	2019	2018
Conselho de Administração			3.000.000,00
Diretoria Estatutária			-
Conselho Fiscal			-

O montante pago em 2018 refere-se a contrato celebrado entre a Companhia e a M2 Participações Ltda., sociedade que tinha em seu quadro de acionistas um dos membros que à época compunha o Conselho de Administração da Companhia, objetivando a prestação de serviços de consultoria e assessoria na avaliação de processos operacionais, corporativos e planejamento estratégico.

13.15 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que títulos tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Item não aplicável, uma vez que não houve valores reconhecidos no resultado de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal, nos três últimos exercícios sociais. Adicionalmente, a Companhia não possui controlador, nem bloco de controle.

13.16 - Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

A Companhia considera relevante ressalvar que os valores constantes dos itens 13.5 e 13.7 referem-se tão somente aos montantes concedidos a título de entrega de ações restritas ou de exercício de opções de compra de ações, diferindo dos valores expressos na nota explicativa nº 22 das Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, haja vista que estes englobam a totalidade das opções, incluindo as outorgadas a executivos que não sejam Diretores Estatutários e/ou membros do Conselho de Administração da Companhia.

Adicionalmente, com relação aos itens 13.2 e 13.3 acima, esclarecemos que, em linha com o entendimento proferido pelo Colegiado no âmbito do Processo nº 19957.007457/2018-10, o qual foi refletido em orientação prevista no Ofício Circular CVM/SEP/Nº 01/2021, o valor total da remuneração dos administradores e membros do Conselho Fiscal não leva em consideração os encargos sociais de ônus da Companhia, na qualidade de empregadora. Destacamos, portanto, que os números relativos aos exercícios sociais de 2020, 2019 e 2018 aqui reportados também consideram esse novo entendimento, inclusive para fins de comparação da remuneração global praticada nos exercícios sociais de 2020, 2019 e 2018.

Naqueles anos, em linha com o entendimento anterior da CVM, e conforme reportado no Formulário de referência atual da Companhia, os encargos sociais de ônus da Companhia foram incluídos no montante global da remuneração.

Em relação ao menor valor de remuneração reportado no item 13.11, esclarecemos que o único membro da Diretoria que exerceu o cargo por 12 meses corresponde a maior remuneração. Nesse sentido, o valor reportado como menor remuneração considera a menor remuneração recebida dentre os demais membros da Diretoria que exerceram seus cargos durante o ano de 2020, excetuando o membro que exerceu cargo temporariamente por 1 mês.

Ademais, a Companhia não possui outras informações que julgue relevantes.